



UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
LINHA 3: EDUCAÇÃO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

JOSIAS BENEVIDES DA SILVA

**O PROCESSO DE ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS PARA A ESCOLHA DE
GESTORES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI: UMA ANÁLISE
SOBRE A PARTICIPAÇÃO**

SALVADOR

2011

JOSIAS BENEVIDES DA SILVA

**O PROCESSO DE ELEIÇÕES LIVES E DIRETAS PARA A ESCOLHA DE
GESTORES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI: UMA ANÁLISE
SOBRE A PARTICIPAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, na Linha 3, intitulada “EDUCAÇÃO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL” para apreciação da banca, formada pelos professores doutores Avelar Luiz Bastos Mutim, Kátia Siqueira de Freitas e Ivan Luiz Novaes, com a finalidade de atribuir valores e conceder ao mestrando o título de Mestre em Educação e Contemporaneidade, visando a conclusão do referido curso

Orientador: Professor Dr. Ivan Luiz Novaes

SALVADOR

2011



UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
LINHA 3: EDUCAÇÃO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Dissertação de autoria de JOSIAS BENEVIDES DA SILVA, intitulada “**O PROCESSO DE ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS PARA A ESCOLHA DE GESTORES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI: UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO**” apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade do PPGEDUC da Universidade do Estado da Bahia, em ___/___/___, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof. Dr. Ivan Luiz Novaes
Universidade do Estado da Bahia
Orientador

Prof.^a Dr.^a Kátia Siqueira de Freitas
Universidade Federal da Bahia
Universidade Católica da Bahia

Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
Universidade do Estado da Bahia

Salvador
2011

Dedico esta dissertação à minha família composta pela minha amada esposa Solange, companheira fiel que sempre acreditou na minha luta e capacidade de fazer o melhor possível e meus filhos Anderson Breno, Alice Bruna e Alex Bruno, forte razão do meu viver

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida, mestre dos mestres e senhor dos senhores;

Aos familiares pelo apoio e paciência;

À equipe da Secretaria Municipal de Educação, especialmente a professora e secretária Elzir Ivo Fernandes, e as professoras técnicas Wdenice, Jaqueline, Solange, Manuela e o amigo Thiago, pela valiosa contribuição que nos deram, no sentido de encontrar os documentos, xerocá-los, quando necessário, e complementar as informações precisas;

Aos demais funcionários da SME e do CETEP, que direta ou indiretamente contribuíram para que a pesquisa fosse realizada;

Ao nobre e competentíssimo professor Welton Castro pela ajuda valiosa na organização estatística dos dados encontrados na pesquisa;

A todos os diretores, professores, funcionários, pais e alunos da rede municipal de ensino de Guanambi, autores e atores do processo da gestão democrática das escolas da rede;

Aos professores do PPGEDUC, especialmente LINHA 3: “EDUCAÇÃO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL”, que contribuíram com a minha formação e com reflexões importantes para a presente pesquisa;

À bibliotecária, a Senhora Ildete Santos Pita costa, por sua paciência e sabedoria com que muito nos ajudou ao longo de todo o curso, para aperfeiçoarmos o nosso conhecimento;

Às Secretárias do PPGEDUC, Aline Oliveira Silva Rosário e Juliana Ferreira da Silva e toda a sua equipe da secretaria por tudo que fez por nós, nossos agradecimentos;

Aos colegas que ao longo dos semestres me ajudaram a crescer, bem como aos amigos do Fórum de pesquisa, quando ofereceram valiosas contribuições para a efetivação deste trabalho;

Ao Sr. José Fernando Lopes dos Santos pela presteza, paciência e sabedoria com que nos auxiliavam na montagem e manutenção tecnológica;

Em fim, Meus agradecimentos especiais, ao meu orientador prof. Dr. Ivan Luiz Novaes pela ajuda segura e notável paciência e sabedoria que conduziu a orientação nesta pesquisa; aos professores Dr. Avelar Mutim e Dr^a Kátia Siqueira Freitas por fazer parte da banca examinadora e oferecer preciosas contribuições, para a condução da pesquisa e na redação do presente texto científico.

“Apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa [...]”

(JUAN BORDENAVE)

RESUMO

A Gestão Democrática e Participativa da escola, num sentido amplo, pressupõe o envolvimento direto de toda a comunidade escolar e local, na vida cotidiana da instituição de ensino, no sentido de promover a qualidade necessária ao processo educacional de todos os envolvidos no processo. Para tanto, é necessário que haja espaços e tempos apropriados para a participação efetiva desses sujeitos, a exemplo das eleições livres e diretas para a escolha do gestor da escola, assembleia geral envolvendo toda a comunidade escolar e representação da comunidade local onde a escola está inserida, Colegiado Escolar, Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Mestres e outros eventos, conforme o calendário letivo. Assim, o principal objetivo deste estudo foi fazer uma análise da participação dos componentes da comunidade escolar (alunos, pais, professores e funcionários) no processo de eleições livres e diretas para a escolha de gestores escolares no município de Guanambi. Dessa forma, utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e bibliográfica, tomando a análise estatística como princípio, seguida de intervenções qualitativas para a compreensão das categorias pré-estabelecidas a saber: o número de escolas participantes do processo; o número de eleitores pelo número de votantes; a renovação do cargo de diretor nas escolas e o número de chapas representantes em cada pleito eleitoral. Finalmente, observamos que, a partir dessas categorias e à luz da teoria, o grau e nível de participação da comunidade escolar na rede municipal de ensino de Guanambi, ainda se encontram numa etapa muito inicial, requerendo uma série de mudanças, conforme sugerida na proposta ao final desta dissertação, no sentido de aprimorar a democracia, a autonomia e participação na gestão da escola pública do município estudado, embora o processo das eleições, ao longo dos 14 anos, se constitui num passo importante para essa finalidade.

Palavras-chave: Participação. Democracia. Comunidade escolar. Eleições para a escolha de gestores escolares.

ABSTRACT

The school's Democratic and Participative Management, in a wide sense, presuppose the direct involvement of all school and locality community, on everyday life of education institution, on sense of promote the necessary quality in a education of all involved. For so much, is necessary to have appropriate places and times to this people's permanent participation, for example the free and direct elections to the choice of school's manager, general meeting involving all community and locality community representation where school is insert, School's Council, Student Union, Teachers and Parents Association and other events, according to school's calendar. Therefore, the principal objective of this study was make an analysis of participation of community school's component (students, parents, teachers and employees) on process of free and direct elections for choice the school's manager in Guanambi city. Thus, we used as procedures methodological the documentary research and bibliography, taking as begun the statistics analysis, followed by qualitative interventions for the understanding of the categories pre-established as follows: number of participants schools of process; number of electors by the number of voters; new principals appointment at the schools and the number of electoral party. Finally, we note that from these categories and the light of theory, the grade and level of participation of school community in the municipal education of Guanambi, still in a very early stage, requiring a series of changes, as suggested in the proposal at the end of this dissertation, on sense of improving the democracy, the autonomy and the participation on public school's management in the city studied. For other side, the experience of elections for the choice of public municipal schools' manager of Guanambi, over the fourteen years, constitutes in an important step for the improve of this democracy, autonomy and participation so much desired.

Key-words: Participation. Democracy. School's Community. Elections for the choice of schools' managers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS:

Gráfico 1- Distribuição da população: Zona rural e urbana	28
Gráfico 2- Número de Adultos nas escolas da zona rural e urbana de Guanambi	33
Gráfico 3- Taxa do analfabetismo de Guanambi	33
Gráfico 4- Participação dos eleitores nas Eleições Livres e Diretas de 1996	63
Gráfico 5- Participação das escolas nas Eleições Livres e Diretas de 1996	65
Gráfico 6- Apuração das eleições livres e diretas de 1996	66
Gráfico 7- Participação das escolas nas eleições livres e diretas de 1998	67
Gráfico 8- Participação dos eleitores nas Eleições Livres e Diretas de 1998	68
Gráfico 9- Apuração das eleições livres e diretas de 1998	70
Gráfico 10- Participação das escolas nas Eleições Livres e Diretas de 2000	72
Gráfico 11- Participação das escolas nas eleições livres e diretas de 2000	73
Gráfico 12- Participação dos eleitores nas Eleições Livres e Diretas de 2002	75
Gráfico 13- Apuração das eleições livres e diretas de 2002	76
Gráfico 14- Participação das escolas nas Eleições Livres e Diretas de 2004	78
Gráfico 15- Participação dos eleitores nas Eleições Livres e Diretas de 2004	80
Gráfico 16- Apuração das eleições livres e diretas de 2004	81
Gráfico 27- Participação das escolas nas Eleições Livres e Diretas de 2006	83
Gráfico 18- Apuração das eleições livres e diretas de 2006	85
Gráfico 39- Participação das escolas nas Eleições Livres e Diretas de 2008	87
Gráfico 20- Apuração das eleições livres e diretas de 2008	89
Gráfico 21- Participação das escolas nas Eleições Livres e Diretas de 2010	91
Gráfico 22- Apuração das eleições livres e diretas de 2010	93

FIGURAS:

Figura 1 – Mapa regional e a localização de Guanambi, no estado da Bahia	28
Figura 2 – Democracias: representativa e direta	48
Figura 3 – Gaus e níveis de participação	97

TABELAS:

Tabela 1 - Quantidade de escolas da Rede Municipal	60
Tabela 2 - Escolas participantes do processo eleitoral de 1996	64

Tabela 1 - Escolas participantes do processo eleitoral de 1998	68
Tabela 4 - Escolas participantes do processo eleitoral de 2002	74
Tabela 5 - Escolas participantes do processo eleitoral de 2004	79
Tabela 6 - Escolas participantes do processo eleitoral de 2006	84
Tabela 7 - Escolas participantes do processo eleitoral de 2008	88
Tabela 8 - Escolas participantes do processo eleitoral de 2010	92
Tabela 9- Categorias de análise da participação	96
Tabela 10 quadro que demonstra as vezes que uma mesma pessoa ocupou o cargo de direção	97

QUADROS:

Quadro 1 - N°. geral de docentes atuando, por nível e modalidade, na Rede Municipal de Ensino de Guanambi / 2007	31
Quadro 2 - Formação dos profissionais atuando na Ed. Básica da Rede Municipal de Ensino / 2007	32
Quadro 3 - Indicadores de Qualidade do Ensino	32
Quadro 4 – comparativo entre estado autocrático e estado democrático	45
Quadro 5 – Disposição do nº de sujeitos do corpo técnico-administrativo, de acordo o porte da escola	61

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
ANPEd - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
APAE - Associação de Pais e Amigos de crianças Excepcionais,
CEDES - Centro de Educação e Sociedade
CESG - Centro de Ensino Superior de Guanambi
CF - Constituição Federal
CME - Conselho Municipal de Educação
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ensino
CSU - Centro Social Urbano,
DIREC-30 - Diretoria Regional da Educação do Estado da Bahia,
FTC - Faculdade de Tecnologias e Ciências
FUNDEF - Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MEBIC - Movimento da Educação de Base da Igreja Católica
MEC - Ministério da Educação Cultura
NTE - Núcleo de Tecnologia e Educação,
OP - Orçamento Participativo
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PT - Partido dos Trabalhadores
SEBRAE - Secretaria Brasileira de Apoio às Micro e Pequenas Empresas,
SME - Secretaria Municipal de Educação
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UNOPAR - Universidade do Norte do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	16
1.1 REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE A CONJUNTURA NACIONAL	16
1.1.1 O marco normativo	20
1.1.1.1A Lei da educação do Brasil (LDB 9394/96)	24
CAPÍTULO II	26
2.1 - GUANAMBI E SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS EDUCACIONAIS, GEOGRÁFICAS, HISTÓRICAS E POLÍTICAS	26
2.1.1 Localização do município de Guanambi- Bahia	26
2.1.2 Dados históricos e políticos de Guanambi	28
2.1.3 educação no município de Guanambi	29
2.3.1 Características da Rede Municipal de Ensino	29
2.3.2 O processo de escolha de diretores das escolas de Guanambi	34
CAPÍTULO III	42
3.1 QUADRO TEÓRICO	42
3.1.1 Concepção e algumas considerações gerais sobre democracia	42
3.1.1.1 Democracia na educação	49
3.2.1 Algumas palavras sobre a ideia de participação	50
3.2.1.1 Participação no processo educacional	54
CAPÍTULO IV	58
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
4.1.1 Apresentação, discussão e análise dos dados da pesquisa documental	59
4.1.1.1 Eleições Livres e Diretas de 1996	62
4.1.2.1 Eleições Livres e Diretas de 1998	67
4.1.3.1 Eleições livres e diretas de 2000	70
4.1.4.1 Eleições Livres e Diretas de 2002	73
4.1.5.1 Eleições Livres e Diretas de 2004	77
4.1.6.1 Eleições Livres e Diretas de 2006	82
4.1.7.1 Eleições Livres e Diretas de 2008	86
4.1.8.1 Eleições Livres e Diretas de 2010	90
CAPÍTULO V	95
5.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES	95
5.1.1 Uma proposta: dez possibilidades	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

ANEXOS:

- ANEXO 1 LEI MUNICIPAL Nº 107/96
- ANEXO 2 LEI MUNICIPAL Nº 030/98
- ANEXO 3 LEI MUNICIPAL Nº 092/05
- ANEXO 4 LEI MUNICIPAL Nº 375/09
- ANEXO 5 LEI MUNICIPAL Nº 423/10

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a eleição de diretores de escolas públicas tem sido amplamente adotada pelos diversos sistemas de ensino como mecanismo estratégico para a escolha de gestores de instituições educacionais. Em geral, a recomendação por adotar esse tipo de mecanismo se baseia no argumento de que a eleição de diretor constitui a forma mais democrática de ingresso do gestor escolar.

No Estado da Bahia, alguns municípios, a exemplo de Salvador, Vitória da Conquista, Itabuna; foram pioneiros com a experiência da escolha de gestores escolares de suas respectivas redes, por meio das eleições diretas. Essas experiências foram ampliadas e atualmente muitos municípios já adotam essas eleições.

Assim, o Município de Guanambi fez a opção por esse tipo de mecanismo, incorporando a eleição de diretores à Rede Municipal de Ensino como uma via para a escolha dos gestores escolares. Tal processo teve início no ano de 1996 e se estende à atualidade. Por certo, esse progresso acumula um rico campo para investigação científica e se constitui num fenômeno de grande relevância para educadores e técnicos implicados nesse processo na medida em que pode gerar informações significativas para o avanço da gestão escolar. Reconhecemos, todavia, que o processo de eleições diretas para diretores no município de Guanambi ocorre num contexto que envolve diversos fatores, os quais passaremos a explorar.

Desta forma, desejamos desenvolver nossa pesquisa com o objetivo de analisar a participação dos sujeitos no processo de eleições diretas para a escolha de gestores escolares no município de Guanambi. Para esse fim lançamos a seguinte questão de pesquisa: Como vem ocorrendo a participação dos sujeitos votantes no processo de eleições diretas para diretores no Município de Guanambi?

A proposta de se estudar as eleições livres e diretas para a escolha dos gestores da rede pública municipal de Guanambi se justifica pelo nosso envolvimento com esse objeto de estudo.

A partir do ano de 1996, com o início da experiência de escolha dos gestores escolares mediante as eleições livres e diretas começamos a nos despertar sobre a importância de uma análise dos aspectos participativos desse processo.

Naquele ano, fui escolhido pelos colegas professores da rede municipal de ensino, conforme decreto nº 014-A/96, para representá-los no Conselho Municipal de Educação que havia sido instituído no município de Guanambi, através da Lei nº 083/95, tornando-me, assim, um dos primeiros membros daquele Conselho.

Data-se também daquela época a primeira lei para a escolha de gestores, via eleições livres e diretas, a de nº 107/96. Vale ressaltar que o CME, participou ativamente da elaboração do projeto dessa lei, quando tive a oportunidade de me envolver diretamente nesse processo.

Nesse contexto, sempre que se discute políticas públicas nessa área de gestão escolar, estive presente dando minha colaboração em aspectos teóricos e práticos, a exemplo da elaboração, tramitação e aplicação das leis 030/98, 092/05, 375/09 e 423/10: todas elas ligadas à participação dos membros da comunidade escolar na escolha dos gestores da rede pública de ensino de Guanambi, o que constitui objeto de estudo nessa pesquisa.

Participei, ainda, da elaboração do Plano Municipal de Educação de Guanambi, na condição de coordenador geral dos trabalhos, cujo plano contém um capítulo especialmente voltado para a gestão escolar, com sugestões minhas que foram analisadas e votadas pelos demais membros da comissão que ficou responsável por essa parte do documento. Participei também da elaboração do Memorial da Educação de Guanambi em 2008, que traz relatos sobre as experiências desse município, no âmbito da gestão escolar.

Além disso, publiquei textos que discutem a temática da gestão escolar, a exemplo dos livros “Conselho Municipal de Educação de Guanambi: uma década de história”, “Gestão democrática na rede municipal de ensino”; e dos artigos “A influência da gestão democrática no relacionamento de professores e diretores das escolas públicas” e “Um olhar histórico sobre a gestão escolar”.

Meu envolvimento com o objeto da pesquisa pode ser constatado, ainda, pela minha experiência no período de 1999 a 2004, enquanto gestor do Colégio Municipal José Neves Teixeira, instituição com mais de mil alunos matriculados. Para complementar, lecionei disciplinas, tanto na UNEB, quanto na UESB, voltadas para políticas públicas da educação e para a gestão educacional e escolar. Outras experiências se somam a essas, tais como: cursos e palestras ministrados no decorrer dos últimos 14 anos.

Tal aproximação do objeto estudado, entretanto, não me impediu de fazer o distanciamento necessário para analisar com certa precisão os fenômenos estudados, conforme recomendam os protocolos da ciência.

Então, para descrevê-lo e analisá-lo o objeto estudado nessa pesquisa, dividimos essa dissertação está dividida em oito tópicos ou capítulos; subdivididos, conforme entendimento pré-estabelecido, da seguinte maneira:

O primeiro capítulo, intitulado “REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE A CONJUNTURA NACIONAL”. Trata-se de uma breve contextualização e problematização de aspectos históricos que foram muito importantes para a transição do período ditatorial para o período de redemocratização do Brasil e suas implicações no processo democrático e participativo nas diferentes instâncias sociais a exemplo disso citamos a democracia e a participação em espaços da educação pública brasileira, o que permitiu as primeiras experiências de escolha dos gestores de escolas públicas, via eleições diretas. Nesse tópico é apresentado também, o marco legal que dá suporte à gestão democrática e participativa da educação brasileira das últimas décadas.

No capítulo dois, a discussão fica por conta de apresentar as características educacionais, geográficas, históricas e políticas de Guanambi, com o auxílio de gravuras e gráficos que ilustram mapas, retratos e dados, facilitando assim, o reconhecimento do universo da pesquisa, bem como a questão central e o objetivo geral desse estudo.

No capítulo três inclui-se o quadro teórico, que incorporam conceitos de democracia e participação e suas respectivas aplicações na área educacional, utilizando-se de clássicos da literatura, a exemplo de Bobbio (1987, 1998, 2000 e 2002), Bordenave (1983, 1993), Santos (2004), Teixeira (2007), Ghou (1997, 2001, 2003, 2005 e 2007), Paro (2008), Luck (2008), Lima (2002), Barroso (1996), dentre outros que contribuíram para explicitar conceitos, características e concepções de democracia participação e gestão democrática da escola.

Enquanto no capítulo quatro, apresentamos alguns aspectos metodológicos da pesquisa de maneira sucinta e objetiva, explicando os passos da pesquisa documental e dos acessórios computacionais que foram necessários para a realização dessa pesquisa e consta também, a apresentação e a análise dos dados que foram coletados na pesquisa, compreendendo os 14 anos do processo das eleições livres e diretas para a escolha dos gestores das escolas da rede municipal de ensino de Guanambi, através do uso de tabelas e gráficos.

Finalmente, no capítulo cinco, estão relacionadas algumas considerações finais e uma proposta de melhoria do processo das eleições, a partir de dez possibilidades que consideramos viáveis e exequíveis.

CAPÍTULO I

1.1 REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE A CONJUNTURA NACIONAL

A base inicial que sustenta as demandas pela gestão democrática da escola está, certamente, alicerçada no processo de democratização do país, que, por mais de 20 anos (1964-1985), sofreu com o regime militar.

Contudo, passado esse regime político, deu-se um processo de ampliação dos meios democráticos, pelo movimento social e político de diversos grupos que forçaram a abertura democrática nas diversas instituições do Estado Brasileiro, dentre elas, a escola pública.

Do ponto de vista político, é importante situar que, após o longo período ditatorial, os anseios pela redemocratização do país, sobretudo no início da década de 1980, eclodiram em diversos e amplos movimentos populares.

Na ocasião ocorreu o movimento denominado de “Diretas Já”, cuja reivindicação principal se centrava na cobrança de Eleições Diretas para a escolha dos governantes do Brasil, tanto na esfera federal, quanto nas esferas estaduais e municipais, desde as eleições para presidente da República até eleições para diretores das escolas públicas do país, configurando-se, assim, um novo cenário político, como afirma Novaes (1996), ao dizer que “em 1984 o país viveu um dos momentos mais ricos de sua história, com a campanha das ‘Diretas Já’, movimento que mobilizou políticos, intelectuais, sindicalistas, trabalhadores e a sociedade em geral, para conclamar pelas eleições diretas para Presidente da República” (p.30).

Esse novo cenário tinha como atenção central instituir a democracia no país e superar seus traços históricos, conforme é dito a seguir:

com o advento, na década de 80, da chamada “Nova República” surge o desafio, mais uma vez, de implantar e consolidar a democracia, num país que, em 500 anos de existência, mais de 300 anos foram vividos sob o sistema de escravidão e, em 106 anos de República, aproximadamente 41 foram consumidos por regimes autoritários (NOVAES, 1996, p.26).

Se, por um lado, nessa conjuntura política, os diversos movimentos sociais e sindicais reivindicavam ampliar os direitos trabalhistas, tais como: melhores condições de trabalho e melhoria nos respectivos pisos salariais, além de pleito por melhoria e ampliação da oferta da educação pública e outros direitos sociais, como saúde, moradia, emprego e reformas educacionais, dentre outros, parece ter-se tornado a década de 80 um campo fértil para a mobilização popular e a reestruturação do país.

O tema dos movimentos sociais constituiu-se numa das grandes novidades na Sociologia Brasileira nos 70-80, tem sido considerado, por alguns analistas, como fonte de renovação nas ciências sociais e da forma de fazer política. O destaque inicial foi a emergência dos movimentos sociais populares urbanos, reivindicatórios de bens e equipamentos coletivos de consumo e questões ao redor da moradia [...] Eles também tiveram papel de destaque nas frentes de luta contra o regimento militar [...] (GOHN, 2007, p.7)

Conforme destaca Gohn (2007), os movimentos sociais tiveram uma parcela significativa de responsabilidade no processo de redemocratização do país. Assim, se por um lado os movimentos sociais, em âmbito nacional, passaram a marcar presença no cenário político, cultural e ideológico do país, por outro, em âmbito local, consideramos que essa presença não se fazia muito ativa no cotidiano da vida política dos movimentos sociais do Município de Guanambi. Ao que tudo indica, permanecia sob o jugo de uma política ainda conservadora que preservava traços autoritários, que marcaram durante muitos anos a política em geral, coisa que, no caso específico de Guanambi, não era diferente. Havia duas famílias que monopolizavam a política local, quando a perseguição, o paternalismo e clientelismo se faziam presentes no cenário das práticas da politicagem regional.

De maneira geral, os cargos públicos neste município eram ocupados por meios não explicitamente democráticos. As indicações políticas desses cargos, geralmente, eram envoltas por interesses particulares e, em alguns casos clientelistas, preteriam em certa medida os interesses de natureza pública. A escolha dos cargos diretivos, incluindo direção das escolas públicas municipais, se dava por indicação política, sob critérios escusos, sem nenhuma observação a princípios democráticos e participativos.

No cenário nacional, pode-se considerar a mobilização popular, através dos diferentes movimentos sociais, novos partidos políticos, a exemplo do PT – Partido dos Trabalhadores, outros partidos de esquerda, a exemplo do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PCB (Partido Comunista Brasileiro), que saíram da clandestinidade para atuar como força de pressão contra o regime político autoritário e favorável a um regime político democrático.

Considera-se, portanto, que esse novo partido tenha sido muito importante para o processo de democratização do país, embora isso não tenha acontecido de forma homogênea, em todas as instituições, em todos os lugares do Brasil e em tempos simultâneos.

As organizações partidárias e sociais, na concepção de Gohn (2007), principalmente na conjuntura política da década de 90, se articularam com as novas formas institucionalizadas de participação, marcando presença nos Conselhos Gestores, de representações municipais e do Orçamento Participativo.

Embora a década de 80 tenha sido problemática no campo econômico, com inflação alta, arrocho salarial, greves, planos econômicos malsucedidos, desemprego, concentração de renda e aumento das desigualdades sociais, afetando todos os setores da sociedade brasileira, o debate na área educacional foi muito intenso e produtivo, conforme menciona Saviani (2007): “reveses da virada dos anos de 1980 para os anos de 1990 permitem constatar que, do ponto de vista da organização do campo educacional, a década de 1980 é uma das mais fecundas de nossa história [...]” (p.400).

Assim como nos outros setores da sociedade brasileira, na educação, os profissionais, associados às suas respectivas entidades, também se mobilizavam e reivindicavam a democratização da educação pública, pela via da eleição direta para diretores, mais verbas para o setor, melhores condições de trabalho, reformas educacionais e por espaços de participação na sociedade e na escola.

O período da “transição democrática” havia preparado o aparecimento de novas entidades de professores e pesquisadores em Educação. Elas tinham inicialmente a finalidade de fortalecer os movimentos da sociedade na desmontagem da estrutura autoritária do ensino que havia sido construída no período militar (BRITO, 2003, p.48).

Conforme o que apresenta Brito (2003), é possível considerar que, no período correspondente aos anos 80 e 90, o cenário da educação pública brasileira se ocupou, basicamente, de duas correntes políticas e ideológicas diferentes, sendo uma de posicionamento socialista, que defendia a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e para todos, e, por outro lado, um pensamento liberal, que se posicionou favoravelmente à liberdade de ensino, além de defender recursos públicos a serem aplicados na iniciativa da educação particular.

Dessa forma, os movimentos dos profissionais da educação brasileira, especialmente dos defensores da escola pública, associados ou não a entidades representativas, clamavam por mais espaço participativo e supressão das práticas autoritárias nesse setor.

Na concepção de Cunha (1981, apud BRITO, 1997, p.48), com o enfraquecimento da Ditadura Militar, no final dos anos 70, inicia-se uma melhor organização educacional, tornando-se mais complexa a organização da área educacional, já que se diversificam as instituições que a promovem. Com isso, são formadas muitas entidades de pesquisa, organizações sindicais, que se opõem às políticas educacionais do regime militar, inicialmente, e na medida em que vai amadurecendo o debate, ganham poder de aglutinar os educadores em torno de temas e objetivos comuns, resistindo, dessa forma, às políticas contrárias aos seus interesses e posicionamentos ideológicos.

É, portanto, nesse período de 1977 a 1988, que várias associações de grande prestígio no âmbito educacional foram surgindo, o que torna os educadores cada vez mais organizados para lutar pelos seus direitos e pela democratização da educação nacional. Neste sentido, podemos citar algumas dessas associações que tiveram e têm grande relevância para a história da educação brasileira, a exemplo da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação-ANPED, que surgiu em 1977, sendo responsável pela criação da Revista *Educação e Sociedade*, que foi o embrião do Grupo “Centro de Educação e Sociedade” (CEDES); em 1979 foi formada a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES) e no ano de 1988, vale registrar a reestruturação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ensino (CNTE), além dos diversos sindicatos dos trabalhadores em educação nos estados e municípios do Brasil inteiro que, seguindo a tendência nacional, se esforçavam para reivindicar mais democracia, mais autonomia, mais cidadania e mais participação nos diferentes espaços e tempos sociais, dentre eles, nos espaços e tempos da educação pública brasileira.

Essas instituições foram responsáveis pela criação do Fórum Nacional em defesa da Escola Pública Brasileira, que teve sua gênese a partir de 1975, quando começa uma melhor organização no campo educacional. Entretanto, sua ampliação e liberdade de trabalho têm seu ápice em 1986, com a IV Conferência Brasileira de Educação, quando reuniu mais de cinco mil pessoas lutando em prol da escola pública, gratuita, laica para todos e de qualidade, e pela democratização com eleições diretas para diretores.

No Estado da Bahia, os Fóruns e Conferências da Educação se multiplicaram e foram ricos espaços para o debate das reformas educacionais, tanto da Rede Estadual, como da Rede Municipal. Por ocasião dessas reformas, discutiu-se a realidade da Escola Pública do Estado e quais as soluções possíveis para resolver os graves problemas de analfabetismo, de evasão e repetência, da baixa formação docente, salários irrisórios dos educadores e, particularmente, a

questão dos estilos autoritários de gestão escolar, com diretores indicados, situação muito presente nos municípios baianos.

Dentre os fóruns e conferências, merecem destaque as Reuniões Conjuntas do Conselho Estadual de Educação e os Conselhos Municipais de Educação, reuniões que ocorriam a cada ano, e ainda ocorrem, nos municípios do Estado, para apresentar e discutir elementos da Reforma da Educação Brasileira, através dos programas e projetos do governo, tanto nacional, como estadual, incentivando e orientando para que ocorressem também as reformas locais na educação pública, via a criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação.

A democratização do país, segundo Bastos (2002), introduz a eleição de dirigentes escolares e os conselhos de escola, garantindo, dessa forma, a liberdade de expressão, de pensamento, de criação e de organização coletiva na escola, facilitando a luta por condições materiais para a aquisição e manutenção dos equipamentos escolares, bem como por salários dignos a todos os profissionais da educação, implicando novas formas de acesso aos cargos diretivos, pela via da eleição.

Entretanto, o fato é que, mesmo considerando muitos avanços, passado mais de vinte anos do processo de redemocratização do país, muitos problemas ainda se encontram sem solução, a exemplo do analfabetismo, da questionada qualidade da escola pública e de práticas autoritárias que fazem oscilar os processos de escolha de gestores das instituições de ensino, problemas que, de uma forma ou de outra, contribuem para o lento desenvolvimento sustentável da nossa nação.

1.1.1 O marco normativo

Nesse contexto de lutas, foi intensa a mobilização social em torno da Constituinte Brasileira, coordenada por sindicatos, associações e entidades, que se fortaleceram no período de transição da ditadura militar para a reabertura democrática do país. Promulgada a Constituição Federal, os movimentos sociais se ampliavam em número e qualidade de participação, reivindicando direitos sociais.

É nesse contexto de paradoxos e incertezas que a Constituição Federal é gerada, tendo, por certo, a contemplação, em seu texto, de muitas das lutas travadas e das reivindicações levantadas naquela década, já que a CF incorpora e reforça o sentido de democratização das instituições brasileiras.

Em 1988, a “Constituição Cidadã”, cercada das expectativas populares de que mudaria o Brasil, propunha uma série de leis complementares para serem discutidas e promulgadas *a posteriori*. Para os professores, as diretrizes e as bases da educação, um dos temas a serem transformados em lei, já era assunto de debates nos congressos e seminários, muito antes da promulgação da Constituição. (VALLE, 2003, p.10)

Assim, no contexto educacional do Brasil, a Constituição Federal de 1988 definiu a Educação como direito do cidadão e dever do Estado. A partir daí, a educação passou a ser prioridade e uma demanda da sociedade, pelo menos no plano teórico.

Dessa forma, a atual Constituição Federal brasileira ressalta o Estado democrático de direito e republicano que vem tentando consolidar ao longo da história desse sistema político do país.

Art. 1º- A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana;

[...]

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

[...]

Considerada como uma Constituição Cidadã, a carta magna do Brasil traz em seu enredo textual a ideia clara de democracia, cidadania, autonomia e participação. Assim, no capítulo dedicado à educação, que compreende os artigos 205 a 214, no artigo 205, ressalta: “A educação como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

É a Constituição que, no seu artigo 206, determina a forma de gestão da educação brasileira, que deve ser democrática e participativa, como apresenta o inciso VI do referido artigo: “*gestão democrática do ensino público, na forma da lei*”. Dispositivo que desencadeou uma nova forma de gestão e participação dos sujeitos na escola pública.

No texto constitucional, as diretrizes *diretamente* ligadas à educação vão sendo apresentadas, em especial, nos artigos 6º, 22 a 25, 30, 32, 34, 35, 205 a 214 e 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Finalmente, no artigo 214, a CF de 1988 prevê o Plano Nacional de Educação e suas respectivas prioridades, valendo lembrar que, somente treze anos depois de promulgada a Constituição, se tornou possível a efetivação do referido Plano.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

[...]

Parece não haver dúvidas de que o sistema educacional brasileiro passou por importantes mudanças e transformações a partir da Constituição Federal de 1988, especialmente, no que se refere ao princípio da gestão democrática.

No tocante às eleições para a escolha de diretores de escolas públicas, o advento da Constituição Federal, com todo seu suporte democrático, fez muitos estados e municípios brasileiros optarem por formas mais participativas para escolher seus gestores escolares, ampliando o acesso da comunidade escolar ao processo de administração dos recursos e dos projetos gerados na escola, com a finalidade de melhorar a qualidade da oferta educacional de uma população cada vez mais numerosa, que vê na educação uma oportunidade de tornar a vida mais digna.

Assim, Estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Goiás dentre outros, a partir, inicialmente de suas capitais, começaram a experimentar as eleições livres e diretas para a escolha de diretores de escolas, opondo-se ao modelo da escolha por indicação, que era a forma hegemônica de ingresso do gestor escolar no seu cargo de confiança.

O processo de escolha democrática de dirigentes escolares teve seu início na década de 60 quando, em 1966, os colégios estaduais do Estado do Rio Grande do Sul realizaram votação para diretores de escola com base em listas triplíces. A partir da década de 80 e principalmente nos dias atuais, tem havido grande preocupação em relação aos processos de escolha de diretores escolares nos Municípios e Estados brasileiros, o que vem estimulando um permanente questionamento sobre o papel do dirigente escolar na construção de uma gestão democrática da escola pública. (ROMÃO e PADILHA, 2001, p. 93)

Nas palavras do professor Saviani (2006):

A nova Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 consagrou várias aspirações e conquistas decorrentes da mobilização da comunidade educacional e dos movimentos sociais organizados. Entre tais conquistas podemos mencionar o direito à educação desde o zero ano de idade, a gratuidade do ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da educação pública, a autonomia universitária, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, o regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e municípios na organização dos sistemas educativos [...] (p.46).

Logo após a promulgação da Constituição Federal, estados cuidaram de elaborar ou já aprovar suas respectivas constituições estaduais, de acordo com os princípios gerais estabelecidos na Carta Magna brasileira, tomando a liberdade, conforme o princípio da autonomia de cada unidade federativa, para se adequar às realidades locais.

No contexto do Estado da Bahia, por sua vez, em 05 de outubro de 1989, foi promulgada a Constituição do Estado cujo princípio da democratização acompanha a Lei maior. Segundo Novaes (1996), “no que se refere à questão da Democratização da Gestão da Educação, a Constituição Estadual foi mais detalhada que a Carta Magna do país, definindo as funções do Conselho Estadual de Educação e criando os Colegiados Escolares [...]” (p.39).

Assim, é possível constatar a afirmação acima do professor Ivan Novaes: o artigo 249 da Constituição do Estado da Bahia traz, em seu caput e nos parágrafos 1º, 2º e 3º, o seguinte texto:

Art. 249 - A gestão do ensino público será exercida de forma democrática, garantido-se a representação de todos os segmentos envolvidos na ação educativa, na concepção, execução, controle e avaliação dos processos administrativos e pedagógicos.

§ 1º - A gestão democrática será assegurada através dos seguintes mecanismos:

I - Conselho Estadual de Educação;

II – Colegiados Escolares.

§2º - O Conselho Estadual de Educação, órgão representativo da sociedade na gestão democrática do sistema estadual de ensino, com autonomia técnica e funcional, terá funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas.

§ 3º - A Lei definirá as competências e a composição do Conselho Estadual de Educação e dos Colegiados Escolares.

Nesse contexto os municípios são convocados para elaborar suas leis orgânicas. No caso de Guanambi, a Lei Orgânica do Município recebeu influências da legislação nacional e da estadual. Podemos observar, em seu texto, elementos comuns às referidas legislações. Conforme o disposto no artigo 113, inciso III, determina o tipo de gestão adotada pelo Sistema Municipal de Ensino, ao mencionar “gestão democrática, garantindo a participação de entidades da comunidade na concepção, execução, controle e avaliação dos processos educacionais”, evidenciando, dessa forma, a busca por uma forma não autoritária para as novas políticas educacionais do município a partir da década de 1990.

Os princípios de igualdade de direitos, entendidos como os direitos cidadãos, democracia, autonomia e participação, presentes na Constituição Federal, na Constituição do Estado da Bahia e na Lei Orgânica do Município de Guanambi, são coerentes, pelo menos nos seus respectivos textos legais. Porém, as orientações normativas, no cotidiano das escolas municipais de Guanambi, parecem distante daquilo que se preceitua as leis, haja vista a distorção entre o texto e o contexto da educação local, entre os discursos dos representantes

políticos, as dificuldades, enfrentadas no campo da autonomia pedagógica, administrativa e financeira, e de uma efetiva democracia e participação.

1.1.1.1 A Lei da educação do Brasil (LDB 9394/96)

Já em meados da década de 1990, após muitos anos de debate, foi aprovada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, assim como a CF de 1988, traz uma boa perspectiva para a gestão democrática da escola.

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/ Lei Nº. 9.394/96), por conseguinte, a opção por uma gestão democrática da escola parece ganhar contornos mais definidos, conforme se pode ver nos artigos 3º, 8º, 14 e 64.

Então, a referida lei, em seu artigo 3º, inciso VIII, deixa claro que “a gestão do ensino público deve ser democrática, respeitando a forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

O artigo 14 dessa mesma lei estabelece que

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

No que se refere ao sistema de ensino, a LDB (9.394/96), no artigo 8º, parágrafo 2º, diz que os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos da lei. Entretanto, é preciso levar em consideração o artigo 64 dessa mesma lei, que determina:

A formação de profissionais de educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica será feita em curso de graduação em pedagogia ou nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Na esteira das novas políticas educacionais, foram implantados os Parâmetros Curriculares Nacionais; Diretrizes Curriculares dos diferentes níveis e modalidades de ensino; Plano Nacional de Educação e leis específicas para o financiamento da educação pública, a exemplo da Emenda Constitucional 14, da Lei 9.424/96, conhecida como a Lei do FUNDEF – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Nesse contexto das reformas da educação brasileira, há certo consenso de que a opção pela democratização do ensino e das instituições educacionais se evidencia a partir da implantação de novos modelos de ingresso do professor, via concurso público, mecanismo de eleições diretas para a escolha de gestores escolares, conselhos de escola, associação de pais e mestres, grêmios estudantis e outras formas de gestão democrática, medidas que puderam ser observadas em âmbito federal, estadual e municipal.

O consenso em torno da administração escolar pode ser exemplificado no texto de Ferreira (2006), quando a autora afirma que a

Gestão democrática, participação dos profissionais e da comunidade escolar, elaboração do projeto pedagógico da escola, autonomia pedagógica e administrativa são elementos fundantes da administração da educação em geral e os elementos fundamentais para a construção da gestão da escola [...] (p.170).

Vários estados e municípios brasileiros adotaram o processo de escolha de gestores de escola pela via das eleições diretas, entendidas como processo mais participativo, como espécie de contraponto às práticas antidemocráticas de administração pública, dando lugar aos princípios de cidadania, democracia, autonomia e participação, embora tais princípios, ainda hoje, apresentem muitas lacunas e debilidades. Nesse contexto está inserido o Município de Guanambi, que, progressivamente, foi assimilando essa nova conjuntura de tendência democratizadora.

CAPÍTULO II

2.1 GUANAMBI E SUAS CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS, GEOGRÁFICAS, HISTÓRICAS E POLÍTICAS

No que se refere ao contexto específico de Guanambi, serão apresentadas as principais características do município em que a pesquisa será realizada, focando a estrutura do Sistema Municipal de Educação, seus órgãos, leis e programas que revelam aspectos relevantes para a compreensão da gestão escolar local, no que tange aos espaços (escola e comunidade) e tempos (reuniões, festas, assembleias) de participação da comunidade escolar.

A pesquisa que se pretende desenvolver trata de uma investigação científica sobre a análise da participação dos sujeitos no processo de eleições diretas para a escolha de gestores escolares no município de Guanambi.

Guanambi é um município brasileiro do Estado da Bahia, com distância de 796 quilômetros a sudoeste de Salvador, sendo interligado à capital pela BR-030, BA-262 e BR-324; 45 km de Caetitê e 43 km de Palmas de Monte Alto pela BR-030; 33 km de Pindaí pela BR-122 e 29 km de Candiba, pela BA-262, representando, assim, uma forte influência para áreas comerciais da região.

Cidade-polo do extenso e populoso estado da Bahia, Guanambi, no despertar das últimas décadas, tornou-se um grande centro comercial da região, com uma população de quase cem mil habitantes. A cidade chama atenção também devido aos seus diversos estabelecimentos de ensino que concentram pessoas do país inteiro. Também é muito notável a referência na saúde municipal, já que dispõe dos principais hospitais da microrregião, atendendo a mais de 20 municípios. O município já ficou muito conhecido devido a sua intensa produção de algodão na década de 1980, especialmente no ano de 1985, no qual atingiu a marca de 7.576 toneladas, sendo sua sede, até o final da década, conhecida como capital do algodão.

2.1.1- Localização do município de Guanambi – Bahia

Quanto aos dados cartográficos e demográficos, pode-se afirmar que o município de Guanambi se situa a 14° 13' 24'', de latitude, longitude 42° 46' 53'', com área de 1.301,8 Km². E, ainda segundo o IBGE, (**FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA**

E ESTATÍSTICA, RESOLUÇÃO Nº- 6, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2010) a população para 2010 foi de 77.738 mil habitantes.

FIGURA 1 – Mapa regional e a localização de Guanambi, no Estado da Bahia



Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Guanambi

A microrregião de Guanambi é composta dos seguintes Municípios: Caculé, Caetité, Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Igaporã, Iuiú, Jacaraci, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Malhada, Matina, Mortugaba, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Riacho de Santana, Sebastião Laranjeiras e Urandi.

O aumento do grau de urbanização explica-se pela necessidade da população de buscar maiores recursos para sua sobrevivência nos maiores centros. Para redução dessa incidência, faz-se necessário o estabelecimento de uma política de ação voltada para o incentivo e incremento das atividades agrícolas. Por outro lado, no período de 2000 a 2005, a população

de Guanambi teve uma taxa média de crescimento anual em torno de 1,04%, passando de 71.728 habitantes, em 2000, para 75.572 habitantes, em 2005. Conseqüentemente, a taxa de urbanização cresceu nesse mesmo período em 5,19%, passando de 75,29%, em 2000, para 79,20%, em 2005. Assim, pela estimativa populacional do IBGE para 2005, a população do município de Guanambi representa em torno de 0,55% da população do Estado da Bahia e 0,04% da população do Brasil.

A grande concentração populacional de Guanambi está na faixa etária dos 20 aos 39 anos, tendo certo equilíbrio entre o sexo feminino e o masculino na faixa citada, com uma ligeira diferença na soma total, com aproximadamente duas mil mulheres a mais que os homens.

Seguindo a tendência nacional, a população guanambiense está concentrada na zona urbana, com menos de um terço residente na zona rural.

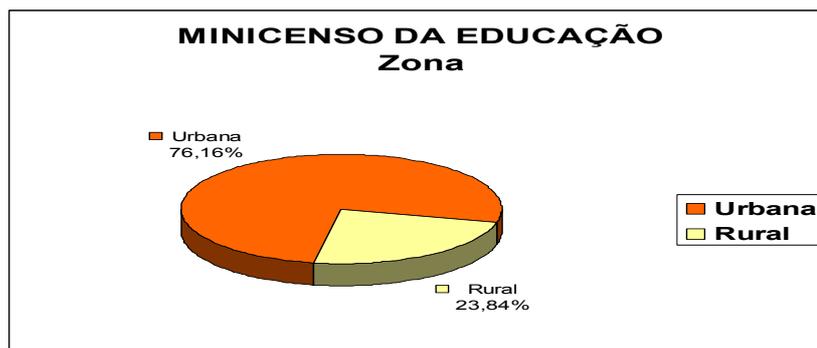


Gráfico 1 – Distribuição da população: Zona rural e urbana

Fonte: Secretaria Municipal de Educação/ Minicenso - 2008

Diferente do que ocorria em outros tempos em que as famílias eram grandes com uma numerosa quantidade de filhos, principalmente na zona rural, o que se vê, atualmente, é uma redução constante do número de filhos por família, enquadrando-se, na sua maioria, entre dois (2) e cinco (5) filhos. Tudo isso é fruto de um processo educacional e de planejamento familiar.

2.1.2 - Dados históricos e políticos de Guanambi

O atual município de Guanambi foi criado pela Lei Estadual N°. 1.364, de 14 de agosto de 1919, desmembrado do de Palmas de Monte Alto e constituído do distrito de Bela-Flor. A instalação do novo município ocorreu no dia 1º de janeiro de 1920, quando tomou posse e assumiu as funções o primeiro intendente, Balbino Gabriel de Araújo Cajaíba. No mesmo dia, de acordo com a lei que criou o município, o intendente decretou a Lei

Orçamentária para o exercício de 1920, que orçou a receita em 12 contos de réis e fixou a despesa em igual importância. A Lei Nº. 1.364, que criou o município, não especificara os seus limites, apenas que estes seriam os do antigo distrito de Bela-Flor.

2.2 - A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI

2.2.1 Caracterização da Rede Municipal de Ensino

A rede educacional de Guanambi dispõe de todos os níveis de ensino, desde creches até o universitário, com a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. A partir da municipalização da educação, as diversas administrações municipais têm investido na educação da população, com significativos avanços na ampliação das matrículas e nas taxas de escolarização.

As políticas de universalização de atendimento escolar, implementadas pelos três níveis de governo em regime de colaboração, produziram resultados positivos no município. São 56 estabelecimentos de ensino, assim distribuídos: 27 Estabelecimentos Municipais de creche, Educação Infantil e Ensino Fundamental, mais 3 creches; 13 Estabelecimentos Estaduais de ensino médio e superior; 1 Estabelecimento Federal de ensino profissionalizante; 19 Escolas Particulares que oferecem os níveis de ensino infantil, fundamental, médio e superior; 2 Escolas Filantrópicas; e diversas instituições gerais de educação, a exemplo da Diretoria Regional da Educação do Estado da Bahia, Núcleo de Tecnologia e Educação, Centro Social Urbano, Secretaria Brasileira de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Associação de Pais e Amigos de crianças Excepcionais, Creche Filantrópica Lar da Criança e Movimento da Educação de Base da Igreja Católica. (DIREC-30, NTE-12, CSU, SEBRAE, APAE, LAR DA CRIANÇA, MEBIC).

O município de Guanambi é servido, até a presente data, por cinco (5) Instituições de Ensino Superior:

- ⇒ Universidade do Estado da Bahia – UNEB (pública, presencial), com a oferta dos cursos de Pedagogia, Educação Física, Enfermagem e Administração e semipresencial com o Curso de Formação Docente - Gestar (Estadual) e o curso de Formação Docente – Plataforma Freire (Federal) ;
- ⇒ Centro de Ensino Superior de Guanambi – CESG/ Faculdade de Guanambi (particular, presencial) com os seguintes cursos: Administração, Enfermagem, Ciências Contábeis,

Direito, Turismo, Fisioterapia, Biomedicina e Nutrição, Farmácia e Psicologia;

⇒ Faculdade de Tecnologias e Ciências – FTC-EaD, que oferece os cursos de Letras, Matemática, Geografia, História, Biologia, Pedagogia e outros na área de Licenciatura, Bacharelados em Ciências Contábeis, Administração e Superior Tecnólogo e Segurança no Trabalho;

⇒ Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR, com os cursos de Ciências Contábeis, Administração, Assistência Social, Pedagogia, dentre outros;

⇒ Faculdade EADCON -EaD, cursos: Administração, Análise de Sistema, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Fundamentos Jurídicos, Letras, Matemática, Serviço Social e Complementação de Estudos.

Todas as escolas se encontram no perímetro urbano, seja na sede ou nos distritos: Morrinhos, Mutans e Ceraima, e nenhuma delas está localizada na zona rural, após o fechamento dessas unidades em 2005, pelo poder executivo, que alegava ser uma educação de baixa qualidade oferecida nessas escolas espalhadas pelo campo.

Como já foi mencionado, logo ao assumir o poder municipal em 2004, o prefeito Nilo Augusto Moraes Coelho decidiu acabar com as escolas da zona rural de Guanambi, e isto foi feito por decreto, sem um debate com a sociedade, interessado no processo de nucleação das escolas rurais. Dessa forma, todos os alunos que estudavam na zona rural, passaram a depender dos transportes para frequentarem as escolas da sede ou dos distritos localizados no município. Esse processo foi duramente criticado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que passou a receber constantes reclamações dos pais das crianças, sobretudo as pequeninhas de 4 ou 5 anos de idade, já que no trajeto, em transportes velhos e inadequados, por estradas malconservadas, o cansaço desses jovens alunos ficava muito visível.

Por essa razão, por ocasião da elaboração do Plano Municipal de Educação, quando várias conferências foram realizadas, garantiu-se um capítulo nesse documento que trata exclusivamente da educação do campo. Nesse capítulo, prevê-se o zoneamento da área rural de Guanambi em oito divisões e, em cada divisão dessas, um centro de cultura, educação, esporte e lazer, para atender com dignidade os habitantes camponeses. Contudo, passados quase dois anos da aprovação do plano, nada foi feito para a concretização dessa determinação legal.

Quadro 1 - N°. geral de docentes atuando, por nível e modalidade, na Rede Municipal de Ensino de Guanambi / 2007

Função	Total
Creche	35
Pré-escola	53
Ensino Fundamental	318
Educação Especial	8
EJA	15
Ensino Médio	
Total	429

Fonte: Secretaria Municipal de Educação/Escolas Municipais

Do total de docentes da Rede Municipal de Ensino, cerca de 45 possuem formação em nível médio (magistério), porém quase a totalidade desses está cursando uma graduação, na sua maioria em Pedagogia. Por outro lado, os mais de 400 professores restantes possuem graduação em Pedagogia e nas diversas áreas das licenciaturas, sendo que boa parte deles já fizeram, ou estão fazendo cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, e alguns deles em cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*.

Observa-se, portanto, que, no geral, os profissionais da educação da rede municipal de ensino possuem uma formação adequada para desempenhar as suas funções, conforme o recomendado pelas diretrizes nacionais, o que não significa, entretanto, que essa formação se deu na qualidade necessária para que eles possam desempenhar bem seus respectivos papéis na educação, haja vista o mais variado possível campo de formação, englobando instituições públicas e particulares, modalidades, presenciais, semipresenciais e a distância. Embora muito importante, a formação docente é apenas uma variável que se soma a outras tantas.

Quadro 2 - Formação dos profissionais atuando na Ed. Básica da Rede Municipal de Ensino / 2007

Profissionais	Formação				Total
	Outro	Médio	Superior	Pós-Grad.	
Diretor	-	-	13	11	24
Vice-diretor	-	-	09	-	09
Coordenador	-	-	-	15	15
Professor	-	-	-	-	-
Secretários	-	14	03	-	17
Aux. Biblioteca	-	01	-	-	01
Aux. S. Gerais	55	75	01	-	131
TOTAL	55	90	26	11	197

Fonte: Secretaria Municipal de Educação/Escolas Municipais

Do ponto de vista da estrutura física e da formação docente, o Sistema da Educação Municipal de Guanambi pode ser considerado como bom, em virtude de prédios escolares novos, com equipamentos em qualidade e quantidade suficientes, bem como um corpo docente, na quase totalidade, com graduação específica na área em que atua, mas, por outro lado, os resultados no processo ensino-aprendizagem não são ainda satisfatórios, semelhantes aos outros tantos municípios do Brasil.

Quadro 3 - Indicadores de Qualidade do Ensino

Classificação do Município pelo Índice de Qualidade Geral do Ensino, segundo a Série/ 2009				
Série	Brasil	Rede Estadual No Município	Rede Municipal	Rede Estadual do seu Estado
1ª Fase Ens. Fund.	4,6	-	4,4	3,8
2ª Fase do Ens. Fundamental	4,0	2,7	3,8	3,1
Ensino Médio	3,6	-	-	3,3

Fonte: MEC/INEP/2009

Além do baixo rendimento, o número de adultos fora da escola é muito grande, o que indica falha nas políticas públicas da educação, tanto do governo municipal, quanto das outras esferas de governo. Isto pode ser observado, em nível local, nas pesquisas do Minicenso educacional, que detectou em 2008 uma grande porcentagem de adultos que nunca foram à escola ou que pararam de estudar, principalmente antes de completar a formação média, o que representa implicações em diversas áreas sociais.

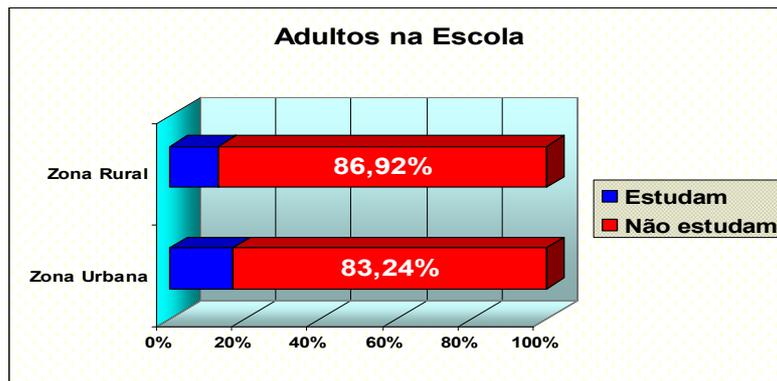


Gráfico 2 – Número de Adultos nas escolas da zona rural e urbana de Guanambi
 Fonte: Secretaria Municipal de Educação/ MiniCenso-2008
 MINICENSO DA EDUCAÇÃO

No que se refere à desistência dos adultos na escola, como já foi demonstrado, o índice é elevado, tanto na zona urbana, quanto na zona rural.

Acreditamos que a tarefa de ampliar a escolaridade dessa parcela da nossa população não se constitui das mais fáceis, exigindo um aporte de recursos muito grande para a educação pública do nosso município, e uma gestão pública eficiente para, pelo menos, amenizar o problema detectado.

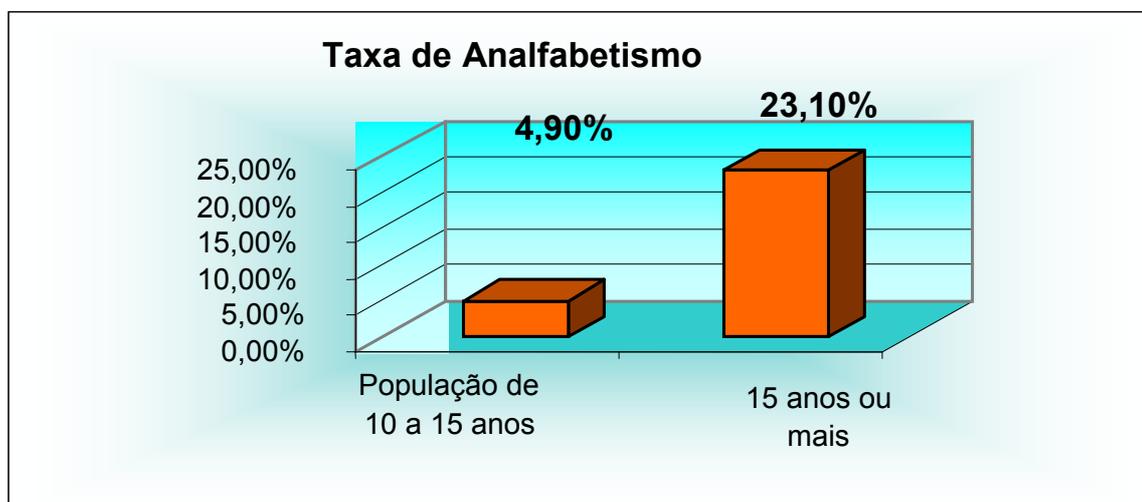


Gráfico 3 – Taxa de analfabetismo em Guanambi

Fonte: Secretaria Municipal de Educação - MINICENSO DA EDUCAÇÃO - 2008

Como se pode observar, os desafios são grandes, mas com esforço, compromisso e responsabilidade de todos os envolvidos no processo educacional, é possível avançar e alcançar resultados satisfatórios.

Nesse sentido, acreditamos que, embora enfrentando muitos problemas de ordem econômica, política e social, o Município de Guanambi, impulsionado pela conjuntura nacional, vem realizando muitas reformas educacionais que o qualificam como um município que tem uma gestão escolar possível de ser reconhecida como democrática.

Isso não significa, contudo, que o município não enfrente uma série de desafios e problemas que precisam ser resolvidos a curto, médio e longo prazo, como foi demonstrado nos gráficos, a exemplo do analfabetismo com taxa superior a 20%; baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em média de 4,4; repetência e abandono escolar (evasão); baixos salários dos docentes e demais profissionais da educação municipal, precárias condições de trabalho, dentre outros, assemelhando-se à realidade da maioria dos municípios brasileiros. Porém, é inegável que houve certo avanço quantitativo e qualitativo no processo educacional do Município de Guanambi nos últimos quinze anos.

A respeito do acesso à educação pública, se por um lado houve uma quase universalização, pelo menos do Ensino fundamental, tanto no Brasil como em Guanambi, por outro parece ter existido uma queda na qualidade desse ensino oferecido.

2.2.2 O processo de escolha de diretores das escolas de Guanambi

O Município de Guanambi, assim como grande parte dos municípios do Brasil, contava no seu quadro do magistério com um grande número de profissionais contratados temporariamente, o que, certamente, dificultava o processo de formação e capacitação em serviço. Além disso, a grande rotatividade desses profissionais, por razões dos contratos temporários, interrompia projetos e programas de médio e longo prazo.

De outra parte, a baixa formação inicial e continuada dos educadores e educadoras poderia, em parte, explicar os baixos índices de aproveitamento da aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

Por seu turno, acreditamos que as condições de trabalho eram as mais precárias possíveis: baixos salários, atraso no pagamento dos professores, falta de material didático, de limpeza e outros que facilitassem o trabalho dentro das escolas públicas; somavam-se a tudo

isso as queixas de diretores, professores, alunos e pais da comunidade escolar a respeito do descaso do poder público com a educação municipal.

No que se refere à direção das escolas do município, essa era feita por profissionais indicadas por políticos locais (prefeito e vereadores). Pelo que tudo indica, não havia critérios claros e definidos para escolher diretores de escolas públicas municipais, o que, certamente, trazia prejuízos para lidar com questões administrativas, pedagógicas e financeiras, que são exigidas no cotidiano da gestão escolar. Além disso, não parecia suficiente o número de coordenadores pedagógicos nas escolas para atender aos professores e professoras das unidades de ensino do município.

No período anterior a 1996, não havia uma lei específica que regulamentasse o ingresso do diretor escolar nas unidades de ensino da rede municipal, e tal escolha era feita arbitrariamente, a partir de interesses políticos, por indicação política, como tem sido uma prática na maioria dos municípios brasileiros, até os dias atuais.

Tal procedimento era alheio à vontade da comunidade escolar, que apenas recebia a pessoa que o poder executivo do município enviava para a instituição de ensino. Dessa forma, em alguns casos a pessoa indicada para ser diretor da escola, apresentava competência técnica e política para exercer bem a função e acabava conquistando a confiança da comunidade escolar e assim acontecia uma gestão eficaz e, até certo ponto, também participativa. Noutras circunstâncias, a pessoa indicada ao cargo diretivo ficava muito aquém do esperado pela comunidade escolar, em termos de competência de liderança e de capacidade de gestão.

Como se vê, tal situação nos leva a acreditar que o quadro na gestão educacional local, no que se refere ao atendimento ao público, era insatisfatório, insuficiente e desorganizado.

Um marco significativo para o Município de Guanambi, certamente, foi a aprovação da Lei Orgânica em 1990, modificada em 2002, que, em seu artigo 113, inciso III, determina: “gestão democrática, garantindo a participação de entidades da comunidade na concepção, execução, controle e avaliação dos processos educacionais”, conforme o que já foi apresentado neste texto.

É interessante, a partir daí, o esforço da Secretaria Municipal de Educação pela democratização de seu sistema educacional e, particularmente, da gestão da escola. Entretanto, é possível questionar não só a respeito dos métodos e conteúdos dessa democracia e participação implantadas na Rede Municipal de Ensino de Guanambi, mas também como isso repercutiu no cotidiano das escolas públicas da referida rede, além de observar o papel do

sindicato e outras instituições que representavam os trabalhadores da educação municipal da época.

Com efeito, o Município de Guanambi adotou o processo de eleição direta para diretores através da Lei 107/96, que determinou as condições e os critérios para a seleção e a ocupação da função diretiva das escolas do Sistema Municipal de Ensino.

Mesmo a partir da realização do concurso público e, especialmente, da promulgação da Lei de escolha dos diretores escolares que foi citada acima, não parece ter havido grandes mudanças na prática do fazer didático-pedagógico e do técnico-administrativo do Sistema Educacional de Guanambi, sendo que a democratização na escola parece ter ficado comprometida, já que o Projeto Político-Pedagógico se configura apenas como um documento engavetado, construído com pouca participação da comunidade escolar. Por outro lado, nota-se que O Colegiado Escolar praticamente não funciona, ou, quando é chamado a participar é para apenas confirmar decisões previamente já tomadas por poucos. Enfim, o processo de participação da comunidade escolar na escolha dos diretores das escolas não implica, necessariamente, maior participação no cotidiano do processo ensino-aprendizagem ou de sua respectiva qualidade.

Com isso, tudo leva a crer que se trata mais de uma movimentação no campo das teorias para cumprir exigências da legislação nacional, feita de forma precoce e imatura, do que efeitos significativos no cotidiano escolar.

Dessa forma, anterior à promulgação da Nova LDB, a Lei nº 9394/96, no mês de junho de 1996, deu-se início no processo de escolha dos gestores das escolas municipais de Guanambi, através do texto de Lei nº 107/96, que merece destaque o artigo 2º, já que, segundo esse artigo, as eleições eram convocadas pelo Conselho Municipal de Educação, conduzidas por uma comissão composta por um representante do corpo docente, um funcionário da escola e um representante do corpo discente, o que difere dos demais pleitos que vieram a seguir, já as eleições passaram a ser convocadas pela Secretaria Municipal de Educação, com uma única comissão externa às escolas.

No artigo 9º dessa mesma lei, definem quem são os eleitores que, além dos funcionários e professores, compõe-se esse universo os alunos que estivessem cursando a 4ª série do Ensino Fundamental, com qualquer idade, e em qualquer série a partir dos 14 anos de idade.

Outra curiosidade presente na referida lei é os plenos poderes que ela delega ao CME para acompanhar todo o processo eleitoral, antes, durante e depois do pleito, mesmo que esse

conselho estava em seu nascedouro, já que fazia um pouco mais de quatro meses de funcionamento.

É possível observar, então, que a ideia dessa primeira experiência era ampliar, o quanto possível, o processo de participação da comunidade escolar, não somente através do voto, mas também no processo de organização dessas eleições. Essa lei foi, portanto, uma grande conquista dos trabalhadores da educação municipal.

Já em observância à legislação nacional, o Município de Guanambi aprovou a Lei de nº 030/98, que semelhante à Lei 107/96, determina em seu artigo 1º que

As funções temporárias de diretores escolares de Guanambi serão exercidas por profissionais do magistério municipal, preferencialmente licenciados em pedagogia com habilitação em administração escolar, podendo, também, ser exercidas por profissionais com outras licenciaturas plenas na área da educação ou ainda com o nível médio.

Mesmo que no caput desse artigo esteja escrito “preferencialmente graduação plena em pedagogia com administração escolar”, a lei se flexibiliza em seu desfecho, no sentido de se adequar à realidade local, que ainda contava com uma carência muito grande de profissionais devidamente habilitados para exercer a função de gestor escolar, admitindo outros profissionais do magistério público, a exemplo dos graduandos e graduados em diferentes cursos de licenciatura.

Essa flexibilidade não parece estar coerente com o artigo 64 da lei 9.394/96, que dá ênfase à formação em pedagogia para atuação nos cargos de direção, planejamento, avaliação, orientação, coordenação e inspeção escolar.

A Lei 030/98, no seu artigo 3º, diz que a escolha de nomes para os cargos de diretor e vice-diretor das unidades municipais de ensino situadas nas zonas urbana e rural do município de Guanambi se dará através de eleições livres e diretas pela comunidade escolar de cada Unidade de Ensino.

No que se refere à participação da comunidade escolar na escolha do gestor de escola, o artigo 12 explicita que

O universo de eleitores deverá ser constituído por Profissionais do Magistério, por servidores técnicos e de apoio administrativo, todos lotados na Unidade Escolar, por alunos a partir da 4ª série ou maiores de 14 anos em qualquer outra série e, em casos de alunos inferiores a 14 anos e de 3ª série abaixo, estes serão representados na votação por apenas um dos seus genitores ou responsável legal do aluno.

O artigo 17 esclarece que ninguém poderá votar mais de uma vez e o artigo 21 descreve a situação em que, não havendo candidato, haverá prorrogação de prazos e, no último caso, um profissional do quadro do magistério público municipal será apresentado e referendado pela comunidade escolar para ser o gestor da escola.

A lei municipal em análise determina outros critérios importantes, como a formação do gestor, lotação na unidade de ensino, regras complementares para habilitar-se a candidato a gestor, acompanhamento do pleito eleitoral, dentre outros que serão tratados na presente pesquisa.

Mais tarde, foi sancionada uma nova Lei, a de nº 092/05, que revogou as leis: 107/96, 030/98, 216/04, o art. 13 da Lei 028/98 e a Lei nº 89/95. Essa nova lei, que passou a vigorar a partir do dia 13 de dezembro de 2005, substitui outra de caráter autoritário e ditatorial, que havia sido aprovada na câmara de vereadores, solicitada em regime de urgência pelo executivo local, sem o conhecimento e a participação da comunidade escolar, ou entidades civis organizadas.

Assim, destacamos os artigos 12, 14 e 18 da referida nova lei, por entendermos que representam maior importância para a nossa pesquisa. Então vejamos sobre o processo de participação dos eleitores; o artigo 12 esclarece:

O universo de eleitores deverá ser constituído por profissionais do Magistério, por servidores técnicos e de apoio administrativo, todos lotados na Unidade Escolar, por alunos a partir de 14 anos e, em caso de alunos com idade inferior a 14 anos por um de seus genitores ou responsável legal.

Já o artigo 14 estabelece que “ninguém pode votar mais de uma vez no mesmo estabelecimento”, não deixando claro, contudo, se se pode votar em outro estabelecimento de ensino do município, caso tenha relação direta com esse outro estabelecimento.

Da lei aqui analisada merece destaque ainda o artigo 18, que apresenta a hipótese de não haver candidato na escola, quando será apreciado, dentre os profissionais da unidade de ensino, um nome que será referendado em assembleia para ser diretor, jamais remetendo ao poder executivo do município a escolha do gestor da escola, mas sim à comunidade escolar.

Observe-se que o texto da Lei 092/2005 não difere do texto da Lei 030/1998, no que se refere à participação da comunidade escolar na escolha dos diretores das Unidades de Ensino de Guanambi, exceto em deixar de fora os alunos da 3ª série com idade inferior a 14 anos.

No momento, há uma tendência a combinar a participação da comunidade escolar e a decisão de escolha do poder executivo, por certo acreditando que, dessa forma, se encontra o

equilíbrio entre os dois poderes: político e social, conforme a nova lei aprovada, recentemente, a Lei nº 375/2009, que prevê a escolha dos diretores de escolas municipais, a partir de uma lista tríplice.

Nesse sentido, destacaremos os artigos 2º e 3º, que modificam, respectivamente, o artigo 3º e seus parágrafos 1º e 2º da Lei 092/2005:

Art. 3º. A escolha de nomes para a lista tríplice dos respectivos cargos de Diretor e Vice-diretor das Instituições Escolares Municipais de Ensino situadas no Município de Guanambi dar-se-á através de eleições livres pela comunidade escolar de cada Unidade de Ensino.

Observe-se que a palavra *diretas*, que se encontrava presente nas duas leis anteriores, é retirada do novo texto.

Complementando os parágrafos modificados do artigo 3º das leis anteriores, a Lei 375/2009 estabelece que

A comunidade escolar elegerá uma lista tríplice em cada escola, que será encaminhada para o poder executivo, que, nos 15 (quinze) dias subseqüentes, escolherá um diretor e respectivo vice-diretor integrantes da lista tríplice para nomeação.

Caso não haja na Instituição Escolar 03 (três) chapas inscritas, o Chefe do Poder Executivo indicará profissional do magistério do quadro efetivo da rede municipal de ensino, com especialização em Gestão Escolar ou Empreendedorismo Escolar.

Essa lei em análise em nada se refere ao universo dos eleitores; fica subentendido que prevalece o que está posto na lei anterior.

Vale ressaltar, entretanto, que a Lei 375/2009 foi uma lei de autoria exclusiva do executivo, que em nenhum momento o projeto foi apresentado para a discussão da comunidade escolar, o que gerou enorme insatisfação dos profissionais da educação, por julgar que foram lesados nos seus direitos e em suas conquistas; dessa forma, eles temiam que, no fundo, o Executivo Municipal desejasse mesmo era voltar ao processo autoritário de indicação dos gestores das escolas. Porém, o atual prefeito reconheceu que era preciso discutir com a comunidade escolar sobre a melhor forma de escolher os diretores das escolas da rede municipal de ensino e abriu o canal de negociação para a elaboração de um novo projeto de lei que contemplasse as necessidades da comunidade escolar em prol da melhoria da qualidade da educação do Município e, em 25 de outubro do ano de 2010 foi aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo executivo, a Lei nº 423/2010 que, dentre outras coisas, amplia, consideravelmente, a participação de professores da rede municipal de ensino para a composição dos elegíveis, já que em seu artigo 1º diz estar aptos a serem candidatos,

aqueles docentes que são graduados em Pedagogia ou em qualquer outra licenciatura, desde que, para esses últimos, sejam portadores de certificados de conclusão de cursos de especialização em Gestão Escolar, com carga horária de 360 ou área correlata e de mesma carga horária.

A lei citada amplia a participação, ainda mais, para o universo de eleitores, como é possível conferir textualmente no artigo 12

O universo de eleitores deverá ser constituído por profissionais do Magistério, por servidores técnicos e de apoio administrativo, todos lotados na Unidade Escolar, por alunos a partir da 4^o série ou 5^o ano do ensino fundamental a partir dos 12 (doze) anos de idade.

Parágrafo único. Os alunos com idade inferior a 12 (doze) anos e anterior à 4^o série ou 5^o ano do ensino fundamental, serão representados por um de seus genitores ou responsável legal.

Outra novidade dessa nova lei em que no artigo 15, inciso IV, abre a possibilidade da dedicação exclusiva do diretor, que o próprio deverá optar por esse regime, desde que a escola tenha mais de mil (1000) alunos.

Além dos textos de leis específicas, é possível verificar algumas menções importantes sobre a gestão escolar e, especificamente, sobre as eleições para a escolha de gestores das escolas municipais de Guanambi, em documentos como o Plano Municipal de Educação:

A gestão escolar, além de levar em conta os princípios da autonomia, democracia, participação e transparência, levará em consideração, também, os princípios da solidariedade, da pluralidade cultural, das diferenças, da ética, da moral, da cooperação, da dignidade e do respeito à vida, e se posicionará contra qualquer tipo de discriminação, preconceitos e injustiças que venham a colocar em risco a paz e a integridade física ou moral do ser humano. (2008, p.96)

E no Memorial da Educação de Guanambi:

Nessa perspectiva, a lei de escolha de gestores da Rede Municipal de Ensino da cidade de Guanambi se fundamenta em diferentes teorias que têm orientado a prática dos diretores de escola do contexto atual, com foco naquelas que objetivam a gestão escolar democrática e participativa da educação pública. (2008, p.25)

Por tudo o que foi apresentado até aqui, estudar a gestão escolar da rede municipal de ensino preconiza uma leitura dos aspectos históricos do processo administrativo da escola, os elementos promotores da democracia, autonomia e participação. Nesse sentido, o Colegiado escolar, a forma de escolha do gestor, via eleições livres e diretas, além da organização estudantil, as assembleias, dentre outras formas, contribuem para a consolidação da cidadania

e da democracia na sociedade brasileira. Dessa forma, nossa investigação destina-se a responder **como vem ocorrendo a participação dos membros da comunidade escolar no processo de eleições livres e diretas para a escolha dos diretores na rede municipal de Guanambi?**

Como hipótese inicial, acreditamos que houve um esforço dos poderes públicos constituídos, juntamente com as associações que representam os trabalhadores da educação municipal, no sentido de aprimorar o processo de participação e democratização nas escolas da rede municipal de educação de Guanambi. Certamente, tais esforços se deram em observância à legislação que orienta e normatiza a educação brasileira. Contudo, parece-nos que esses esforços foram (in)suficientes para efetivar uma cultura de participação, de autonomia e de confiança entre a Secretaria Municipal de Educação e as escolas da rede municipal de ensino, e dessas últimas com as famílias usuárias da educação oferecida por essa rede. Definimos como objetivo geral, portanto, desenvolver **uma análise sobre a participação no processo de eleições diretas para a escolha de gestores escolares no município de Guanambi.**

Para tanto, julgamos necessário proceder com uma cuidadosa e seletiva revisão bibliográfica, com uma pesquisa documental e, pelo que tudo indica, haverá necessidade de realizar entrevistas com algumas pessoas capazes de apresentar maiores esclarecimentos a respeito do processo de participação na escolha dos diretores das escolas da rede municipal de ensino.

CAPÍTULO III

3.1 - QUADRO TEÓRICO

O presente capítulo procura discutir alguns conceitos que consideramos centrais para o desenvolvimento de nossa pesquisa e que estão associados às eleições diretas para diretores, a exemplo da democracia e da participação.

Além do conceito e de algumas características da democracia, que serão apresentadas a partir de leituras de obras de Bobbio (1987, 1998, 2000 e 2002), Boaventura de Souza Santos (2004) e Anísio Teixeira (2007), trataremos do conceito de participação, em Ghon (1997, 2001, 2003, 2005 e 2007).

Complementando a revisão de literatura, outros autores, como Henrique Paro (2008) Heloisa Luck (1998), Dinair Leal da Hora (2007), Bastos (et al,2002), Ferreira (2000 e 2005), Licínio Lima (2002), João Barroso (1996), poderão dialogar conosco a respeito da democracia e da participação no processo das eleições diretas para a escolha de diretores das escolas públicas brasileiras.

Na sequência, utilizaremos estudos realizados sobre a gestão escolar e que estão disponíveis em dissertações e teses, a exemplo das pesquisas de Ivan Luiz Novaes (1996), bem como em documentos arquivados em setores da educação pública municipal, sites oficiais, como do MEC, e outras referências que venham nos auxiliar na compreensão sobre o processo de participação da comunidade escolar na escolha de seus dirigentes.

Para tanto, o capítulo se organiza numa sequência que vai do conceito geral de democracia, de participação, à aplicação específica desses conceitos na área educacional.

3.1.1 Concepção e algumas considerações gerais sobre democracia

A democracia (*demo* = povo e *kracia* = governo) teve berço na cidade de Atenas, Grécia. Caracterizava-se pela participação na vida política da Cidade. Essa democracia era

considerada direta, na medida em que possibilitava a participação de cada cidadão nas principais decisões da comunidade, através de assembleias, tanto nos salões, onde aconteciam os principais fóruns da cidade, quanto na Ágora (Praça pública).

Embora tenha sido Atenas o berço da democracia, nem todos podiam participar de decisões políticas que estavam relacionadas aos deveres e direitos dos cidadãos e cidadãs gregos. Assim, mulheres, estrangeiros, escravos e crianças não participavam das decisões políticas da cidade.

Esse tipo de democracia, portanto, pode ser considerado antigo e diferente da democracia moderna, comum nos dias de hoje. A democracia antiga carregava o forte sentido de governo de todos, da maioria, para a decisão do interesse de todos. Isso só era possível em virtude de uma complexidade menor e uma população bem mais reduzida, diferente, portanto, da atual condição dos Estados-nações que conhecemos atualmente, com suas amplas e complexas teias de relações, em dimensões globais.

Corroborando essa tese, Bobbio (2000) menciona que o projeto de democracia foi pensado para uma sociedade muito menos complexa do que a de hoje e que pela democracia direta, a exemplo dos antigos gregos, o Estado pode ser governado por um único centro de poder, como a assembleia dos cidadãos, o que certamente é inviável numa sociedade maior e mais complexa, a exemplo dos nossos dias, quando deve ser substituída pela democracia representativa.

No sistema republicano de governo, a democracia moderna encontrou seu terreno fértil para reproduzir, baseada nos direitos da sociedade moderna, como direito a ter direito, direito a participar, especialmente através do voto, da escolha de seus representantes políticos, direito a serviços sociais, como moradia, previdência, educação, saúde, e direito de participar da discussão e elaboração de projetos e programas do Estado, que são de interesse de toda a nação.

Bobbio (2000, p.40) observa que a “democracia moderna nasceu como método de legitimação e de controle das decisões políticas em sentido estrito, ou do ‘governo’.” De acordo com o autor, a democracia moderna pode ser medida pela ampliação dos espaços para exercer o direito de decidir e não apenas pelo aumento do número daqueles que adquiriram direitos de participar das decisões.

Na América Latina, em geral, e especialmente no Brasil, a prática da democracia representativa vem se aperfeiçoando nas últimas décadas. Muitos consideram, por exemplo, que o Brasil tem amadurecido muito em termos de democracia. A despeito dessa

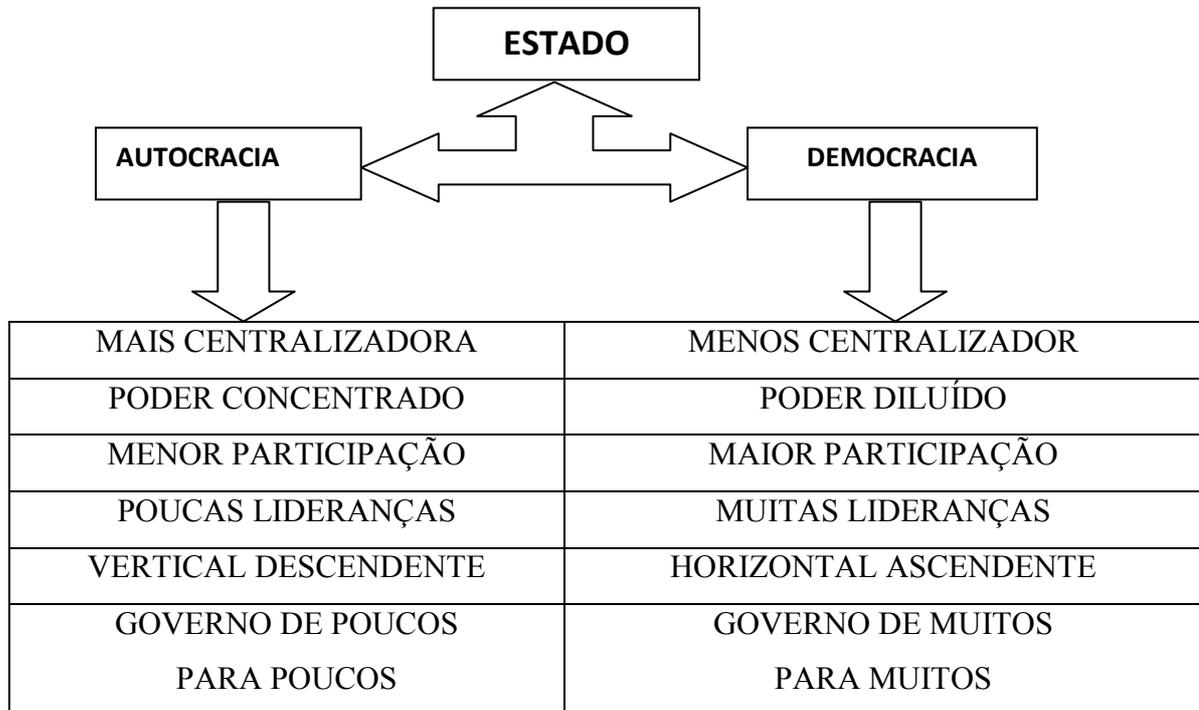
consideração, ainda há alguns problemas que podem ser observados no contexto da nossa democracia, a exemplo da corrupção, que está dentre as mais elevadas em relação às nações que têm o mesmo paradigma de governo.

Por outro lado, diferentemente da democracia direta, quando todos os cidadãos e cidadãs participam de todas as decisões que direta ou indiretamente lhes interessam, a democracia moderna se dá de forma indireta, conhecida como democracia representativa, por ser governada por alguns, eleitos para representar seus votantes, e reunir condições de decidir por eles.

Nesse tipo de democracia moderna, o elemento central é o voto e a possibilidade de que, dentro do gozo dos direitos constitucionais, todos podem votar e ser votados; eleger e ser eleitos, embora, na prática, ser eleito depende de outros fatores, como, por exemplo, as influências políticas e o poder econômico.

A democracia moderna pode ser considerada como limitada em termos de atingir um ideal. Rousseau, citado por Bobbio (2000), reconhece que a soberania não pode ser representada, contudo uma verdadeira democracia nunca existiu e jamais existirá, porque requer muitas condições difíceis de serem reunidas. De acordo com Rousseau, “se existisse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Mas um governo assim perfeito não é feito para os homens” (p.54).

Como se vê, a democracia não é a única opção que se tem para exercitar um determinado tipo de governo. Contudo, com o advento de regimes menos autoritários e centralizadores, e com o advento das novas repúblicas, a democracia passou a ser preferida por muitas nações e aos poucos foi se instalando nas instituições, especialmente as públicas. Assim, com a finalidade de ilustrar o que foi descrito acima, apresentamos um quadro na sequência que demonstra uma breve comparação entre um regime autocrático e um regime democrático de governo.

QUADRO 4 – Comparativo entre Estado Autocrático e Estado Democrático

Fonte: Elaboração do autor da pesquisa

Dessa forma, a concepção de democracia comporta várias abordagens, já que se trata de um sistema político empregado em governos do mundo inteiro, há muito tempo utilizado tanto nos discursos como nas práticas de diferentes grupos humanos. Neste sentido, é interessante diferenciar a Democracia Liberal da Democracia Social, termos presentes na chamada Democracia Moderna. Segundo Bobbio (1998, p.323), “[...] Ao longo de todo o século XIX, a discussão em torno da Democracia se foi desenvolvendo principalmente através de um confronto com as doutrinas políticas dominantes no tempo, o liberalismo de um lado e o socialismo do outro.”

Assim, ao citar vários pensadores e filósofos, como Benjamin Constant, Rousseau, Tocqueville e John Stuart Mill, Bobbio (1998) esclarece que a Democracia Liberal é aquela compatível com o Estado Liberal, que reconhece e garante direitos essenciais dos seres humanos, a exemplo do direito da liberdade do pensamento, da religião, de imprensa, de reunião, dentre outros. Por outro lado, a Democracia Social defende, além de todos esses direitos, o reforço da base popular do Estado, bem como uma democracia ascendente, das

bases populares para os órgãos centrais, e não restrita à representatividade, mas sim numa concepção de democracia direta, em que as pessoas decidem diretamente, por meio de assembleias e outras formas de participação, os seus interesses e destinos na comunidade em que vivem.

No Brasil de hoje, é possível reconhecer os dois tipos de democracia: a direta e a representativa, com predomínio da segunda sobre a primeira.

Contribuindo com o debate sobre a democracia, Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer (2005) afirmam que

A variação na prática democrática é vista com maior interesse no debate democrático atual rompendo com as adjetivações próprias do debate político do período da guerra fria – democracias populares *versus* democracias liberais. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, o processo de globalização suscita uma nova ênfase na democracia local e nas variações da forma democrática no interior do Estado nacional, permitindo a recuperação de tradições participativas em países como o Brasil [...] (p.42).

Assim como em outros momentos da história brasileira, a exemplo da luta pela independência do Brasil, da luta pelo advento da República, pela abolição da escravidão dos negros, pela educação pública, laica, gratuita e para todos, pelo direito de escolher e ser escolhido para representação política brasileira, pela anistia dos condenados e exilados políticos, dentre outras, em que manifestações democráticas puderam ser observadas, certamente, a partir da década de 1980, no Brasil, as iniciativas das democracias locais se multiplicaram nas práticas dos grupos sociais que se organizaram para defender seus direitos e recuperar a cidadania perdida no período da ditadura militar.

Dessa forma, as associações de bairros e rurais, os diferentes conselhos e colegiados e diversas entidades não governamentais, se estruturavam em torno de uma democracia mais direta, como as assembleias, reuniões e conferências, votando algumas diretrizes que foram responsáveis pela nova organização social do país, a exemplo do Planejamento Participativo da Cidade de Porto Alegre, inicialmente, e que se tornou prática em muitos municípios brasileiros.

A respeito do Planejamento Participativo da Cidade de Porto Alegre, supracitado, iniciou-se em 1989, com a vitória do 1º governo da Frente Popular - coligação de partidos de esquerda teve como plataforma principal, a democratização das relações entre Estado e Sociedade Civil. Então, a primeira proposta de orçamento participativo, passou pela discussão pública, coordenado pela Secretaria de Planejamento Municipal. A prefeitura propôs a divisão em cinco regiões para a regionalização do OP. No debate com lideranças comunitárias ficou

acertado que seria dividido em 16 regiões. Na primeira reunião participaram 200 pessoas (TOLEDO et al, 2004).

Podemos dizer que a prática Planejamento Participativo que ocorrem em Porto Alegre desde a década de 1980, e que se espalhou por diversos municípios do Brasil inteiro, inclusive no Município de Guanambi, constitui-se num exemplo concreto de participação e de democracia direta.

Num contexto democrático, os diversos grupos sociais é que são autores da sua própria história e lideram as tomadas de decisões coletivamente, não delegando, portanto, o poder a um soberano para tomar todas as decisões políticas que norteiam a vida de todos, conforme pode ser confirmado nas palavras de Bobbio:

[...] os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática, na qual não existe mais soberano, o povo ou a nação, composto por indivíduos que adquiriram o direito de participar direta ou indiretamente do governo, na qual não existe mais [...] (2000, p.35)

Parece que no plano teórico, equivale dizer que os interesses coletivos precedem os interesses individuais, e estes últimos são alcançados mediante os primeiros. Contudo, na prática, pelo menos brasileira, não fica evidente se a maioria dos representantes políticos, escolhidos pelo povo para defender seus direitos, estão certos dessa defesa coletiva, mas sim cuidam de interesses particulares próprios ou de pessoas a eles ligados.

Porém, é o mesmo Bobbio (2000) que nos alerta para o fato de que, embora o princípio democrático tome por base o princípio da liberdade entendida como a autonomia do sujeito, a democracia representativa, que é a forma que predomina hoje, é por si mesma uma renúncia ao princípio da liberdade e da autonomia, e complementa dizendo que nada ameaça tanto a existência da democracia quanto o próprio excesso de democracia.

O que o autor sustenta, entretanto, é que, na dimensão do Estado moderno e sua respectiva complexidade, é impossível a prática de uma democracia que não seja a representativa, o que significa delegar poder para que alguém possa dirigir uma instituição, uma comunidade, um município, um estado ou uma nação. Isso não invalida, contudo, práticas mais diretas de democracias, no interior de cada uma dessas organizações políticas.

Daí Bobbio afirmar que “[...] O único ponto sobre o qual uns e outros poderiam convir é que a Democracia perfeita – que até agora não foi realizada em nenhuma parte do mundo, sendo utópica, portanto – deveria ser simultaneamente formal e substancial”. (1989).

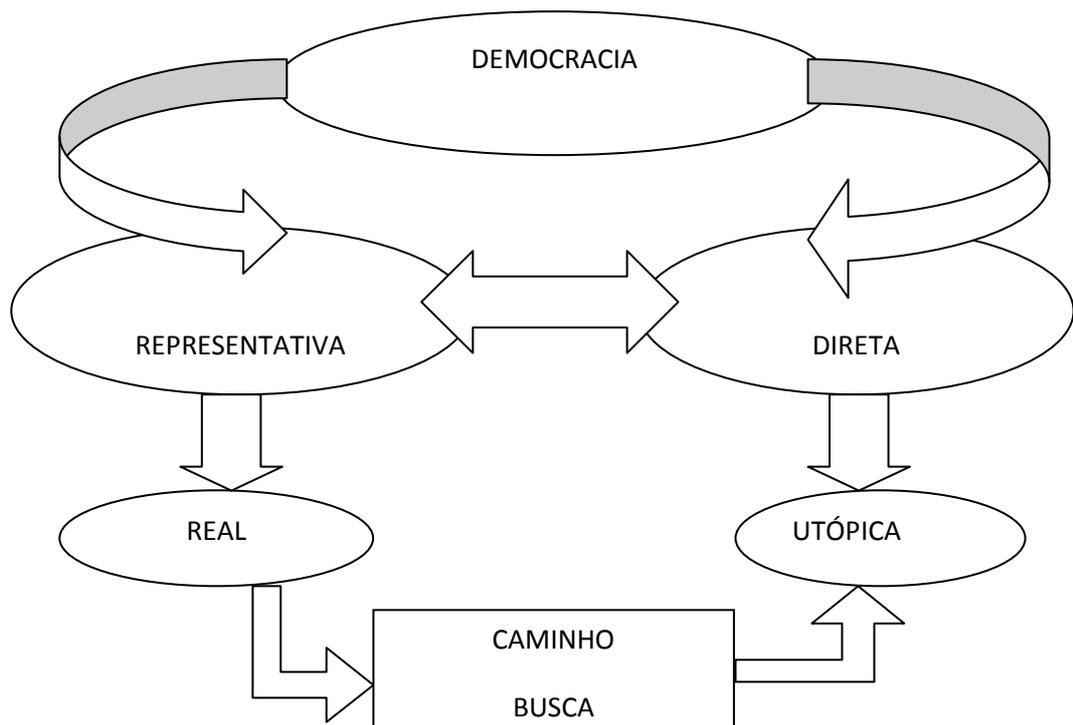
Portanto, podemos dizer que há uma democracia real e possível de ser praticada e uma democracia ideal possível de ser buscada, ainda que seja utópica.

Neste sentido, a democracia ideal é um horizonte distante que vislumbramos como modelo de regime político. Contudo, numa sociedade com visíveis e profundas desigualdades como a nossa, tal regime não se consolida. Para tanto, parece interessante buscar uma sociedade mais justa e mais igualitária, para que possamos pelo menos aproximar-nos dessa democracia utópica, pensada pelos esquerdistas marxistas e outros socialistas do mundo inteiro ao longo da história da humanidade.

Numa sociedade capitalista, na qual vivemos e em que os interesses de poucos se sobrepõem aos interesses coletivos, é praticamente impossível acreditar numa democracia ideal. O máximo que podemos conseguir é uma democracia representativa liberal, com algumas experiências de democracia direta e social, no seio da primeira.

A figura a seguir ilustra o que acabamos de relatar no parágrafo acima.

FIGURA 2 – Democracias: Representativa e Direta



Fonte: Elaboração do autor

Sabemos, contudo, que o conceito de democracia comporta um leque muito grande de teorias e outros conceitos relacionais, a exemplo de autonomia, participação, cidadania e descentralização, por isso, a necessidade dessa abordagem geral a respeito da democracia. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende estudar, justamente, questões que estão em torno

dos princípios democráticos e participativos da gestão escolar do Município de Guanambi, no Estado da Bahia, uma das unidades federativas do Brasil.

No intuito de se aproximar mais do nosso objeto de estudo, o tópico seguinte tem como finalidade apresentar e discutir a democracia dentro do processo educacional, numa perspectiva crítica e interpretativa, por entender que os princípios democráticos são, certamente, importantes para o processo de participação.

3.1.1.1 Democracia na educação

Na parte inicial do capítulo, abordamos alguns aspectos que julgamos importantes para compreendermos a democracia como princípio político e forma de governo experimentada em diferentes épocas e lugares do planeta.

Iremos explorar a seguir alguns aspectos que caracterizam a relação entre democracia e educação, sobretudo a democracia dentro das práticas educacionais, como forma de abertura dos espaços que permitem o exercício da participação dos membros da comunidade escolar e local, a exemplo das reuniões de pais e mestres, reuniões do Colegiado Escolar, reuniões com o Grêmio Estudantil, bem como em atividades esportivas, festivas e culturais.

Em contextos em que a participação é habitual, a democracia se estende a outros espaços de exercício da cidadania, principalmente nos espaços públicos onde são oferecidos serviços essenciais à população, como, por exemplo, a educação pública, gratuita, de qualidade e para todos. Assim, “A idéia de democracia é aprender a viver com desafios e tensões, e adquirir conhecimentos acerca do processo de aprendizagem sobre diferenças democráticas”. (TORRES, 2001, p.37)

A vigência da democracia no âmbito educacional como um todo certamente poderá garantir que essa democracia também seja observada nas instituições de ensino, especialmente na esfera pública da educação brasileira.

Se a prática do planejamento e de ações nos órgãos centrais da educação se torna uma constante, é possível que tal atitude se prolifere, chegando até o “chão da sala de aula”. O inverso também é possível. Isto é, se o exercício da democracia passa a ser uma constante nas escolas brasileiras, aos poucos se torna possível chegar às práticas dos órgãos centrais da educação, a exemplo de secretarias e do próprio Ministério da Educação e Cultura.

No entanto, parece difícil se efetivar uma gestão escolar progressiva e libertadora num regime autoritário. Nesse caso, a possibilidade de se efetivar uma gestão participativa é mais

provável numa esfera com princípios democráticos para que, num clima favorável ao desempenho da cidadania, o processo ensino – aprendizagem aconteça com maior eficácia.

Na medida em que se universaliza o acesso escolar, possibilitando a chegada das camadas populares a essa instituição pública, o desafio de alcançar a qualidade é iminente, conforme alerta o educador Anísio Teixeira, ao dizer: “Uma nova política educacional impôs-se. Não basta haver escolas para os mais capazes: é indispensável que haja *escolas para todos*. Não basta haver escolas para todos: é indispensável *que todos aprendam*.” (2007a, p.157). E complementa seu pensamento alertando que “deste modo, a educação escolar passou a visar – não à especialização de alguns indivíduos – mas à *formação comum do homem* e à sua posterior especialização para os diferentes quadros de ocupações, em uma sociedade moderna e democrática”. (id.,ibid.).

Sobre a ideia de democratização da escola pública brasileira, podemos constatá-la no seguinte fragmento presente em textos oficiais do MEC: “[...] A democracia garante a construção de direitos, a participação possibilita a sua legitimidade, e a cidadania garante a sua efetivação” (BRASIL/MEC, 2008, p.65). Então, no sentido de dar sequência ao estudo dos elementos de sustentação das eleições diretas para a escolha de gestores da rede pública municipal, procederemos com a apresentação do conceito de participação, numa compreensão geral, e depois especificamente conforme a maneira como procedemos com o conceito de democracia.

3.2 - ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A IDEIA DE PARTICIPAÇÃO

Do Latim *partitione*, ou *participare*, a participação significa o ato de partir ou dividir. Participar, nesse sentido, significa fazer saber, anunciar, comunicar; ter ou tomar parte em alguma coisa.

Participação é parte integrante da concepção política democrática em contextos sociais em que a cultura organizacional não é autoritária e em que se divide melhor o poder de tomar decisões que interessam a um coletivo determinado. Neste sentido, Gohn esclarece que

O tema da participação tem longa tradição de estudos e análises, particularmente na ciência política. Ele pode ser observado nas práticas cotidianas da sociedade civil, quer seja nos sindicatos, nos movimentos, quer em outras organizações sociais, assim como nos discursos e práticas políticas estatais, com sentidos e significados completamente distintos [...] o tema da participação é uma lente que possibilita um olhar ampliado para a História [...] (2001, p.13).

Assim, parece que, quanto maior a consciência política e o interesse de quem participa, melhor o nível de participação. Entretanto, há muitas outras variáveis que influenciam a qualidade da participação.

De acordo com Bordenave (1993, p.1), é possível ter uma ideia clara do termo participação, na sua polissemia e complexidade de uso. O autor inicia seu discurso perguntando: **“Qual é a origem da palavra ‘participação’?”**

Segundo o autor, quando indagamos sobre a definição de “participação”, a palavra “parte” é a mais evidenciada, demonstrando que se trata de fazer, tomar parte ou ter parte em algum grupo, coisa ou negócio. E complementa: “De fato, a palavra participação vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte. Mas é tudo a mesma coisa ou há diferenças no significado destas expressões?”

Fica esclarecido que a participação não se dá no mesmo nível em todos os espaços e tempos. Acreditamos, com isso, que é possível fazer parte de um grupo sem necessariamente estar participando das decisões que estão relacionadas direta ou indiretamente com os interesses da sua vida.

Dessa forma, podemos dizer que uma participação é ativa quando os sujeitos participantes têm direito a vez, a voz e a voto, com participação efetiva nos resultados de uma determinada negociação, por exemplo. Por outro lado, consideramos uma participação fraca ou nula, quando as pessoas convidadas a participar são passivas, meras ouvintes de decisões previamente tomadas e apenas anunciadas num determinado momento, por isso “A prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte.” (BORDENAVE, 1993, p. 1)

A partir dos fragmentos textuais acima, parece que a participação depende da cultura organizacional, de um determinado grupo social ou do próprio indivíduo que participa. Assim, a formação cidadã e responsável do sujeito o leva, hipoteticamente, a um nível mais qualificado de participação, isto se ele acredita no potencial de sua respectiva participação como mecanismo de mudança social.

Bordenave (1993) complementa dizendo que

O interessante é que a luta pela participação social envolve ela mesma processos participatórios, isto é, atividades organizadas dos grupos com o objetivo de expressar necessidades ou demandas, defender interesses comuns, alcançar determinados objetivos econômicos, sociais ou políticos, ou influir de maneira direta nos poderes públicos.¹

¹ Bordenave, Juan e Diaz, O Que é Participação? Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.

Contudo, nem sempre a participação se dá de forma politicamente consciente e ativa do sujeito que participa, não passando, às vezes, de um simples convite de alguém ou algum grupo para assistir ao relato de decisões que já foram previamente tomadas, conforme descreve Carneiro (2007): no cotidiano das pessoas, a terminologia participação é usada para designar uma situação onde haja interação entre sujeitos, ou até mesmo para determinar uma ação de um sujeito isoladamente, respondendo por um grupo inteiro.

Entretanto, a participação é elemento chave da democracia. Não uma participação calada, sujeitada e regulada por quem domina e dá a palavra final, mas uma participação ativa, com efeito decisório. Assim participação e democracia são faces de uma mesma moeda. “O conceito de democracia como conteúdo está relacionado com o conceito de democracia como um sistema de participação política do povo nos assuntos públicos”.(TORRES, 2001,p.31).

Parece que é cada vez mais crescente o movimento de participação, elemento crucial para a existência de qualquer tipo de democracia no mundo. Assim, nos diferentes movimentos populares organizados, as reivindicações são feitas através de intensos movimentos participativos, por vezes conflituosos como no Movimento dos Sem-Terra, que reivindica direito à propriedade, dos Sem-Teto, que reivindicam o direito à moradia, os homossexuais, que reivindicam respeito e o fim da discriminação, além dos ativistas, ecologistas, ambientalistas, dentre outros, que já se encontram em grandes movimentos, como o Fórum Social Mundial (GOHN, 2001).

O que parece fortalecer a democracia moderna são justamente os movimentos de base, no interior da sociedade, que se encontram em espaços democráticos, como conselhos representativos, assembleias, associações e cooperativas, sindicatos, montados para defender os interesses dos moradores de uma determinada zona rural, de um bairro, de uma categoria profissional, ou de serviços públicos, a exemplo da educação.

Neste sentido é que Sheth (2005) afirma que

[...]É na política dos movimentos de base, que o alcance da democracia é ativamente buscado e expandido através dos seus combates políticos quotidianos, que a democracia participativa é concebida não apenas como desejável mas como uma forma de organização e uma prática política necessária[...] (p.110).

Quando as pessoas tomam parte nas decisões que lhes interessam e que lhes trazem benefícios a curto, médio ou longo prazo, dizemos que nesse processo há particip(ação). Participar da ação é fazer parte de um movimento político tanto no sentido mais amplo da política nacional, como no sentido mais específico da política local.

Contudo a participação de uma pessoa num processo político, pedagógico, cultural, social e histórico pode se diferenciar em intensidade e forma. Por exemplo, o efeito de uma participação ativa de alguém pode ser decisivo para a resolução de um problema. Nesse sentido, dizemos que se trata de uma intensidade alta e significativa de participação, com autoria histórica. Por outro lado, a pessoa convidada a participar pode ser apenas um número a ser registrado em ata, sem direito de vez, voz e voto, apenas para confirmar decisões já tomadas por uma ou algumas pessoas isoladamente.

No que se refere à forma de participar, dentre outras, podemos citar a participação direta, quando a pessoa é delegada a discutir, planejar, votar as decisões, implementá-las e fazer sua respectiva avaliação diagnóstica, de processo e de produto. Ou, por outro lado, a forma de participação indireta, quando, por exemplo, delegamos representantes para liderar e tomar conta dos nossos interesses. Geralmente essa escolha é feita pelo voto direto e secreto, conforme a democracia representativa.

A participação não é inata de um grupo ou indivíduo. Ela pode ser aprendida no exercício prático de cidadania, coerente com os anseios sociais, políticos, econômicos, educacionais e culturais de um povo, conforme a afirmação de Souza logo abaixo:

Como os demais processos sócio-humanos, a participação é suscetível de crescimento de tipo biológico. Ela pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão. A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar conseqüências; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas, observações de interferências e fatos de julgamentos (2007, p.63-64).

Conforme o que foi citado, para que a participação venha a garantir seu caráter social e pedagógico, faz-se necessária a presença de determinados valores, como o espírito de equipe, solidariedade, colaboração, empatia, ética e compromisso de todos, no sentido de garantir maior eficiência na ação e assim chegar aos objetivos almejados.

Ao se tratar da questão da participação, duas questões dificultam e muito uma análise mais aprofundada, que são: a questão da consciência individual do sujeito participante ou chamado a participar e a questão do grau de participação relacionada ao número de pessoas consultadas.

É muito complexo saber se um número maior de pessoas dando palpite significa participação efetiva, ou, no caso da presença de uma determinada pessoa chamada a participar, se a participação dela significa, efetivamente, uma decisão compartilhada e se essa decisão é a melhor que se poderia tomar para o grupo envolvido no processo participativo.

3.2.1 Participação no processo educacional: da finalidade proclamada à finalidade alcançada

Numa relação intrínseca entre democracia, participação e educação, especialmente nas últimas duas décadas no Brasil, a gestão democrática da escola vem experimentando diferentes modelos de exercitar notadamente princípios de democracia e participação. Esse exercício pode ocorrer por meio dos Colegiados Escolares, dos Grêmios Estudantis, Associação de Pais e Mestres e das formas democráticas de escolha dos gestores escolares, a exemplo das Eleições Livres e Direitas.

Como tal, o tipo de democracia que se estabelece no âmbito educacional comporta, sobretudo, características da democracia moderna na medida em que procura ampliar os espaços de participação indireta dos sujeitos nas decisões relativas à educação.

No campo educacional, alguns focos de participação e de autonomia também podem ser observados. É o caso de algumas administrações escolares, nas quais a comunidade é acolhida e incentivada a participar e cuidar de um dos bens mais preciosos da humanidade, que é a educação.

Dessa forma, no entendimento de Paro (2008):

No caso de reivindicação pela participação da comunidade na gestão da escola pública, a hipótese possível é que, no momento da luta por essa participação, os diferentes grupos tendem a unir esforços para o objetivo comum; no momento, porém, em que essa participação começa a se efetivar, deve iniciar-se também a maior explicitação de divergências, que somente a partir de um aprendizado constante que a própria prática participativa proporciona será possível administrar, orientando-se os esforços para o interesse comum da melhoria da qualidade do ensino. (p.66)

Dessa forma, democracia e participação são condições fundamentais para o bom andamento da gestão escolar que vise, como princípio básico, à formação crítica, reflexiva e participativa dos cidadãos e cidadãs que fazem parte da comunidade escolar. “O reforço da dimensão local da escola exige alterações nos modos de regulação, nas formas de organização e nas práticas de gestão”. (BARROSO, 2001, p.17).

Na concentração desses esforços por parte das autoridades políticas, dos diretores de escolas, professores, alunos, pais, funcionários e sociedade em geral, para inserir práticas mais democráticas de gestão escolar e combater qualquer tipo de autoritarismo que venha a prejudicar a qualidade da educação pública brasileira, torna-se possível acreditar numa gestão verdadeiramente democrática. Assim,

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares, é a forma não-violenta que faz com que a comunidade educacional se capacite para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade e possa também gerar “cidadãos ativos” que participem da sociedade como profissionais compromissados e não se ausentem de ações organizadas que questionam a invisibilidade do poder. (CURY, 2005, p. 17.)

Nessa perspectiva, acreditamos que o fato de os gestores escolares serem escolhidos pela comunidade escolar facilite a aproximação desses diretores dos interesses coletivos dessa comunidade que, em última instância, nada mais são que garantir uma aprendizagem em qualidade e quantidade suficiente para seus filhos lidarem com as questões complexas da vida. Nesse sentido, a escolha de diretores escolares, via eleição livre e direta, pode não ser a melhor forma, mas tem sido proclamada por muitos como uma alternativa de oposição a modelos autoritários de escolha de diretores de escolas públicas no Brasil.

A partir desse entendimento, Corrêa (2000) diz que a eleição do diretor pode ser um primeiro passo para a gestão democrática e que, como todo processo de mudança, carrega desafios e superações da prática, o que requer certa atenção de quem se debruçar sobre a temática em voga.

Corrêa (2000), fala da importância do caráter provisório que tem a eleição, isto é, por tempo determinado, para que o eleito não se sinta seguro a tal ponto, que dê início aos abusos e ao autoritarismo, ao invés de assumir a autoridade de um líder, autoridade compartilhada com a gestão colegiada.

Por outro lado, é possível que haja métodos de gestão considerados democráticos e participativos, contemplando a participação da comunidade nos processos, mas que efetivamente não incorporam os segmentos sociais e suas representações. (OLIVEIRA, 1997).

Dessa forma, é interessante que a gestão democrática vivenciada no cotidiano escolar tenha a mesma importância dentro da escola, tanto quanto é importante a existência de professores e alunos.

Segundo Abranches (2003), no início da década de 80, muitos projetos foram desenvolvidos nos Estados e Municípios brasileiros, voltados para a gestão democrática – eleição para diretor, organização de conselhos de escola e administração colegiada e, a partir desse tipo de gestão, feita com o auxílio dos conselhos de escola, tornou-se possível uma administração coletiva, em que todos participam dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas unidades escolares, envolvendo as questões administrativas, financeiras e pedagógicas. Acrescenta ainda Abranches que, através da gestão colegiada, tornou-se possível uma nova concepção de escola governamental, transformada, concretamente, em organismo público, gerando mudanças profundas na visão da escola, tanto para aqueles que estão dentro dela, a exemplo dos alunos, quanto para pais e moradores da comunidade.

Na concepção de Ferreira (2003), as modalidades de participação da comunidade escolar estão vinculadas às instâncias colegiadas da escola, com ênfase em duas áreas:

- a) a estrutura pedagógico-administrativa da escola: gestão colegiada, tomada de decisão e instância avaliativa;
- b) a estrutura social da escola: relação entre professores, funcionários e participação dos pais e auto-organização dos alunos.

É nesse entendimento de democracia e de participação que se segue o estudo sobre a experiência das eleições livres e diretas para escolher os diretores das escolas públicas municipais de Guanambi ao longo de dez anos de história.

Para finalizar o debate sobre a participação e sua importância no processo educacional, parece-nos interessante apresentar alguns fragmentos de textos oficiais do Ministério da Educação, quando ressalta a relação desse princípio na constituição da cidadania do povo brasileiro que deve estar presente no cotidiano da escola.

A participação na gestão escolar vem se constituindo um grande desafio para a educação brasileira desde os anos 80, a partir da reorganização da sociedade civil, fazendo parte do amplo processo de democratização da sociedade, figurando como uma das bandeiras de luta de movimentos organizados dos trabalhadores em educação, de sindicatos e de instituições sociais e políticas comprometidas com a superação do autoritarismo e da grande centralização do poder predominante. (BRASIL/MEC, 2008, p.68)

A participação é, assim, uma condição indispensável ao exercício da cidadania e à construção da democracia na escola.

Isto porque:

- a participação significa e implica tomar parte na elaboração, na decisão, no controle e na avaliação das ações educacionais da escola;
[...]
- a participação é fator indispensável ao desenvolvimento de uma cidadania ativa, capaz de tornar os diversos segmentos da escola sujeitos políticos coletivos, autores e atores da prática educativa escolar. (BRASIL/MEC, 2008, p.66)

Para concluir, é possível afirmar que a luta pela democracia e participação faz parte de uma luta maior, que é a luta da sociedade brasileira por mais justiça, mais igualdade e mais dignidade humana.

CAPÍTULO IV

4.1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na fase da exploração selecionamos algumas obras de autores que pesquisam sobre a temática da democracia e da participação na escolha de diretores, seus elementos básicos de funcionamento na educação pública brasileira e do município de Guanambi. Em outra parte, reunimos toda a legislação relativa ao objeto dessa pesquisa, especialmente, uma minuciosa análise da legislação educacional do município de Guanambi.

Destacamos para a nossa reflexão teórica os conceitos de democratização e participação associados ao processo de eleição direta para diretores de escola pública. A elaboração do referencial teórico, a partir de alguns autores, teve o sentido de clarear os conceitos aqui mencionados e estabelecer uma associação com o fenômeno das eleições diretas para a escolha de diretores da Rede Municipal de Ensino de Guanambi.

Dessa forma, optamos por adotar alguns procedimentos metodológicos que, por hora apresentamos no intuito de esclarecer a trajetória da pesquisa e facilitar a busca de respostas para a questão inicial que foi levantada ao final da problemática desta dissertação e que se configura o nosso elemento de investigação.

Em virtude do fácil acesso que temos à Secretaria Municipal de Educação do Município de Guanambi, abordamos a própria Secretária de Educação e outras autoridades, como, por exemplo, a Coordenadora Geral do arquivo público para saber se há a possibilidade de realizar uma pesquisa documental. No período da consulta, nos foi assegurado que não haveria dificuldades para tal. Mais recentemente, retornamos novamente à Secretaria Municipal de Educação e conversamos, informalmente, sobre a pesquisa documental que foi realizada no período de junho a dezembro do ano de 2010, após a qualificação do projeto.

Elaboramos ofícios para formalizar os contatos mantidos previamente com as autoridades locais a fim de proceder a pesquisa. Recorreremos aos arquivos públicos do município a fim de acessar os documentos que registram as informações relativas aos processos das eleições livres e diretas para diretores de escola. De posse das informações,

procedemos à análise da participação dos membros da comunidade escolar nos referidos processos.

No desenvolvimento de nossa análise tentamos obter o perfil dos sujeitos votantes, bem como algumas características, tais como: número de votantes e o respectivo ano de votação; gênero; formação dos votantes; segmento que compõe o colégio eleitoral; extratos por região (zona urbana e rural); faixa etária.

De posse dos dados coletados, foram separados por ano, de acordo com os objetivos da pesquisa, e organizados de acordo com as questões e/ou categorias, para, na sequência, proceder à apresentação, discussão e análise desses dados.

De acordo com as respostas, foram organizadas por categorias e analisadas à luz das informações obtidas na prática, nas leituras e no acervo documental pesquisado. Assim, procuramos compreender os dados coletados e a relação deles com as respostas que buscávamos para a pergunta central desta pesquisa, que já foi apresentada na problemática deste texto.

Finalmente, para a consecução deste trabalho usou-se como equipamento um notebook com Sistema operacional Windows 7 e uma impressora multifuncional para a digitalização de textos impressos. Os aplicativos usados foram o Microsoft Access 2010 para a consecução de um pequeno banco de dados contendo as informações dos processos eleitorais das escolas da Rede Municipal de Ensino, o Microsoft Excel 2010 para a criação das tabelas e gráficos, o Microsoft OneNote 2010 para a pesquisa documental nos textos digitalizados, uma vez que o mesmo é dotado de sistema OCR de reconhecimento de caracteres e, por fim, o Microsoft Word 2010 para acabamento e disponibilização em seu formato “.docx” de todo o trabalho.

4.1.1 Apresentação e análise dos dados da pesquisa documental

Apresentamos dados da pesquisa documental realizada no período de junho a dezembro do ano de 2010, sobre o processo das eleições livres e diretas para a escolha dos gestores das escolas municipais de Guanambi, que compreende o período de 1996 a 2010, perfazendo um total de 14 anos de experiência. Na sequência prosseguiremos com a análise da participação dos atores desse processo, entendidos aqui como a própria escola e os sujeitos que nela atuam.

Assim, apresentaremos a análise de cada ano em que ocorreu o processo eleitoral para a escolha dos gestores, tomando como foco de análise, o número de eleitores e o número de

votantes; o número de escolas envolvidas em cada pleito eleitoral, o número de chapas inscritas no processo e a renovação dos pleiteantes ao cargo de diretores, isto é, se houve alternância de professores no cargo de direção das escolas e com que frequência isso ocorreu.

Após proceder à análise de cada pleito, faremos uma análise geral e comparativa, observando semelhanças e diferenças entre esses pleitos eleitorais, no sentido de compreendermos como se deu o processo participativo nas eleições realizadas nas escolas municipais de Guanambi. Podendo, dessa forma, tirarmos algumas conclusões e apresentarmos algumas proposições que poderão ser significativas para as políticas públicas do município e, quiçá, de outros municípios ou estados brasileiros que estão vivenciando ou vivenciarão essas experiências no campo da gestão escolar.

Para facilitar a visualização dos dados da pesquisa, optamos pela exposição de gráficos e tabelas seguidas da análise desses dados à luz da categoria já citada no início deste capítulo, buscando responder a questão central dessa investigação que é compreender **como vem ocorrendo a participação dos sujeitos no processo de eleições livres e diretas para a escolha de diretores no Município de Guanambi.**

A seguir podemos observar, sucintamente, a disposição do quantitativo das escolas ao longo dos 14 anos de processo das eleições livres e diretas para a escolha de gestores de Guanambi, no período de 1996 a 2010.

Tabela 1 - Quantidade de escolas da Rede Municipal

Ano letivo	Zona rural	Zona urbana	Total Geral
1996	100	16	114
1998	98	19	113
2000	86	25	108
2002	84	24	105
2004	78	25	100
2006		28	25
2008		27	28
2010		33	33

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Guanambi

Observe-se que de 100 escolas situadas na zona rural em 1996 esse quantitativo vai diminuindo e chegando a zero em dez anos depois. Isso acontece em função da política de extinção das escolas multisseriadas e, junto com elas, as escolas rurais, já que a justificativa do executivo municipal da época era de que as salas multisseriadas eram pouco eficazes e por isso deveriam ser extintas. Não há resultados científicos consistentes que comprovem a ineficiência, bem como a eficiência das salas multisseriadas, já que a razão da não

aprendizagem, nesse caso poderá estar atrelada a outras causas a exemplo da má formação docente, da falta de metodologias adequadas para trabalhar com tal realidade, falta de diversos tipos de recursos, problemas de currículo, dentre outros. Mesmo se houvesse comprovação da ineficiência das salas multisseriadas para a aprendizagem dos alunos, acreditamos que o mais adequado seria buscar políticas adequadas para a sua melhoria.

Houve, portanto, um deslocamento das crianças das escolas da zona rural para a zona urbana, em idade dos primeiros anos de escolarização do ensino fundamental, reduzindo a oferta de vagas, especialmente na zona rural, em creche e educação infantil para as crianças de zero a dois anos e de três e quatro anos respectivamente, ferindo, de certa forma, os princípios constitucionais que responsabilizam o município pela oferta nesses níveis de ensino.

No que se refere à procura e à oferta, observa-se que em 2004 havia ainda 78 escolas localizadas na zona rural e 25 escolas na zona urbana e, dois anos depois da completa extinção dessas escolas, em 2006, o número de escolas da zona urbana passou para 28 unidades, um acréscimo de 03 escolas.

O quadro a seguir apresenta a demonstração dos portes das escolas relacionando-o ao número adequado de diretores e vice-diretores.

Quadro 5 – Disposição do nº de sujeitos do corpo técnico-administrativo, de acordo o porte da escola

Referência/ Porte	Nº. de alunos	Turnos de funcionamento	Administração
I (Pequeno)	Até 300 alunos	02 ou 03	01 Diretor 01 Secretário
	De 301 a 500 alunos	02 ou 03	01 Diretor 01 Vice-diretor 01 Secretário
II (Médio)	De 501 a 1000 alunos	02	01 Diretor 01 Vice-diretor 01 Secretário
		03	01 Diretor 02 Vices-diretores 01 Secretário
III (Grande)	Mais de 1000 alunos	02	01 Diretor 02 Vices-diretores 01 Secretário
		03	01 Diretor 03 Vices-diretores 01 Secretário

Fonte: Secretária Municipal de Educação de Guanambi

O número de turnos de funcionamento, segundo legislação específica, só é considerado quando o número de turmas corresponderem no mínimo à metade mais um do número de salas de aula do estabelecimento.

A despeito de definir o quantitativo de secretário por escola, bem como coordenadores pedagógicos, muitas escolas ainda não contam com esses profissionais.

4.1.2 Eleições Livres e Diretas de 1996

O primeiro processo de eleições ocorreu em 25 de julho de 1996. A partir da convocação do Conselho Municipal de Educação - CME e encaminhada por uma comissão eleitoral criada em cada escola, através de Assembleia da Comunidade Escolar ou, separadamente, em fórum de cada categoria, para representar a comissão. Esse grupo é composto por de um profissional do corpo docente, um representante dos funcionários e um representante do corpo discente da escola, sendo que nenhum candidato a membro eletivo poderia fazer parte dele.

Essa primeira experiência de Eleições Livres e Diretas para a escolha de diretores de escolas públicas municipais aconteceu com uma organização ainda incipiente, mas com muito envolvimento, especialmente do Conselho Municipal de Educação e das sete escolas que aceitaram o desafio de iniciar esse novo procedimento.

Vale ressaltar que apesar da importância do papel do Conselho Municipal de Educação no direcionamento do processo eleitoral, esse conselho contava com a participação de segmentos sociais que aspiravam maior democratização. No entanto, na prática, não parece ter havido diferença significativa na cultura de participação entre as eleições de 1996 e os demais pleitos que foram conduzidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Por outro lado, o fato de ter, naquele ano, as comissões internas em cada escola e não apenas uma comissão geral da SME, nos parece que tal fato seja um aspecto importante para a ampliação participativa dos sujeitos.

Assim, em 1996 o calendário eleitoral foi divulgado pelo CME no mês de junho, mês em que foram constituídas as comissões eleitorais responsáveis para dar encaminhamento às eleições que ocorreram no mês de julho daquele mesmo ano.

Consideramos que a realização das eleições, por ter acontecido no mês de julho, acarretava algumas dificuldades para a transição dos mandatos, tendo em vista o ano letivo em curso, dificultando assim, a adaptação dos novos dirigentes eleitos e, muitas vezes

interrompendo projetos da gestão anterior, principalmente quando havia disputa entre grupos que acirravam rivalidades nesse período.

Naquele ano, a Rede Municipal de Ensino de Guanambi contava com 114 escolas tendo 100 delas localizadas na zona rural e 14 na zona urbana, com um total de 8.340 alunos matriculados e, nas sete escolas que participaram do processo eleitoral havia, na época, 3.426 alunos matriculados nessas escolas que participaram dessa experiência piloto.

Considerando o número de escolas participantes nas primeiras eleições livres e diretas para escolha de diretores da rede municipal de ensino de Guanambi, podemos dizer que houve uma pequena participação, já que de um universo de 114 escolas, conforme já foi apresentado, somente 07 participaram do evento.

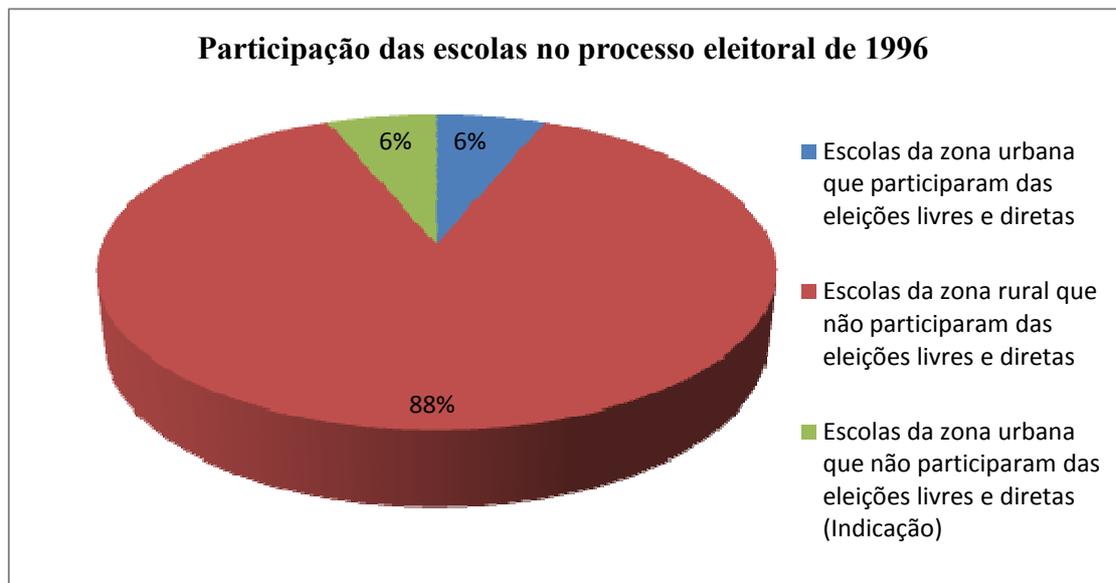


Gráfico 4 - Participação dos eleitores nas Eleições Livres e Diretas de 1996

De acordo com o que apresenta o gráfico acima, somadas as escolas da zona rural que correspondem a 88%, mais os 6% das escolas da zona urbana que também não participaram das eleições naquele ano de 1996, significa que 94% das escolas da rede municipal de ensino de Guanambi ficaram de fora desse processo, sendo essa uma porcentagem expressiva da não participação desse projeto piloto de gestão.

Acreditamos que a escolha de algumas escolas para participar do processo eleitoral, inicialmente, se deu, pela facilidade de acompanhamento dos trâmites, já que muitas dessas escolas contempladas ficavam no entorno da sala de gerência de ensino municipal, que contava, na época com poucos recursos e com uma estrutura muito precária em relação ao que

se vê hoje na SME. Além disso, observa-se ainda o fato das escolas contempladas com as eleições terem à frente professores com espírito inovadores que aceitaram o desafio de experimentar o novo. Outra questão a ser observada é que as 100 escolas da zona rural, na época eram escolas multisseriadas e sala única, todas gerenciadas pela própria equipe da então gerência de ensino, assim denominada naquele tempo.

No sentido de apresentar alguns dados que julgamos importantes para entendermos melhor o processo das eleições daquele ano, numa perspectiva da participação, é que expomos a seguir uma tabela e um gráfico, seguidos de análise desses elementos contidos nesses instrumentos estatísticos.

Tabela 2 - Escolas participantes do processo eleitoral de 1996

ESCOLAS QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO ELEITORAL DE 1996			
Estabelecimento de ensino	Número de eleitores	Número de votantes	Percentual
Colégio Municipal Pedro Barros Prates	1.034	807	78,0%
Colégio Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo	786	591	75,2%
Escola Municipal Dr. Beneval de Castro Boa Sorte	79	78	98,7%
Grupo Escolar Municipal João Paulo II	68	60	88,2%
Grupo Escolar Municipal Senador Nilo Coelho	190	149	78,4%
Grupo Escolar Municipal Vereador João Farias Cotrim	212	146	68,9%
Unidade Escolar Municipal Anísio Cotrim Fernandes	362	323	89,2%
Total	2.723	2.154	79,1%

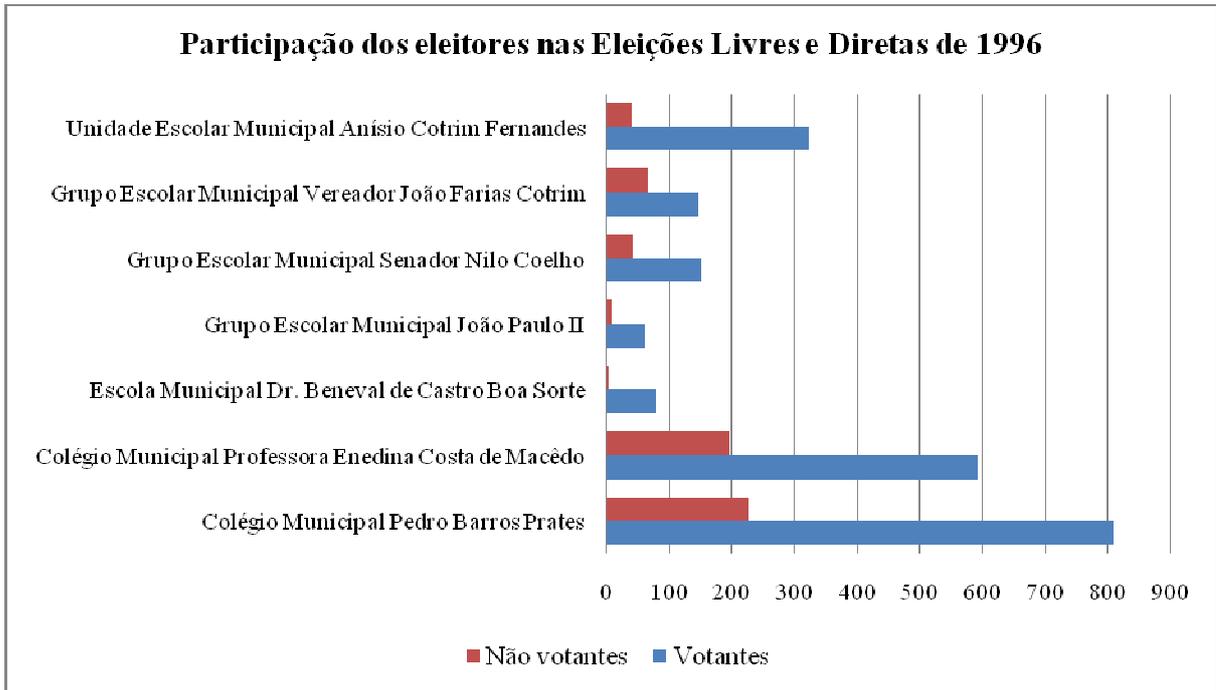


Gráfico 5 – Participação das escolas nas Eleições Livres e Diretas de 1996

As informações contidas na tabela e no gráfico apresentados anteriormente, nos revela que o número de eleitores para o número de votantes significa uma participação expressiva dos sujeitos que foram inseridos no processo eleitoral daquela época. Contudo, vale observar, com atenção, a diferença percentual entre a Escola Municipal Dr. Beneval de Castro Boa Sorte, que foi de 98,7% e o Grupo Escolar Municipal Vereador João Farias Cotrim, que teve 68,9% de votantes, sendo a primeira bem acima da média que foi 79,1% e a segunda ficou abaixo dessa média. Nesse caso, o que levou a Escola Municipal Dr. Beneval de Castro Boa Sorte ter uma participação bem acima do Grupo Escolar Municipal Vereador João Farias Cotrim? Qual teria sido o empenho da primeira em relação à segunda para que essa diferença entre elas fosse perceptível?

Uma das hipóteses para esse fenômeno é o empenho dos docentes candidatos, no sentido de mobilizar e sensibilizar toda a comunidade escolar para a participação efetiva no processo eleitoral, como fato importante para a participação da gestão escolar, além de outras hipóteses tais como: descrença, desmobilização, lideranças fracas, dentre outras.

Contudo, no geral, podemos afirmar que o nível de participação daqueles que foram convocados a comparecer às urnas de forma livre e consentida, foi satisfatório já que se aproxima dos 80% de participação.

Ao procedermos à análise acima apresentada, um dos aspectos que nos chamam atenção é o fato de que apenas uma escola apresentou duas chapas, sendo que as demais apresentaram apenas uma chapa, o que revela um baixo nível de candidatos para concorrer ao pleito eleitoral.

Observa-se que a primeira escola da tabela, o Colégio Municipal Pedro Barros Prates, mesmo com chapa única, somando-se os votos que manifestaram contrários à chapa apresentada, isto é, marcaram a opção não na cédula de votação, mais os votos brancos e nulos, chegou ao índice de 21,8% que, certamente, votariam noutra chapa se existisse outra opção. Se considerarmos ainda que se trata de uma escola com um número expressivo de votantes, o índice de 21,8% não deve ser desprezado para a análise da participação desses sujeitos no processo eleitoral.

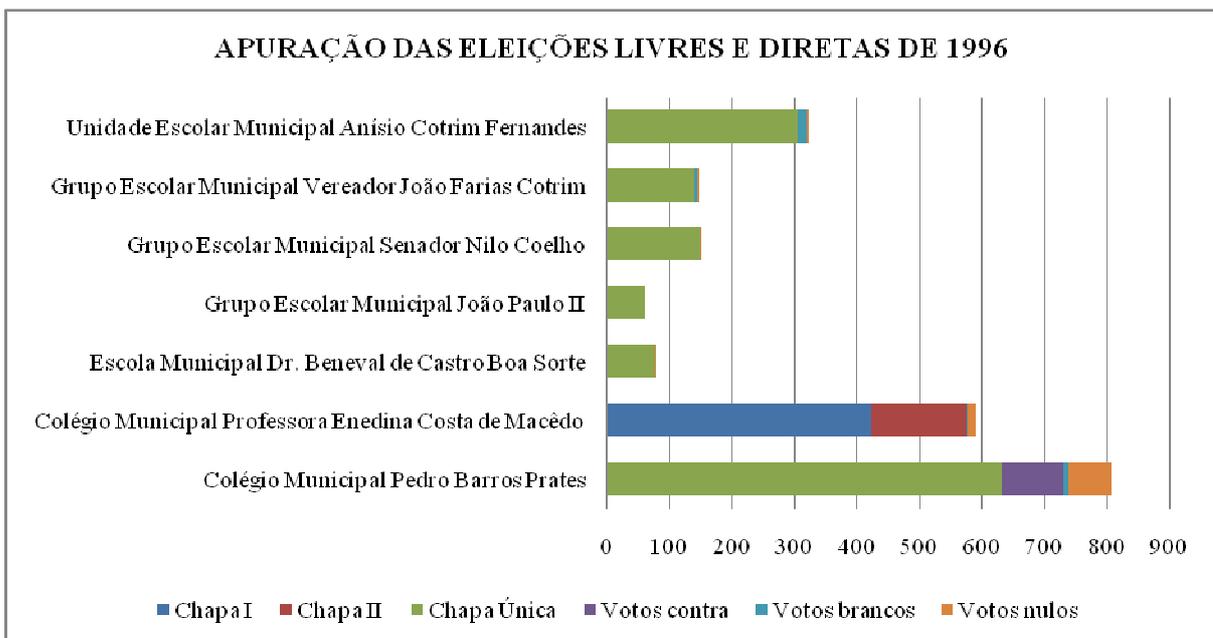


Gráfico 6 - Apuração das eleições livres e diretas de 1996

Especialmente o Grupo Escolar Municipal João Paulo II, apresenta, naquela primeira eleição, um dado interessante que é o aproveitamento de 100% dos votos na chapa única, sem a computação de votos contra, nulos ou brancos. Isso pode ser explicado pela aceitação prévia dos candidatos que estavam pleiteando o cargo diretivo, o que se confirmou no dia das eleições. Contudo, não devemos deixar de observar que se trata de uma pequena escola, com um quantitativo de 60 eleitores.

2.1.3 Eleições Livres e Diretas de 1998

A eleição de 1998 ocorreu num contexto de uma nova lei que regulamentava a lei 147/96 foi sancionada a lei nº 030 de 13 de julho de 1998 aconteceu o segundo pleito eleitoral para a escolha de gestores das escolas públicas da rede de ensino do município de Guanambi. Nessa época, a rede era composta de 113 escolas, 98 delas localizadas na zona rural, com um número de 10.247 alunos matriculados.

Naquele ano, houve crescimento do número de escolas participantes do processo eleitoral, em relação ao pleito anterior, que passou de 07 para 12 escolas e, aumentando, consequentemente, o número de eleitores, que passou de **2.723** para **5.720**, porém, sem grandes mudanças na participação de chapas concorrentes, como veremos ao longo da análise específica do processo de participação no referido ano.

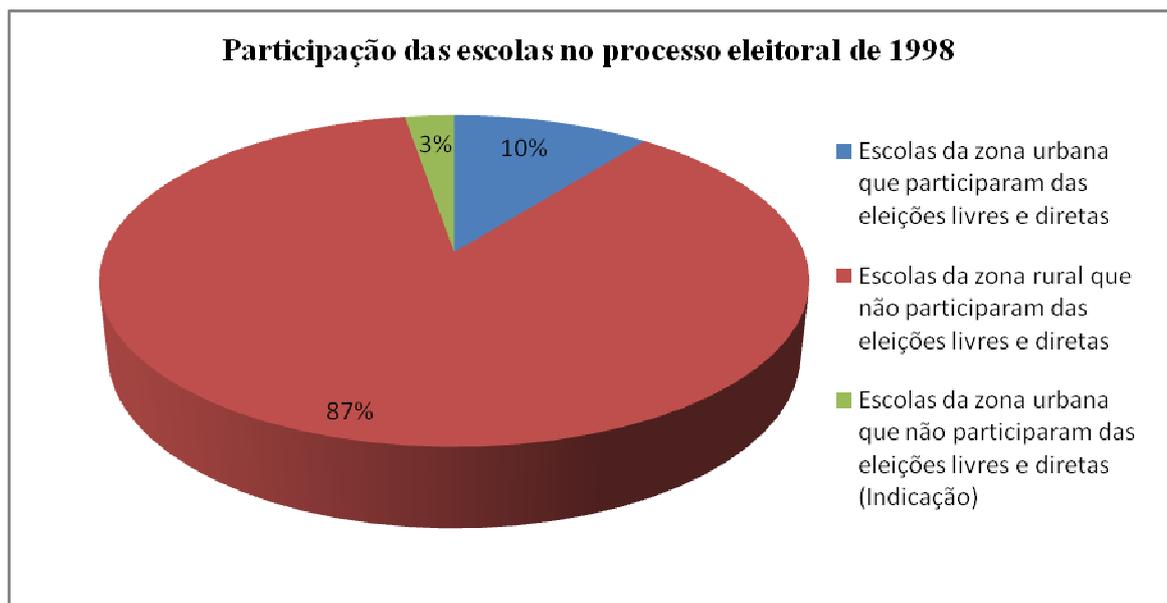


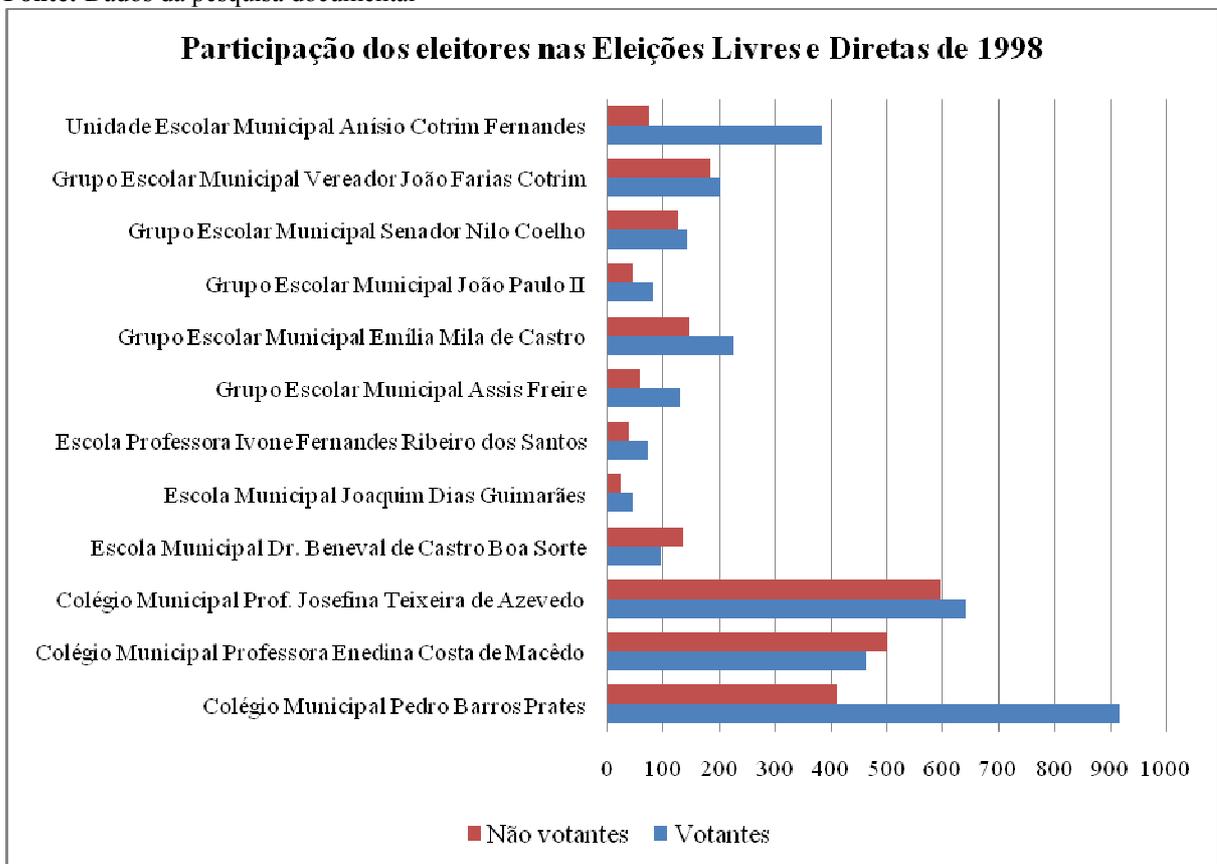
Gráfico 7 – Participação das escolas nas eleições livres e diretas de 1998

Fazendo a leitura do gráfico, nota-se uma diminuição das escolas urbanas que ficaram de fora do processo de escolha dos diretores das escolas municipais, por meio das eleições livres e diretas, mas na soma geral, ou seja, as escolas da zona rural, 87% mais os 3% das escolas da zona urbana é igual a 90% das escolas que não foram incluídas no referido processo eleitoral. Assim sendo, tomando por base essa categoria de análise, podemos inferir que a participação não foi intensa naquele ano.

Tabela 2 - Escolas participantes do processo eleitoral de 1998

ESCOLAS QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO ELEITORAL DE 1998			
Estabelecimento de ensino	Número de eleitores	Número de votantes	Percentual
Colégio Municipal Pedro Barros Prates	1326	916	69,1%
Colégio Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo	964	462	47,9%
Colégio Municipal Professora Josefina Teixeira de Azevedo	1237	642	51,9%
Escola Municipal Dr. Beneval de Castro Boa Sorte	229	94	41,0%
Escola Municipal Joaquim Dias Guimarães	66	44	66,7%
Escola Professora Ivone Fernandes Ribeiro dos Santos	108	72	66,7%
Grupo Escolar Municipal Assis Freire	187	130	69,5%
Grupo Escolar Municipal Emília Mila de Castro	369	224	60,7%
Grupo Escolar Municipal João Paulo II	126	81	64,3%
Grupo Escolar Municipal Senador Nilo Coelho	267	142	53,2%
Grupo Escolar Municipal Vereador João Farias Cotrim	383	201	52,5%
Unidade Escolar Municipal Anísio Cotrim Fernandes	458	384	83,8%
Total	5.720	3.392	59,3%

Fonte: Dados da pesquisa documental

**Gráfico 8 - Participação dos eleitores nas Eleições Livres e Diretas de 1998**

Assim, tomando por base os dados distribuídos na tabela e no gráfico supracitados, é possível perceber que a média de votantes, representada pelos 59,3%, relacionada ao número de eleitores, é mais de 10% a menos do que a média apresentada no ano de 1996. Isso pode ser entendido como um recuo da participação, embora no quantitativo geral apresente um aumento de sujeitos envolvidos no processo.

Neste sentido, quando comparamos a Escola Municipal Dr. Beneval de Castro Boa Sorte com a Unidade Escolar Anísio Cotrim, observamos que a primeira teve o menor índice de votantes, em relação ao índice de eleitores, enquanto a segunda teve o maior índice de todas as escolas, com mais do dobro da primeira, num demonstrativo do pouco comparecimento dos eleitores às urnas da Escola Dr. Beneval.

Com efeito, para análise de participação o indicador de 41% de votantes na Escola Municipal Dr. Beneval de Castro Boa Sorte, é um demonstrativo de baixa mobilização e participação dos sujeitos que compõem a comunidade escolar, no processo eleitoral daquele ano.

Dentre outros fatos, a tabela anterior revela uma mudança em relação ao pleito eleitoral de 1996, no que se refere ao número de escolas que apresentaram mais de uma chapa de candidatos ao cargo diretivo das escolas. Vale ressaltar que cinco escolas naquele ano apresentaram duas chapas, mas, dessas cinco escolas, duas delas não registraram nenhum voto na chapa I, em virtude de apresentar problemas no período da candidatura, e, por isso mesmo, não fizeram sequer a apresentação de seus nomes como candidatos. Embora a chapa permanecesse inscrita até o final do processo.

No que se refere às comparações internas dos dados da tabela, somados os votos contra, brancos e nulos, nota-se que, no geral, as escolas maiores apresentam maiores índices de abstenções que as escolas menores.

Noutro aspecto, nos parece que o Colégio Municipal Pedro Barros Prates, a escola de maior porte, desde a primeira experiência em 1996, é a unidade de ensino que apresenta melhor desempenho em matéria de participação, o que, ainda, não se pode dizer que se aproxima de nenhum ideal de participação.

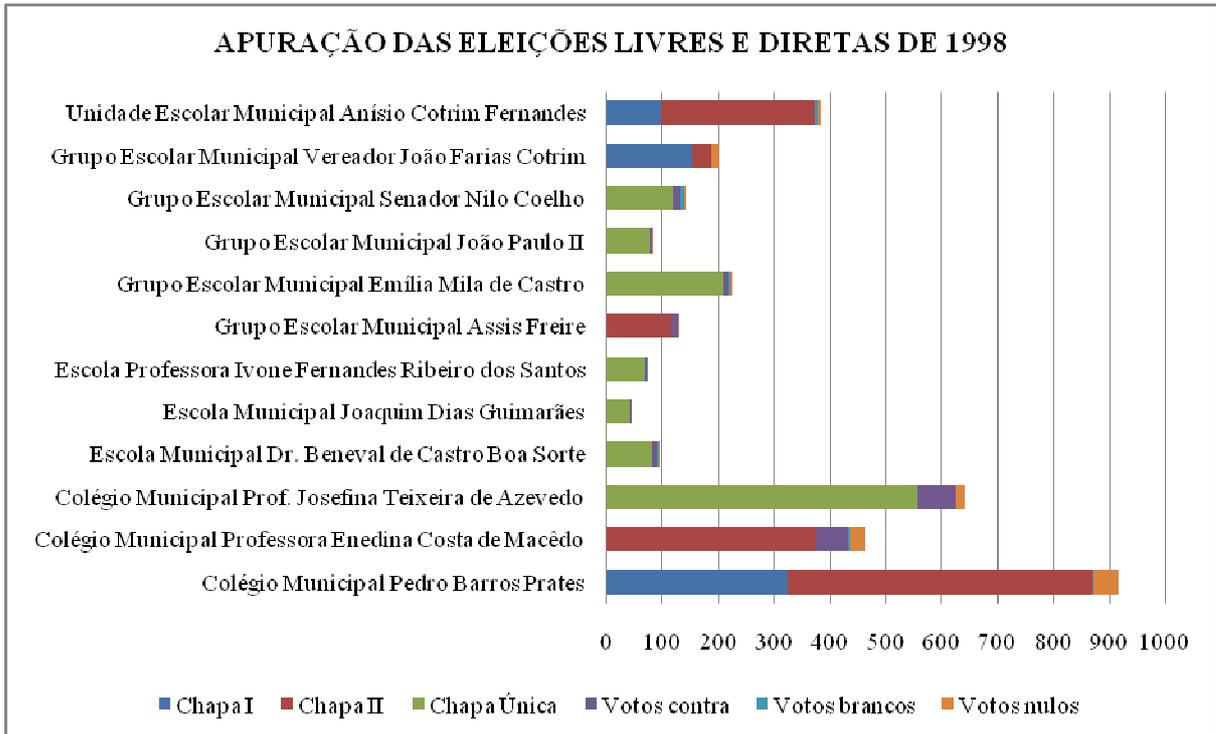


Gráfico 9 - Apuração das eleições livres e diretas de 1998

Conforme o que foi apresentado até aqui, podemos dizer houve certa evolução na participação dos sujeitos da comunidade escolar, tanto no que refere ao número de chapas concorrente ao pleito, quanto ao número de escolas e de votantes. Contudo, percebe-se que praticamente não houve renovação dos cargos de uma eleição para outra, mantendo, de forma geral, as mesmas pessoas que foram conduzidas aos cargos de diretores e vices no ano de 1996, nas sete escolas que estavam participando das eleições pela segunda vez. Até aí é compreensivo, tendo em vista a possibilidade que a legislação específica das eleições dava para a recondução do cargo diretivo das escolas da rede.

4.1.3 Eleições Livres e Diretas de 2000

No ano de 2000, foi um ano de transição de um governo municipal e, de acordo com Secretaria Municipal de Educação, aconteceu a descontinuidade de vários projetos. Essa observação feita pela secretaria é semelhante ao que se vê no Brasil inteiro: ao invés de programas e políticas de estado, vê-se, por muitas vezes, as politicagens de governos, até mesmo sem avaliar os projetos anteriores, especialmente na área de educação, decidem pelos seus cancelamentos e começar tudo do “zero”, no afã de mostrar originalidade da nova governança.

Foi nessas circunstâncias, portanto, que documentos de anos anteriores, tanto impressos, quanto digitalizados, desapareceram na referida transição governamental, inclusive os referentes às eleições livres e diretas para a escolha de diretores das escolas municipais. Tal fato dificultou, assim, a nossa coleta de dados do ano em referência, conseqüentemente a sua respectiva análise.

Nesse contexto de poucas informações, podemos, contudo, visualizar alguns dados expostos no gráfico a seguir, que nos levarão a chegar algumas conclusões parciais.



Gráfico 10 – Participação das escolas nas Eleições Livres e Diretas de 2000

Observe que, embora ainda seja grande o número de escolas que estão à margem do processo eleitoral, é possível contemplar um número crescente de escolas participantes desse evento democrático da escolha dos diretores das escolas da rede municipal de ensino. Afirma-se isso, pois no ano de 2000 a porcentagem alcança 17%, porém, vale ressaltar que os nomes dos candidatos eleitos são praticamente os mesmos desde o início em 1996 quando houve a primeira experiência da escolha democrática dos gestores escolares do município aqui analisado. Olhando por esse ângulo, podemos dizer que a participação se dá timidamente, também no ano em que estamos analisando, pois como apontam Mutim e Freitas (2001)

Entendemos que a expressão participação de todos, sempre utilizada quando nos referimos à gestão democrática e participativa, precisa ser compreendida no sentido amplo e, para isso, é necessário romper as fronteiras dos preconceitos e mitos que separam as crianças, da participação na tomada de decisões na escola [...] (p.501)

Como já foi dito, no ano de 2000, poucos documentos restaram o que não nos permitiu ampliar a análise do número de eleitores e votantes, reconhecer o número de chapas de cada

escola, e votos obtidos por cada uma delas, dentre outros dados que estamos analisando sistematicamente em cada pleito.

4.1.5 Eleições Livres e Diretas de 2002

Na quarta experiência da escolha de gestores via eleições livres e diretas, voltamos a encontrar os dados documentais mínimos de que necessitávamos para procedermos a uma análise da participação dos sujeitos envolvidos no processo educacional de Guanambi, entretanto, vale ressaltar que tais documentos se encontravam muito dispersos em vários arquivos e lugares diferentes da Secretaria Municipal de Educação e do Centro de Treinamento Pedagógico, e, surpreendentemente, nenhum registro nas escolas.

Coincidentemente, o número de escolas participantes de 2000 permanece inalterado em 2002, demonstrando não ter havido mudança nessa categoria da análise participativa, o mesmo ocorrendo na categoria inovação do cargo, já que as pessoas ocupantes da função diretora são praticamente as mesmas.

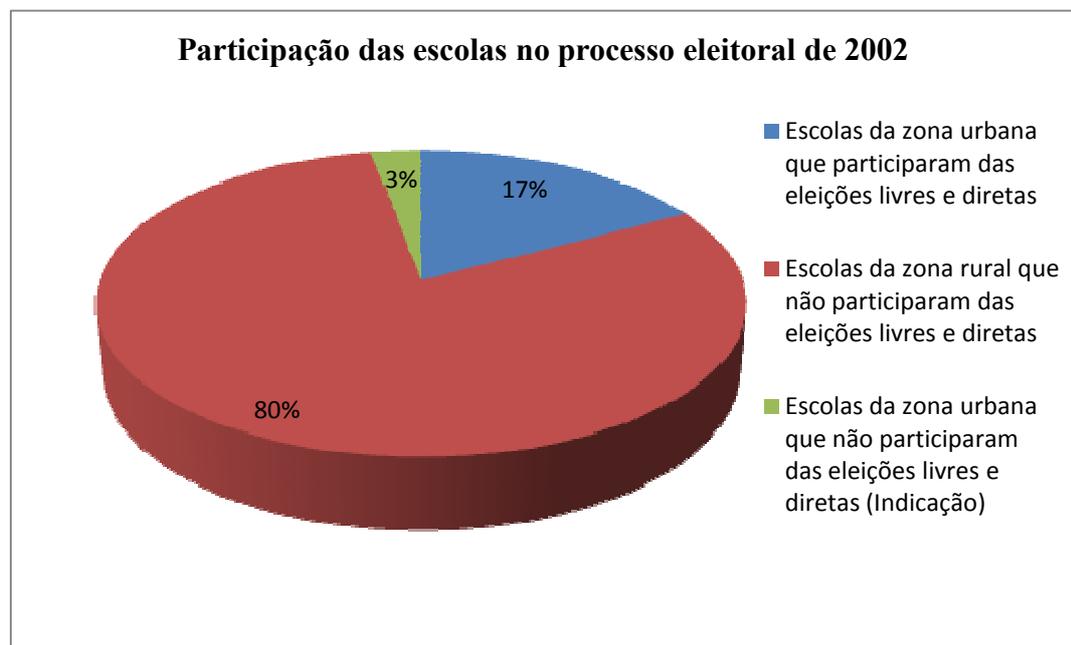


Gráfico 11 – Participação das escolas nas eleições livres e diretas de 2000

Somadas as escolas da zona urbana que não participaram das eleições com as escolas da zona rural, chega-se à porcentagem de 83%, número elevado se comparado ao total de escolas existentes na época. Com isso, é possível afirmar que as eleições livres e diretas para a

escolha de gestores das escolas municipais, caracterizam-se num fenômeno eminentemente urbano.

A respeito do número de eleitores, de votantes e suas respectivas porcentagens, vejamos o que se dispõe na tabela e gráfico a seguir:

Tabela 4 - Escolas participantes do processo eleitoral de 2002

ESCOLAS QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO ELEITORAL DE 2002			
Estabelecimento de ensino	Número de eleitores	Número de votantes	Percentual
Colégio Municipal José Neves Teixeira	1.207	843	69,8%
Colégio Municipal Pedro Barros Prates	1.549	1.163	75,1%
Colégio Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo	1.031	556	53,9%
Colégio Municipal Professora Josefina Teixeira de Azevedo	1.260	854	67,8%
Escola Municipal Dr. Beneval de Castro Boa Sorte	215	174	80,9%
Escola Municipal Joaquim Dias Guimarães	167	122	73,1%
Escola Professora Ivone Fernandes Ribeiro dos Santos	157	138	87,9%
Grupo Escolar Municipal Assis Freire	230	175	76,1%
Grupo Escolar Municipal Colônia Agrícola de Ceraíma	632	353	55,9%
Grupo Escolar Municipal Dr. Laert Ribeiro	240	177	73,8%
Grupo Escolar Municipal Emília Mila de Castro	698	346	49,6%
Grupo Escolar Municipal João Paulo II	178	130	73,0%
Grupo Escolar Municipal Maria Regina Freitas	666	386	58,0%
Grupo Escolar Municipal Nelsa Luzia Teixeira	446	395	88,6%
Grupo Escolar Municipal Senador Nilo Coelho	230	149	64,8%
Grupo Escolar Municipal Vereador João Farias Cotrim	395	388	98,2%
Unidade Escolar Municipal Adalgísia Ferreira Costa	348	175	50,3%
Unidade Escolar Municipal Anísio Cotrim Fernandes	638	520	81,5%
Total	10.287	7.044	68,5%

Fonte: Dados da pesquisa documental

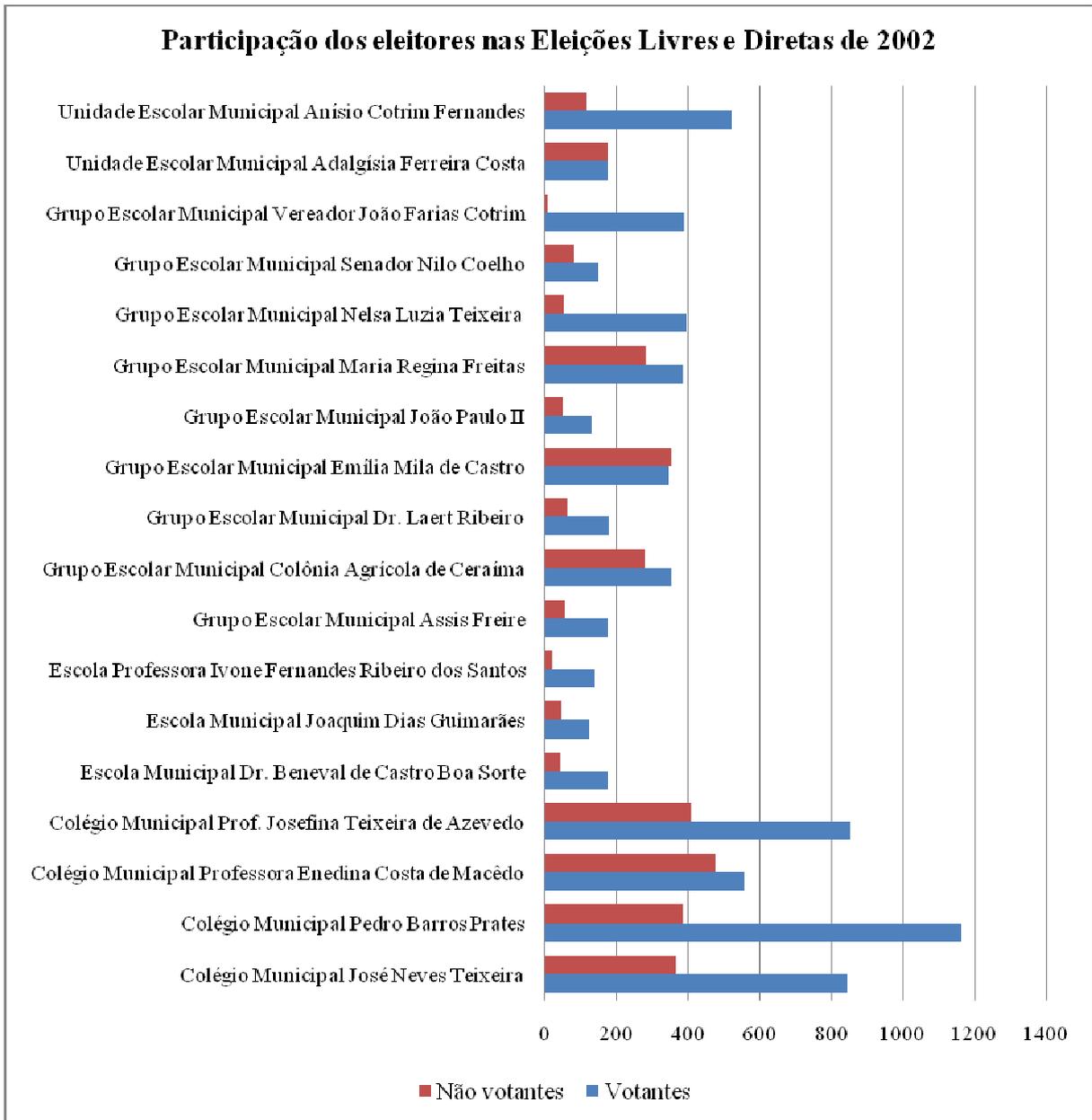


Gráfico 12 - Participação dos eleitores nas Eleições Livres e Diretas de 2002

Por outro lado, ao analisarmos a tabela e o gráfico anteriormente apresentados, observamos que o número de votantes para o número de eleitores, em média, caiu em relação ao ano de 1998, ano que tomamos como referência comparativa.

Nesse sentido, é curioso observar o caso da Escola Emilia Mila de Castro, em que o número de votantes é praticamente o mesmo do número de não votantes, o que significa que mais da metade dos eleitores em potencial deixaram de votar naquela escola, no referido ano em análise.

Em contrapartida, no Grupo Escolar Vereador João Farias Cotrim, os eleitores compareceram, quase na totalidade, para escolher o gestor de sua respectiva escola. Isso que

demonstra um alto nível de participação, certamente, pelo empenho do candidato em fazer um processo de conscientização sobre a importância da participação dos sujeitos em situações democráticas.

Observa-se ainda que, a maioria das escolas que alcançaram mais de 80% de participação de votantes, é de escolas com menos de 500 alunos. Embora não seja regra geral, podemos dizer que isso é possível em função da aproximação melhor dos candidatos com seus eleitores, haja vista maior facilidade de contatos quando a escola é de porte menor.

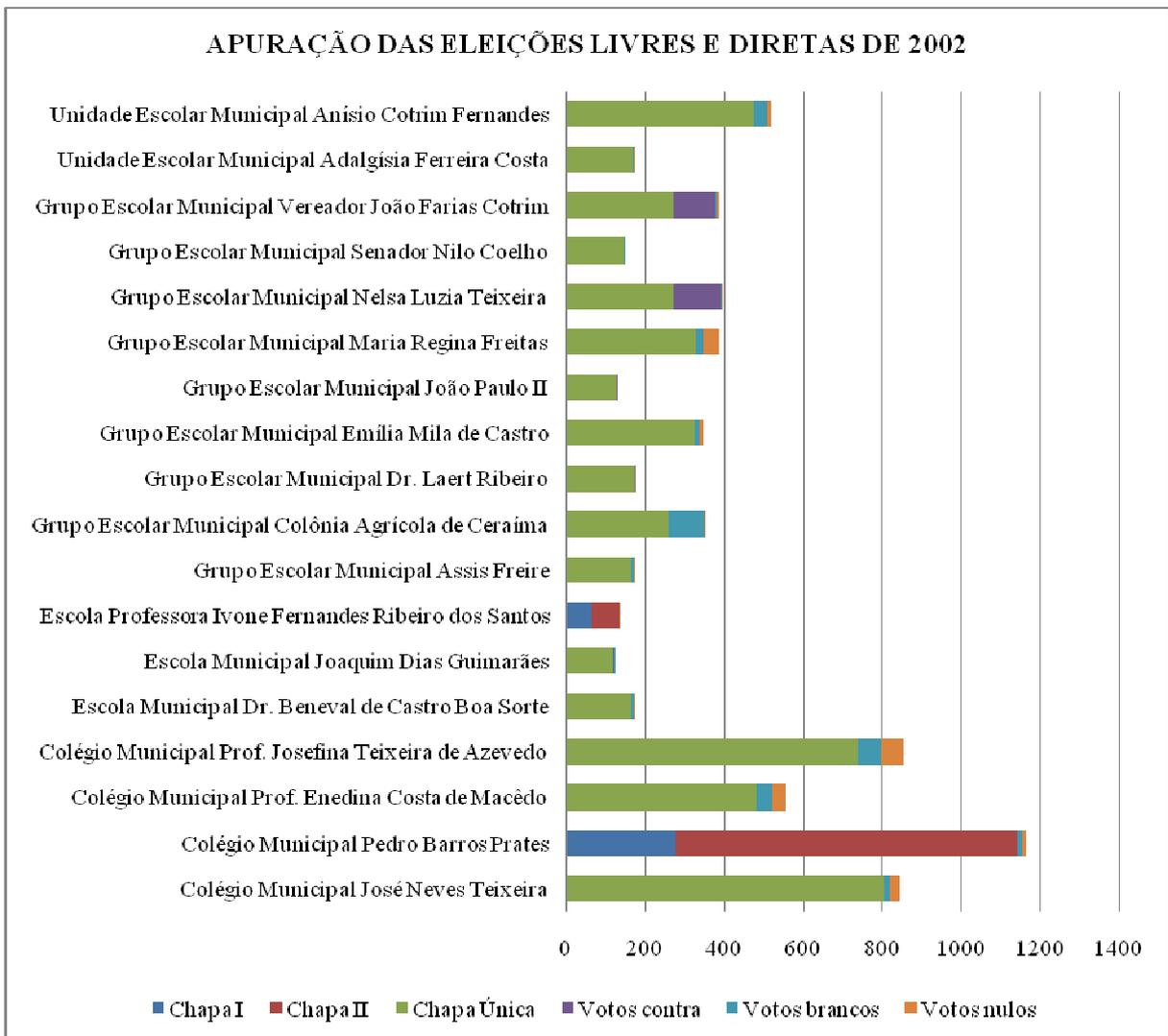


Gráfico 13 - Apuração das eleições livres e diretas de 2002

Por fim, ao contemplar as informações contidas no gráfico supra apresentado, verifica-se que no ano de 2002, duas escolas apresentaram mais de uma chapa, I e II, com índices significativos de participação, nos dois casos, mas ainda com a maioria das escolas

apresentando chapa única, o que revela um baixo índice da participação de candidatos na disputa pelo cargo de diretor da escola em que cada um trabalha.

Ainda observando o gráfico, nos chama atenção as escolas Vereador João Farias Cotrim e Senador Nilo Coelho que apresentam um número de votos contrários à chapa única apresentada (votos não), o que indica insatisfação de parte do eleitorado com o nome apresentado.

Em algumas escolas como o Senador Nilo Coelho, Dr. Beneval de Castro Boa Sorte e outras, o número de votantes é elevado, sendo que a maioria foi de votos válidos, com poucos votos brancos e nulos; o que nos leva a crer, que durante a gestão do candidato eleito houve maior participação já que se tratou de uma escolha quase totalizadora da comunidade escolar.

4.1.6 Eleições Livres e Diretas de 2004

Após oito anos de exercício no processo de escolha de diretores, via eleições livres e diretas, esse processo foi duramente questionado pela nova gestão. Alegava-se a falta de liderança dos candidatos eleitos, favorecimento (apadrinhamento) aos que votaram favoravelmente e perseguição aos contrários. Assim sendo, entendia-se a escolha de diretores por eleições livres e diretas como uma “pseudodemocracia” e por isso apresentou-se uma nova lei para que se pudessem corrigir tais problemas.

Essa nova lei sugerida pelo executivo municipal reduzia a participação dos eleitores no processo, inibia a participação de candidatos ao cargo de diretor pois exigia-se a formação em empreendedorismo e um regime de trabalho a partir da dedicação exclusiva ao cargo.

Sutil e impositivamente, essa lei foi votada sem o conhecimento da comunidade escolar e até mesmo da Secretária Municipal de Educação. Tal fato somado a tantos outros já citados promoveu a nítida redução desse tipo de experiência para a escolha de diretores das escolas municipais de Guanambi.

Criou-se uma situação de engessamento democrático uma vez que não se encontrava um candidato nas condições previstas em lei retornando assim, ao prefeito a possibilidade concreta de indicar todos os diretores da rede municipal de ensino.

O fato relatado aconteceu um ano depois das eleições de 2004, tomando rumo o processo. Na época, o sindicato dos trabalhadores em educação do município reagiu e, juntamente com algumas lideranças políticas locais, conseguiu derrubar a lei que já havia sido sancionada pelo prefeito, abrindo uma rodada de negociação e elaborando um novo projeto

que originou a Lei de número 092/2005, apresentada anteriormente no capítulo da problemática deste texto.

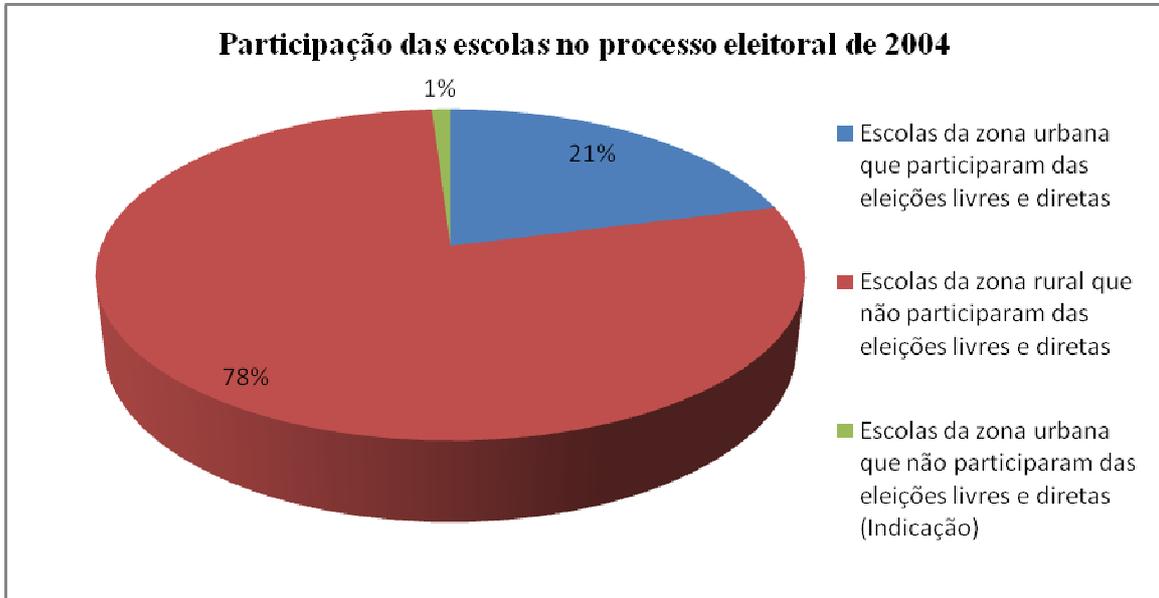


Gráfico 14 – Participação das escolas nas Eleições Livres e Diretas de 2004

Na categoria de análise da participação das escolas no processo de escolha dos diretores da rede municipal de ensino, houve redução das escolas que ficaram fora do processo, somando a porcentagem de 79% e, conseqüentemente, elevando para 21% a porcentagem de escolas incluídas. Vale a pena lembrar que, logo após o processo eleitoral, no início do ano de 2005, as escolas da zona rural foram extintas por decreto do Prefeito municipal de Guanambi.

Na seqüência, os dados expostos na tabela e no gráfico, nos auxiliam na compreensão do processo participativo da comunidade escolar, no pleito eleitoral do ano de 2004, quando podemos evidenciar com mais clareza a relação do número de eleitores pelo o número votantes, com índices inferiores aos apresentados até aqui em pleitos anteriores, a exemplo do Colégio Municipal José Neves Teixeira que de 1100 eleitores só compareceram às urnas 612, o que corresponde um pouco mais da metade desses eleitores.

Tabela 5 - Escolas participantes do processo eleitoral de 2004

ESCOLAS QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO ELEITORAL DE 2004			
Estabelecimento de ensino	Número de eleitores	Número de votantes	Percentual
Colégio Municipal José Neves Teixeira	1.100	612	55,6%
Colégio Municipal Pedro Barros Prates	1.409	947	67,2%
Colégio Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo	873	497	56,9%
Colégio Municipal Professora Josefina Teixeira de Azevedo	1.188	686	57,7%
Escola Municipal Dr. Beneval de Castro Boa Sorte	181	140	77,3%
Escola Municipal Joaquim Dias Guimarães	165	119	72,1%
Escola Municipal Professora Wanda Neves Freitas	246	145	58,9%
Escola Municipal São Sebastião	165	122	73,9%
Escola Municipal São Sebastião II	140	96	68,6%
Escola Professora Ivone Fernandes Ribeiro dos Santos	165	53	32,1%
Grupo Escolar Municipal Assis Freire	241	162	67,2%
Grupo Escolar Municipal Colônia Agrícola de Ceraíma	523	311	59,5%
Grupo Escolar Municipal Dr. Laert Ribeiro	263	174	66,2%
Grupo Escolar Municipal Emília Mila de Castro	450	254	56,4%
Grupo Escolar Municipal João Paulo II	281	140	49,8%
Grupo Escolar Municipal Maria Regina Freitas	759	386	50,9%
Grupo Escolar Municipal Nelsa Luzia Teixeira	430	184	42,8%
Grupo Escolar Municipal Senador Nilo Coelho	204	129	63,2%
Grupo Escolar Municipal Vereador João Farias Cotrim	366	200	54,6%
Unidade Escolar Municipal Adalgísia Ferreira Costa	274	188	68,6%
Unidade Escolar Municipal Anísio Cotrim Fernandes	629	422	67,1%
Total	10.052	5.967	59,4%

Fonte: Dados da pesquisa documental

Naquele ano de 2004, diferentemente dos anos anteriores, não houve escolas que se destacaram em participação dos eleitores que compareceram para votar, como se pode ver, registrando uma média inferior aos anos anteriores apresentados, que foi de 59,4%. O melhor índice foi da Escola Municipal Dr. Beneval de Castro Boa Sorte, com 77,3%, escola que, por sinal, apresentou índices muito satisfatórios nos anos anteriores também.

Coincidência ou não, essa baixa participação aconteceu justamente no exercício de um governo que reduziu a participação da comunidade escolar em decisões que a ela interessava, como por exemplo, o fechamento das escolas da zona rural e da própria lei que tinha a intenção de reduzir a participação da comunidade escolar para a escolha dos gestores das unidades de ensino do município.

Observe-se que a Escola Professora Ivone Fernandes Ribeiro dos Santos, que iniciara seus trabalhos naquele ano, pode ter sido influenciada, de tal forma por essa postura do executivo municipal, que registrou o menor índice de todas as instituições de ensino participaram do processo eleitoral daquele ano, registrando um comparecimento de eleitores correspondente aos de 32,1%.

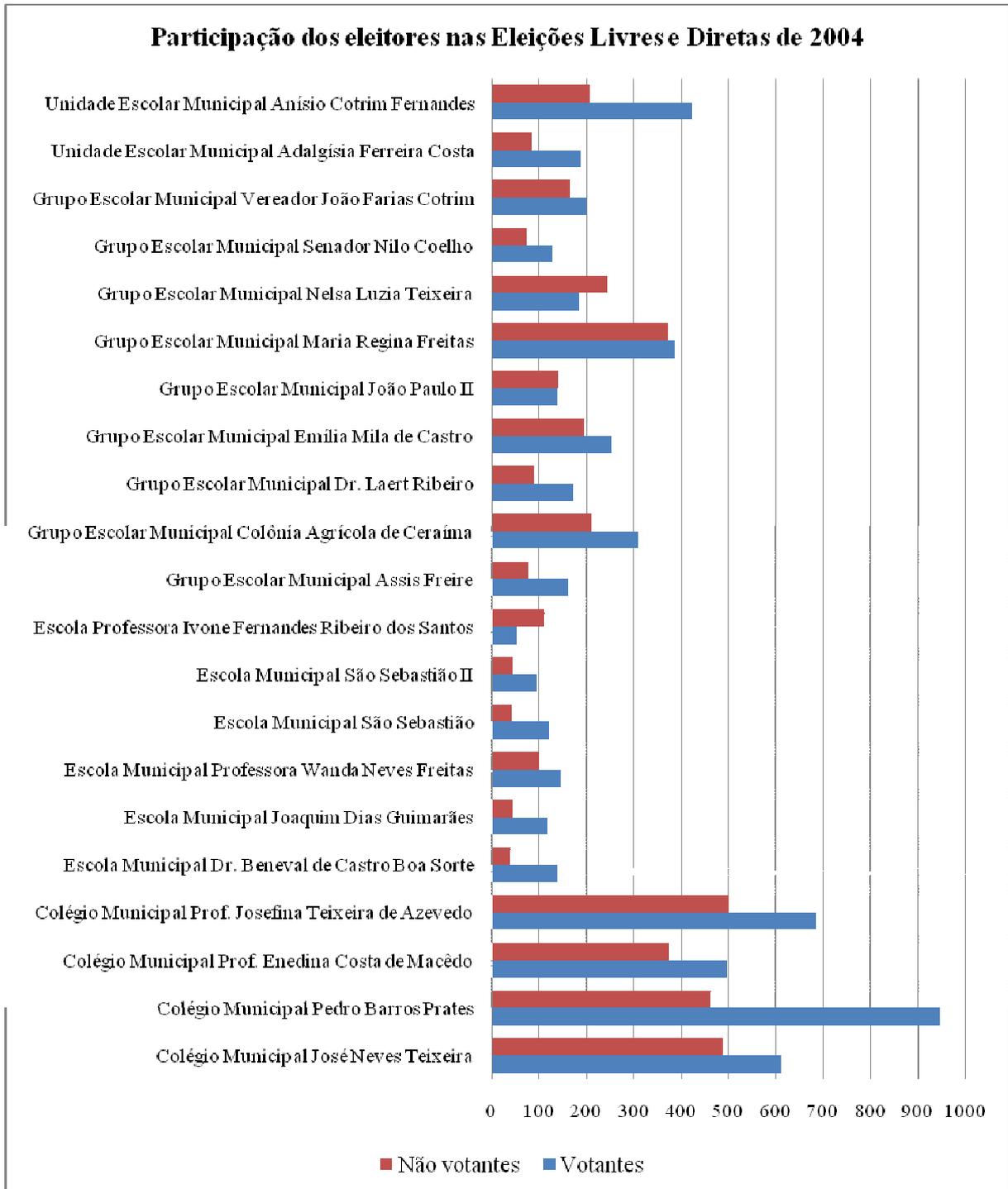


Gráfico 15 - Participação dos eleitores nas Eleições Livres e Diretas de 2004

O gráfico facilita ainda mais a nossa compreensão sobre a situação do índice baixo de participantes das eleições livres e diretas para a escolha de diretores das escolas. A coluna vermelha representa os não votantes, ela é marcante em todas as escolas, chegando a se igualar e até ultrapassar o número de votantes, em algumas delas; fato que até então não havia sido registrado no processo eleitoral.

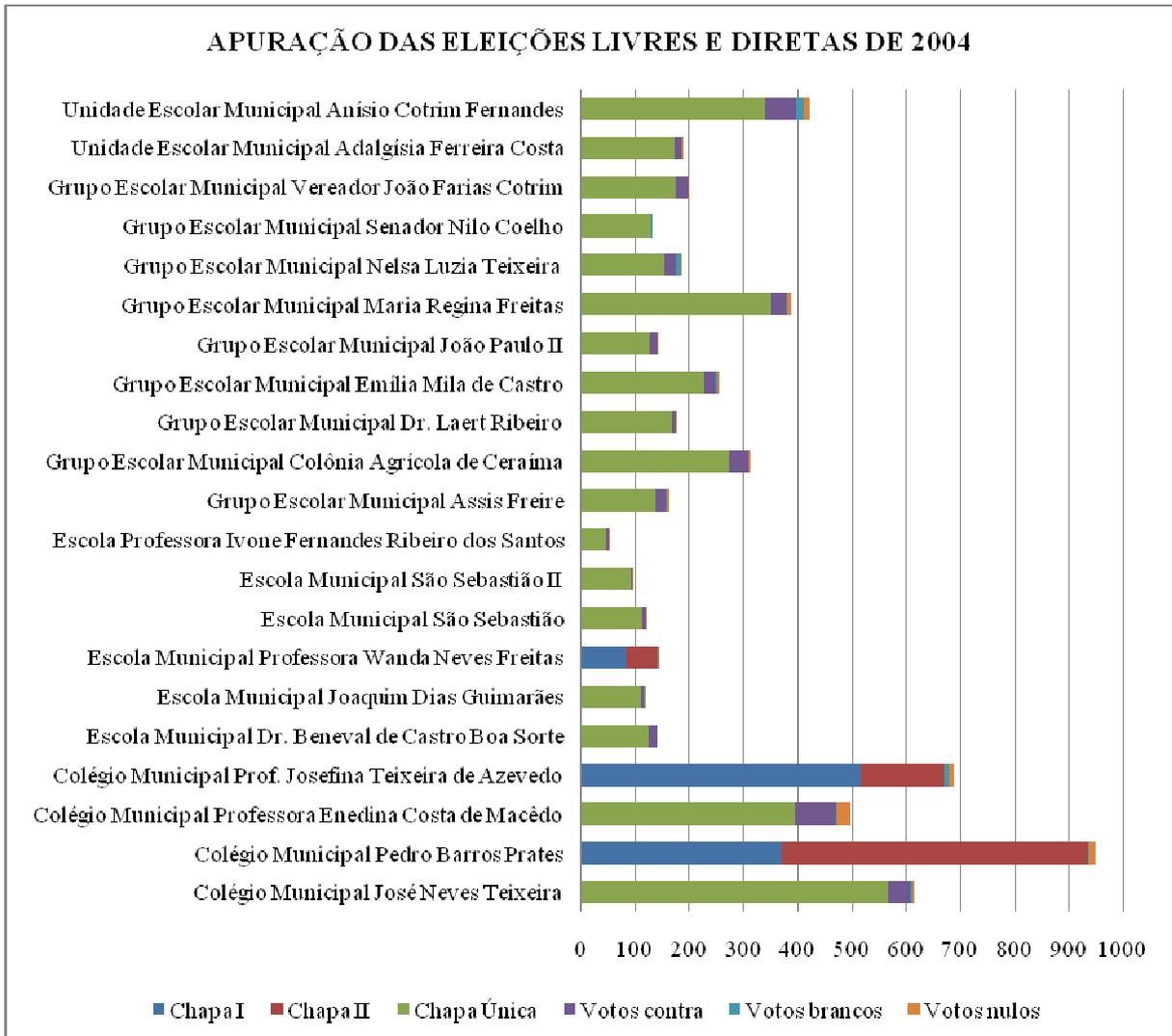


Gráfico 16 - Apuração das eleições livres e diretas de 2004

Quanto ao número de chapas formadas para disputar as eleições de 2004, houve três escolas que apresentaram duas chapas concorrentes que, embora apresentando uma melhora em relação aos anos anteriores, podemos dizer que está muito longe de uma participação significativa, já que cada escola dessas, na época, poderia ter concorrido o pleito com, pelo menos, três chapas cada uma.

No que se refere ao número de votos contra e nulos, O Colégio Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo foi o que apresentou números mais elevados, contrastando com o

Colégio Municipal José Neves Teixeira que os referidos números foram bem reduzidos, mas não podemos esquecer que o comparecimento dos eleitores na instituição José Neves Teixeira também foi muito reduzido, o que em matéria de participação geral isso não representa grande avanço.

Ao se tratar da renovação do cargo, entendido aqui como novos nomes concorrendo à função de diretor da escola, no geral, praticamente não houve mudanças. As pessoas concorreram no primeiro pleito eleitoral seguiram colocando os seus respectivos nomes para concorrer o cargo, sem estimular novas participações, seguindo a cultura da política vitalícia empregada nos processos gerais de comando do nosso país. Isso só tem sido possível porque as leis, de até então, são permissivas a esse fato.

4.1.7 Eleições Livres e Diretas de 2006

Já no contexto da nova Lei de eleições para a escolha de gestores, a de nº 092/2005 e a existência das escolas multisseriadas e rurais, aconteceu no ano de 2006, o sexto pleito eleitoral, perfazendo dez anos de experiência na modalidade de escolha de diretores através das eleições livres e diretas, contudo, com poucas mudanças no quadro participativo.

Alguns dados não foram encontrados nos documentos referentes ao processo de eleições ocorrido em 2006, como por exemplo, o número de eleitores em relação ao número de votantes. Isso certamente limitou nossa análise, mas não impossibilitou o levantamento de algumas hipóteses que se constroem com base em conhecimentos prévios do fenômeno aqui estudado.

Para tanto, iniciaremos, conforme critério estabelecido desde o princípio da apresentação e análise dos dados, com a apresentação dos dados compilados em gráficos.

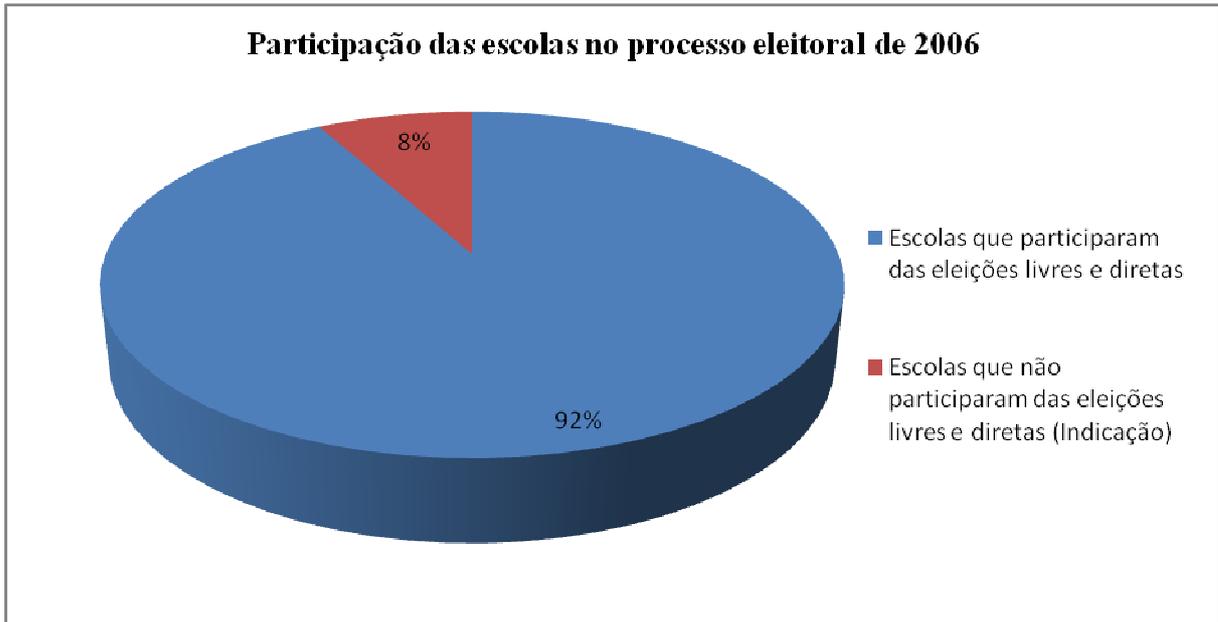


Gráfico 17 – Participação das escolas nas Eleições Livres e Diretas de 2006

A princípio, o leitor poderá ter uma visão muito otimista do que se vê no gráfico acima, no que se refere ao crescimento do número de escolas participantes do processo, porém, verifique que o número de escolas participantes salta de 21% no pleito anterior, no ano de 2004, para 92% no ano de 2006, com um diferencial de mais de 70%. Porém, ao relatar o que aconteceu de fato, esse otimismo diminui muito, embora seja inegável que houve um aumento da participação dessas escolas no processo. Assim, para maiores esclarecimentos passaremos a explicar o “notável” aumento da participação das escolas no pleito eleitoral sob análise.

O que se vê no gráfico acima é o resultado da urbanização da educação municipal já que naquele ano de 2006, deixaram de existir mais de 100 escolas espalhadas em toda zona rural de Guanambi. Isso provocou o deslocamento das crianças e jovens para as escolas dos distritos e da sede do município. Esse deslocamento ocorreu de forma precária quanto ao transporte utilizado. Dessa forma, o percentual de 92% das escolas participantes do processo eleitoral aqui representado, não corresponde às 120 escolas existentes até 2004, mas sim as 27 escolas urbanas que concentravam a oferta da educação municipal.

Observe-se ainda que, mesmo assim, cerca de seis escolas da zona urbana ficaram de fora do processo, número superior às duas escolas urbanas que se excluíam no pleito anterior. Por outro lado, acreditamos que houve aumento da participação nos números gerais já que os professores e alunos que atuavam na zona rural foram transferidos para a zona urbana e tiveram a oportunidade de participar do processo de escolha de seus gestores. Contudo, é

pouco provável que os professores da zona rural transferidos, tenham se lançado candidatos, considerando o fenômeno da manutenção, ou falta de renovação nos cargos de diretores de escolas.

Tabela 6 - Escolas participantes do processo eleitoral de 2006

ESCOLAS QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO ELEITORAL DE 2006	
Estabelecimento de ensino	Número de votantes
Colégio Municipal José Neves Teixeira	613
Colégio Municipal Pedro Barros Prates	464
Colégio Municipal Professora Alzira Carolina da Silva Normanha	135
Colégio Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo	371
Colégio Municipal Professora Josefina Teixeira de Azevedo	587
Colégio Municipal Vereador Sebastião Moreira Malheiros	198
Escola Municipal Dr. Beneval de Castro Boa Sorte	171
Escola Municipal Professora Wanda Neves Freitas	150
Escola Municipal Rômulo Almeida	156
Escola Municipal São Sebastião	87
Escola Municipal São Sebastião II	83
Escola Professora Ivone Fernandes Ribeiro dos Santos	90
Grupo Escolar Municipal Assis Freire	251
Grupo Escolar Municipal Colônia Agrícola de Ceraíma	235
Grupo Escolar Municipal Dr. Laert Ribeiro	165
Grupo Escolar Municipal Emília Mila de Castro	218
Grupo Escolar Municipal João Paulo II	157
Grupo Escolar Municipal Maria Regina Freitas	187
Grupo Escolar Municipal Nelsa Luzia Teixeira	135
Grupo Escolar Municipal Senador Nilo Coelho	134
Grupo Escolar Municipal Vereador João Farias Cotrim	132
Unidade Escolar Municipal Adalgísia Ferreira Costa	150
Unidade Escolar Municipal Anísio Cotrim Fernandes	303
Total	5.172

Fonte: Dados da pesquisa documental

Conforme já foi mencionado inicialmente, os documentos encontrados referentes às eleições de 2006, não faziam referências ao número de eleitores, mas sim apenas ao de votantes e pelo fato das escolas não guardarem registros em seus arquivos internos, apenas obtivemos os dados referentes ao número de votantes. Tudo leva a crer, entretanto, que os índices de evasão no processo tenham sido tão grandes quanto nos anos anteriores ou até superiores, tendo em vista, por exemplo, o Colégio Municipal José Neves Teixeira, sempre contou com aproximadamente 1100 a 1200 eleitores, destes compareceram para votar um pouco mais da metade desse contingente, semelhante ao que ocorreu em 2004.

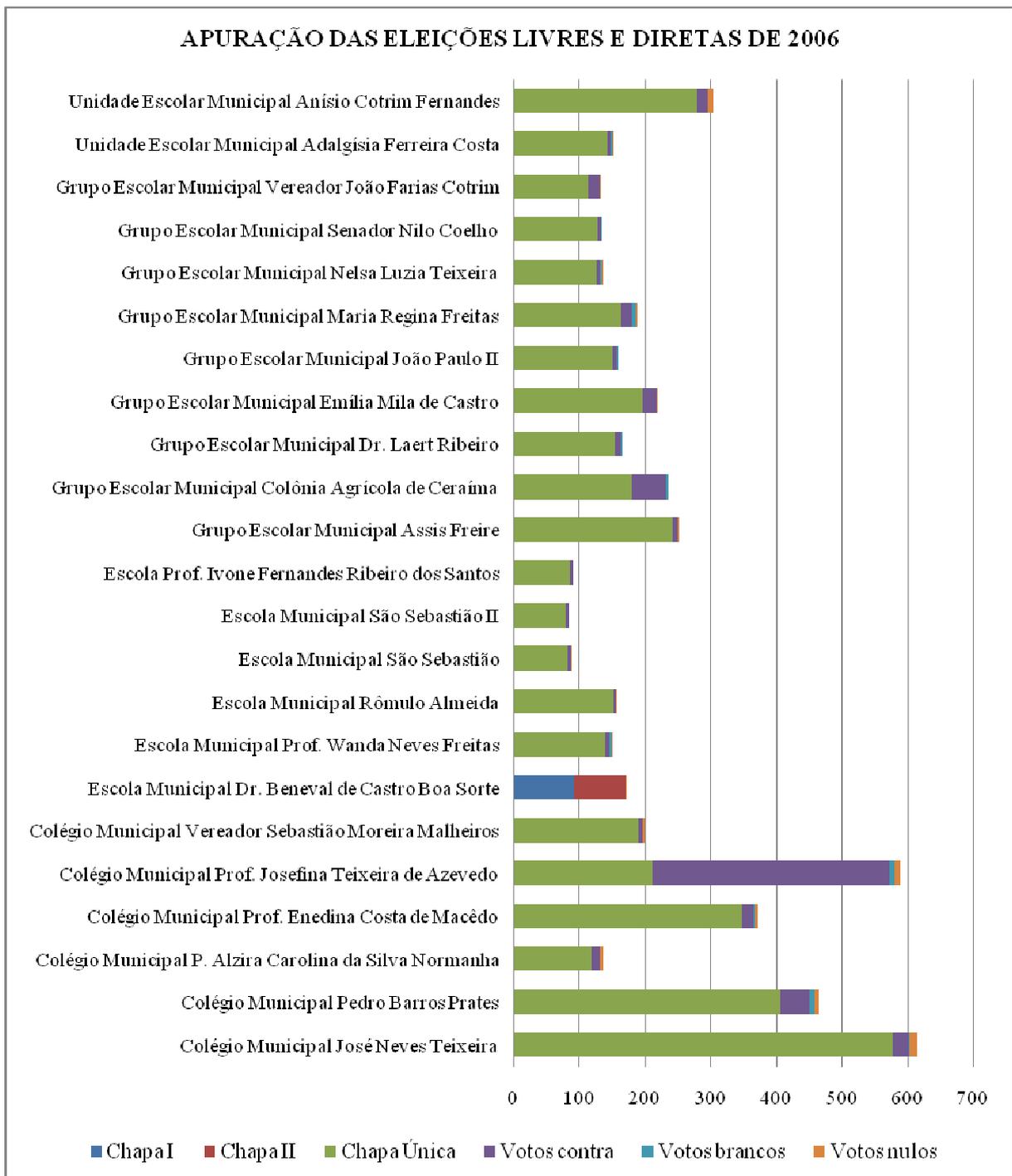


Gráfico 18 - Apuração das eleições livres e diretas de 2006

Outro aspecto que nos chama muita atenção é o fato de que o Colégio Municipal Josefina Teixeira de Azevedo, teve, no ano de 2006, uma gestão distante da legitimidade participativa, tendo em vista a grande quantidade de votantes contrários à chapa eleita, o que evidencia a grande necessidade de se ampliar o número de chapas concorrentes. Podemos

inferir que há algum tipo de pressão para que haja, em certos casos, a manutenção dos mesmos diretores de escola

Esse aspecto se reforça ao perceber que naquele ano apenas uma escola apresentou duas chapas concorrentes, as demais apresentaram somente chapa única. Entretanto, merece destaque positivo a recém criada escola da época, o Rómulo Almeida que, embora com chapa única, teve uma votação expressiva, com índice bem pequeno de votos brancos, nulos e contra, que foi respectivamente: 3 (1,9%), 1 (0,6%) e 1 (0,6%)

Observa-se ainda que a escola Dr. Beneval Boa Sorte, ao longo dos anos de eleições vem demonstrando sinais positivos de participação, pois, no ano de 2006, duas chapas concorrentes, com disputa equilibrada e com índice praticamente nulo de votos brancos e nulos, 1 (0,6%) e 1 (0,6%). Dessa forma, embora sendo uma escola pequena, nos parece um caso a ser estudado mais profundamente, pois acreditamos que a cultura da participação na referida escola parece mais acentuada que em outras da rede. Talvez isso aconteça pelo fato de que essa escola esteja localizada num bairro, o BNH, cuja origem foi de um assentamento, onde existe uma tradição participativa da associação local, com forte liderança de uma professora sindicalista. Por certo, isso exerce algum tipo de influência que merece estudos mais pontuais para averiguar tais inferências.

4.1.8 Eleições Livres e Diretas de 2008

No ano de 2008, a rede municipal de ensino contava com 4 creches e 27 escolas, sendo que 23 destas participaram do processo eleitoral e 4 escolas ficaram de fora. Dentre essas, podemos destacar o Colégio Municipal Pedro Barros Prates que com quase mil alunos matriculados e apresentando, em outros pleitos, mais de uma chapa concorrente, se exime do processo. Certamente isso tinha acontecido por desmotivação financeira, de carga horária ou por outras condições de trabalho desfavoráveis existentes no cargo diretivo da escola.

Como o referido colégio não apresentou nenhuma chapa, a Secretaria Municipal de Educação teve que apresentar nome de diretor e vices à comunidade escolar, que em assembleia geral referendou os nomes apresentados.

Além das desmotivações apresentadas, do pouco interesse dos professores em participar da disputa ao cargo esse desinteresse pode estar atrelado às altas exigências que foram colocadas pela SME, a exemplo de não se ter vínculo empregatício com outra

instituição, quer seja pública ou privada, exigindo do candidato eleito a dedicação exclusiva, sendo que, por outro lado, não havia a compensação financeira correspondente.

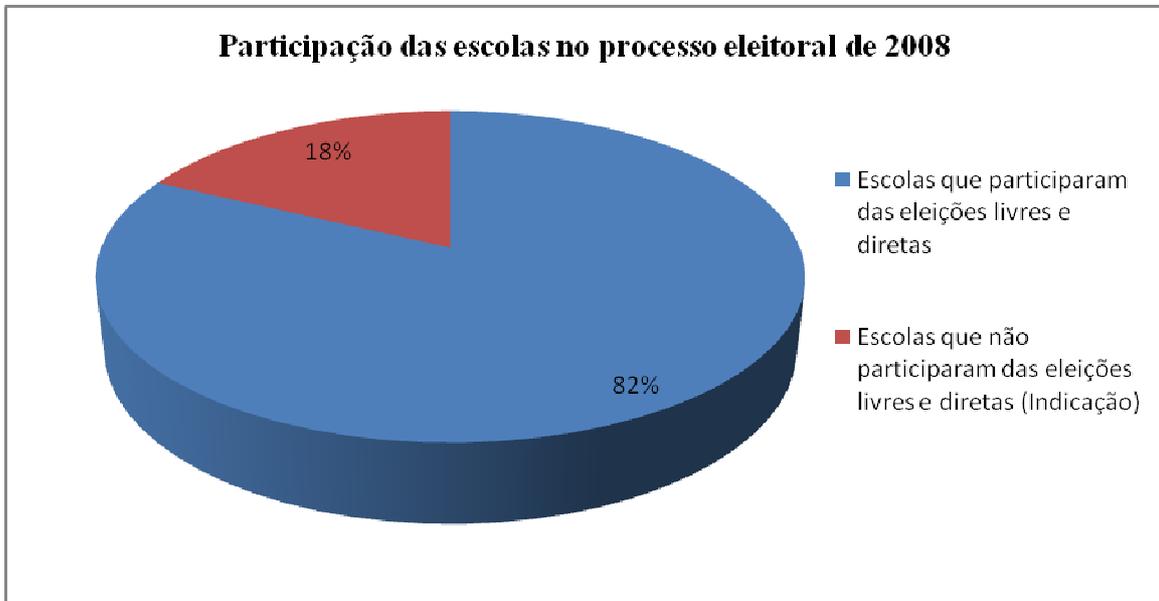


Gráfico 19 – Participação das escolas nas Eleições Livres e Diretas de 2008

Então, conforme o que apresenta o gráfico acima, o índice de escolas que não representa participação no processo eleitoral soma cerca de 18%, em referência ao ano anterior, já que saiu do patamar de 8% para 18%, conseqüentemente, caindo o índice de escolas participantes do processo, por razões diversas, dentre as quais, as que já foram apresentadas no início desse tópico.

Mais uma vez, a escassez de informações, tanto na SME, quanto nas escolas, não nos permitiu encontrar o número de eleitores para fazermos a relação com o número de votantes e assim averiguarmos suas respectivas porcentagens. Contudo, podemos inferir que não houve mudanças significativas nessa categoria de análise participativa, tomando por base o número de alunos matriculados naquele ano e número de alunos registrados como votantes, conforme o que já foi apresentado inicialmente.

A seguir alguns números estão disponibilizados na tabela e gráfico, o que poderá nos auxiliar na retirada de outras conclusões parciais desse processo que está sendo analisado.

Tabela 7 - Escolas participantes do processo eleitoral de 2008

ESCOLAS QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO ELEITORAL DE 2008	
Estabelecimento de ensino	Número de votantes
Colégio Municipal José Neves Teixeira	739
Colégio Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo	246
Colégio Municipal Professora Josefina Teixeira de Azevedo	592
Colégio Municipal Vereador Sebastião Moreira Malheiros	148
Creche Municipal Lucília Donato	48
Creche Municipal Maria Amélia Alves Teixeira	61
Creche Municipal Maria Amélia Alves Teixeira – Extensão	20
Creche Municipal Solange Coelho	57
Escola Municipal Dr. Beneval de Castro Boa Sorte	159
Escola Municipal Joaquim Dias Guimarães	155
Escola Municipal Professora Wanda Neves Freitas	112
Escola Municipal Rômulo Almeida	194
Escola Municipal São Sebastião II	96
Escola Professora Ivone Fernandes Ribeiro dos Santos	84
Grupo Escolar Municipal Colônia Agrícola de Ceraíma	230
Grupo Escolar Municipal Dr. Laert Ribeiro	170
Grupo Escolar Municipal Emília Mila de Castro	216
Grupo Escolar Municipal João Paulo II	159
Grupo Escolar Municipal Maria Regina Freitas	193
Grupo Escolar Municipal Nelsa Luzia Teixeira	143
Grupo Escolar Municipal Senador Nilo Coelho	124
Grupo Escolar Municipal Vereador João Farias Cotrim	209
Unidade Escolar Municipal Adalgísia Ferreira Costa	161
Total	4.316

Fonte: Dados da pesquisa documental

Uma novidade interessante no ano de 2008 foi a inclusão das creches no processo eleitoral, que, por muito tempo havia sido consideradas como espaços de assistência social. Assim, passa a ser entendida como espaço educativo por excelência, compreendido como primeiro momento educacional na vida das crianças. Dessa forma, exige-se dos poderes públicos uma reestruturação do espaço e da cultura organizacional, incluindo em sua equipe profissionais como pedagogos, recreadores, auxiliar as de ensino, dentre outros, incluindo os procedimentos tomados nas demais instituições de ensino do município, inclusive as eleições livres e diretas para a escolha dos gestores também das creches.

Outra observação que julgamos interessante é que, apesar do aumento de votantes no Colégio Municipal José Neves Teixeira, que alcança mais de 700 votos, somente a referida escola e a escola Josefina Teixeira de Azevedo alcança o número superior a 500 votantes. Por

outro lado, maioria das escolas participantes daquele ano não alcança os 200 votos no processo, o que pode ser considerado uma participação ainda incipiente.

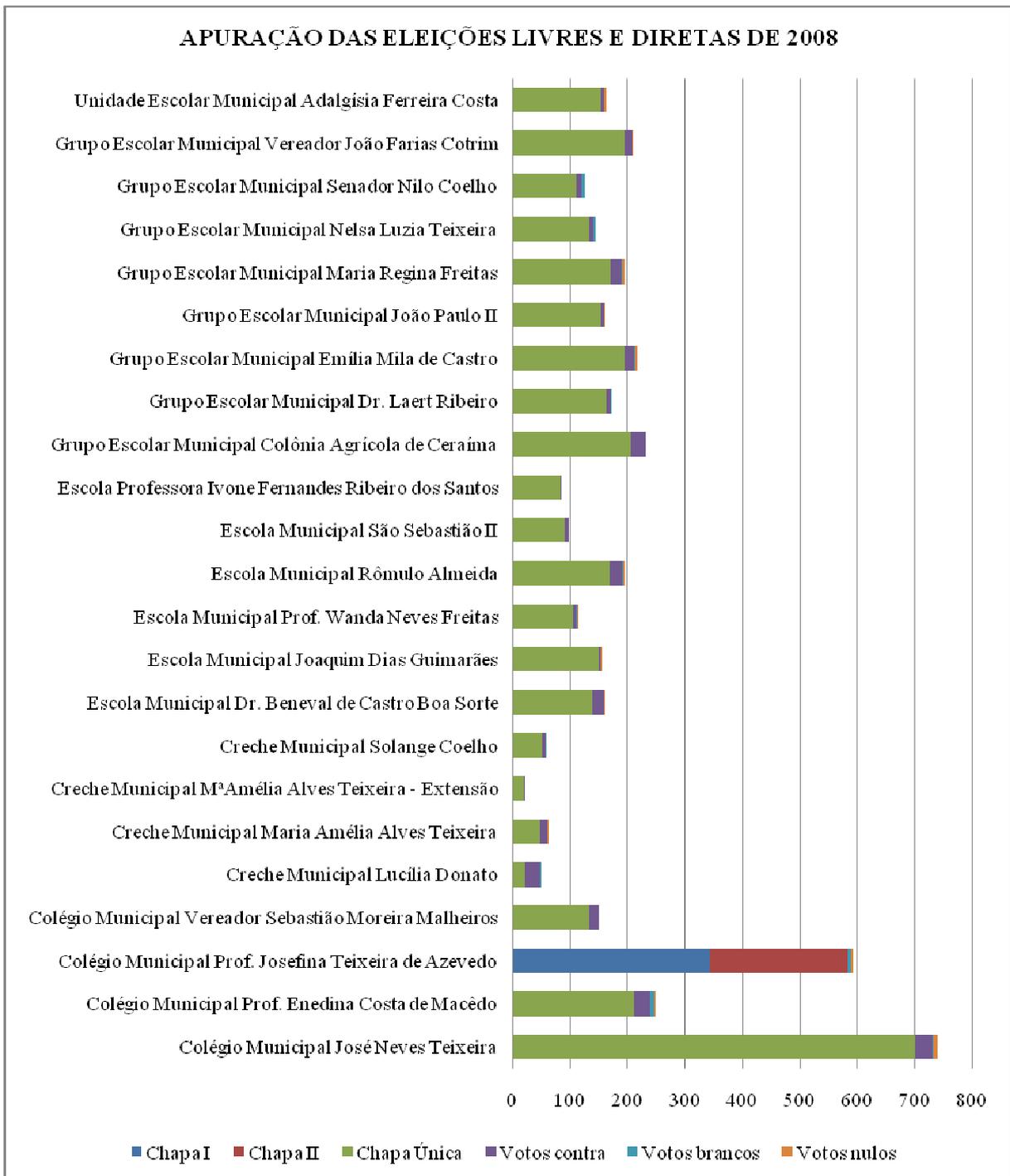


Gráfico 20 - Apuração das eleições livres e diretas de 2008

No que diz respeito ao registro de chapas, mais uma vez prevaleceu a ideia da chapa única, tendo apenas o Colégio Municipal Josefina Teixeira de Azevedo apresentado duas chapas concorrente no processo.

Quanto aos votos contra, nos desperta muita atenção a experiência da inclusão das creches no processo, cujo colégio eleitoral era formado por funcionários e pais, já que os alunos não têm idade para votar.

Ao comparar a Creche Maria Amélia Alves Teixeira – Extensão com a Creche Municipal Lucília Donato observamos que a primeira (localizada no mesmo bairro da escola Dr. Beneval Boa Sorte – o BNH – sobre o qual fizemos algumas observações) teve uma votação válida expressiva, enquanto a segunda apresenta um grande número de votos contrário à chapa apresentada. Parece que a chapa única que dirigiu a Creche Municipal Lucília Donato, naquele período de 2008 a 2010, não contava com a confiança de grande parte da comunidade educacional daquela instituição.

Observa-se ainda que, o Colégio Josefina Teixeira, com duas chapas concorrentes teve poucos votos brancos e nulos, 6 e 4 respectivamente, com certo equilíbrio na disputa pelas duas chapas, demonstrando, pelo menos em tese, maior maturidade participativa no processo eleitoral daquele ano de 2008.

4.1.9 Eleições Livres e Diretas de 2 010

Finalmente, no ano de 2010, catorze anos depois da primeira experiência das eleições livres e diretas para a escolha de gestores das escolas municipais de Guanambi, já na vigência de uma nova Lei, a de número 423, publicada em 25 de outubro de 2010, conforme já foi apresentada no corpo da problemática deste texto, aconteceu o oitavo pleito eleitoral para a escolha dos novos gestores da rede municipal de ensino.

Conforme está registrado no gráfico seguinte, houve um aumento de escolas participantes do processo em relação ao pleito anterior (2008), já que reduziu para 12% as escolas que ficaram de fora do processo, enquanto que, no ano de 2008, esse índice foi de 18%, representando uma redução de 6% de um pleito ao outro. Portanto, diminui-se o índice de escolas que não participaram das eleições livres e diretas para a escolha dos diretores das escolas municipais.

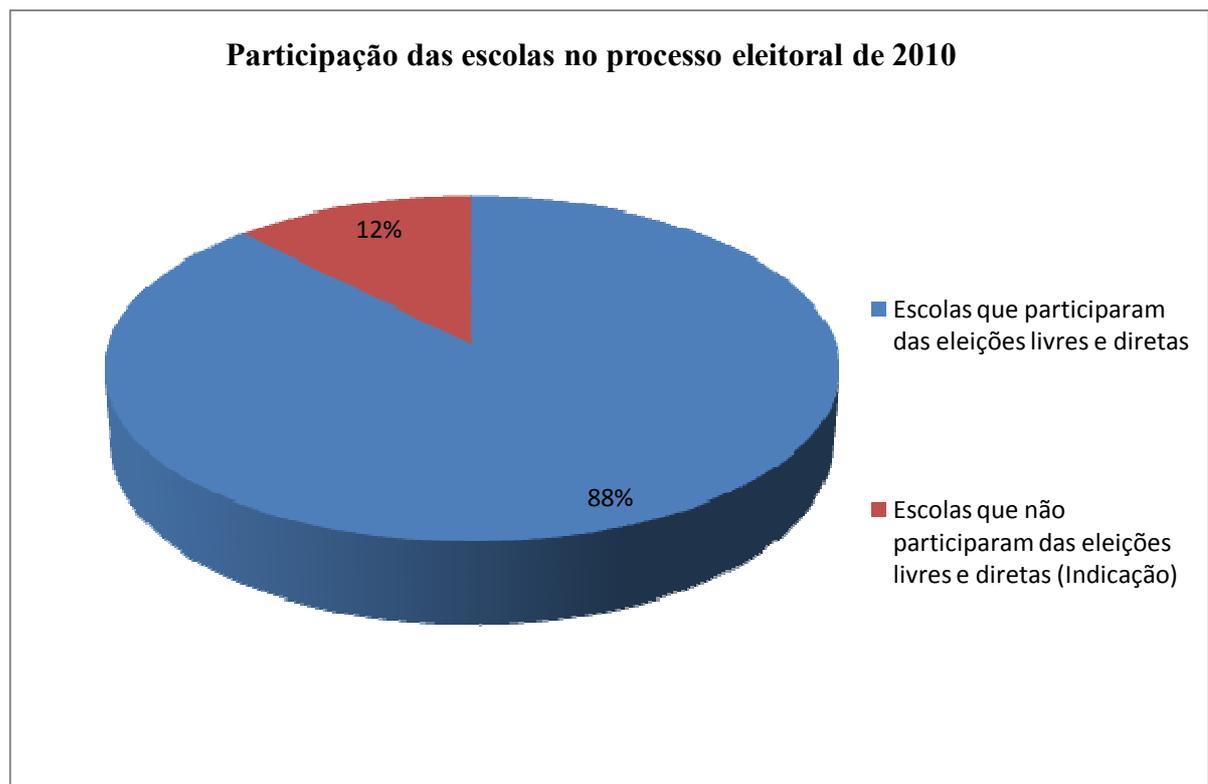


Gráfico 21 – Participação das escolas nas Eleições Livres e Diretas de 2010

Ainda assim, mesmo havendo uma redução do número de escolas que ficaram fora do processo, em relação ao pleito anterior, os 12% das escolas não participantes, nos parece elevado, já que se trata de escolas urbanas com condições de se engajarem nas eleições.

Na sequência, serão apresentados tabelas e gráficos, contendo dados que nos permitirão seguir com a nossa análise do processo de participação. Relembrando mais uma vez, que para efeito dessa análise, estamos levando em consideração quatro aspectos que são: o número de escolas participantes, já apresentado no gráfico acima, o número de eleitores versus o número de votantes, disposto na tabela a seguir, que infelizmente, os documentos que tivemos acesso, somente nos permitiram retirar o extrato do número de votantes.

Tabela 8 - Escolas participantes do processo eleitoral de 2010

ESCOLAS QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO ELEITORAL DE 2010	
Estabelecimento de ensino	Número de votantes
Colégio Municipal José Neves Teixeira	768
Colégio Municipal Pedro Barros Prates	457
Colégio Municipal Professora Alzira Carolina da Silva Normanha	132
Colégio Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo	308
Colégio Municipal Professora Josefina Teixeira de Azevedo	538
Colégio Municipal Vereador Sebastião Moreira Malheiros	180
Creche Municipal Lucília Donato	48
Creche Municipal Maria Amélia Alves Teixeira	79
Creche Municipal Maria Amélia Alves Teixeira – Extensão	25
Creche Municipal Solange Coelho	90
Escola Municipal Dr. Beneval de Castro Boa Sorte	155
Escola Municipal Joaquim Dias Guimarães	153
Escola Municipal Professora Wanda Neves Freitas	173
Escola Municipal Rômulo Almeida	272
Escola Municipal São Sebastião	80
Escola Municipal São Sebastião II	141
Escola Professora Ivone Fernandes Ribeiro dos Santos	84
Grupo Escolar Dr. José Bastos	72
Grupo Escolar Ercínia Montenegro Cerqueira	160
Grupo Escolar Eudite Donato Vasconcelos	123
Grupo Escolar Municipal Colônia Agrícola de Ceraíma	312
Grupo Escolar Municipal Dr. Laert Ribeiro	119
Grupo Escolar Municipal Emília Mila de Castro	328
Grupo Escolar Municipal João Paulo II	184
Grupo Escolar Municipal Maria Regina Freitas	222
Grupo Escolar Municipal Senador Nilo Coelho	104
Grupo Escolar Municipal Vereador João Farias Cotrim	244
Unidade Escolar Getúlio Vargas	154
Unidade Escolar Municipal Adalgísia Ferreira Costa	172
Total	5.877

Fonte: Dados da pesquisa documental

O processo de eleição de diretores em 2010 teve um aumento do número de votantes em relação a 2008, passando de 4.316, para quase 6.000.

O Colégio José Neves Teixeira apresenta um número crescente de votantes, o que pode ser um sinal de convencimento dos membros da comunidade escolar da importância da participação nesse processo eleitoral.

Outro fato que vale nota é que o Colégio Pedro Barros volta a participar do processo eleitoral em 2010, porém com um número bem abaixo em relação à eleição de 2006, quando registrou naquele ano mais de 900 votantes, caindo em 2010 para 457. Isso pode ser explicado, em parte, pela saída do Ensino Médio, que deixou de ser oferecido, naquela

unidade de ensino ficando esse nível sob a responsabilidade do Estado. Mesmo tendo essa explicação, no geral o que se vê é uma participação ainda acanhada, no que se refere ao número de eleitores em potencial, para o número de votantes que comparecem às urnas.

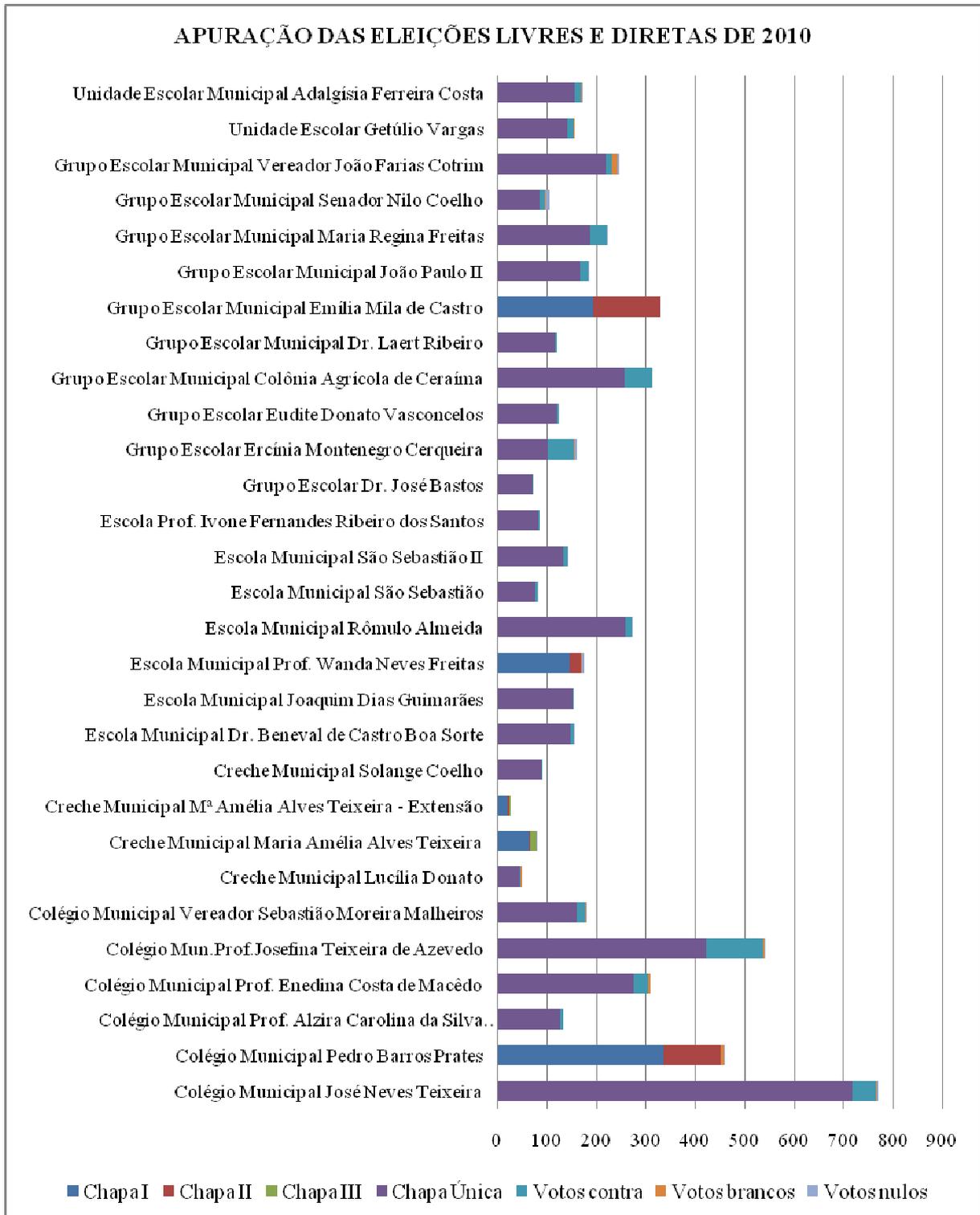


Gráfico 22 - Apuração das eleições livres e diretas de 2010

Esse ano de 2010, no que se refere ao número de chapas apresentadas, difere dos demais pleitos, já que aparecem casos em que três chapas foram apresentadas, além de outras unidades de ensino apresentar duas chapas concorrentes. Parece que, nesse quesito, há uma expansão da movimentação participativa, justamente porque as condições para ser diretor de escola, com o advento da nova lei, foram favoráveis a esse processo, retirando, por exemplo, a obrigatoriedade da dedicação exclusiva ao cargo diretivo. Por outro lado, a participação dos professores nos parece mais consciente e amadurecida, exigindo, cada vez mais, acesso aos lugares antes ocupados praticamente pelas mesmas pessoas ao longo do processo. Isso pode ser observado no Colégio Josefina Teixeira de Azevedo, que geralmente apresentava duas chapas e, no ano de 2010, que apresentou apenas uma, registrou um índice considerável de votos contra, o que demonstra desejo de maior participação de outras chapas.

CAPÍTULO V

5.1 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES

De início, nossa questão de partida: “**Como vem ocorrendo a participação dos membros da comunidade escolar no processo de eleições livres e diretas para a escolha dos diretores na rede municipal de Guanambi?**” - tinha como propósito, justamente, analisar essa participação a partir de toda a experiência que o município de Guanambi acumulou nesses quatorze anos, compreendidos no período de 1996 a 2010.

A partir da finalidade e do questionamento supracitados desenvolvemos pesquisa bibliográfica e documental, buscando algumas respostas sobre o fenômeno em estudo no sentido de, quiçá, contribuir com as políticas públicas da educação municipal, e, possivelmente, com o debate científico sobre o assunto.

Dessa forma, partindo da categoria participação, convergimos nossa análise nos seguintes aspectos, a saber: **a relação do número de eleitores e o número de votantes; a renovação de pessoas no cargo de direção de escola; o número de chapas registradas em cada escola, a cada pleito eleitoral e o número de escolas participantes do processo.** Foi possível deduzir que a participação se encontra em níveis elementares, necessitando, portanto, de uma postura mais determinada dos membros da comunidade escolar, se é que eles acreditam que o processo participativo nas eleições para escolha de seus líderes diretores, de fato, traga benefícios para a educação pública do seu município.

Tabela 9– Categorias de análise da participação

Ano de realização do processo eleitoral	Percentual de participação das escolas	Percentual de escolas com mais de 1 chapa	Percentual de votantes
1996	6%	14%	79,1%
1998	10%	41%	59,3%
2000	17%	-*	68,5%
2002	17%	11%	68,5%
2004	21%	14%	59,4%
2006	92%	4%	96%
2008	82%	4%	80%
2010	88%	17%	87%

* Dados não encontrados

** **Fonte:** Dados resumidos da pesquisa documental

O fato das eleições serem livres (diferentemente do que ocorre na escolha dos gestores municipais, estaduais e federal) pode refletir na baixa participação dos sujeitos que compõem a comunidade escolar, desobrigando-os a comparecer às urnas. Talvez ainda não estejamos prontos para essa forma de democracia representativa, contudo, isso não nos impede de alertar se houvesse uma mobilização e uma conscientização desses sujeitos, certamente a participação alcançaria níveis mais elevados, conforme aponta Bordenave.

Segundo sua importância, as decisões podem ser organizadas em *níveis*, do mais alto ao mais baixo. Uma maneira de distinguir os níveis é enumerar os passos da programação, a saber:

Nível 1 – formulação da doutrina e da política da instituição.

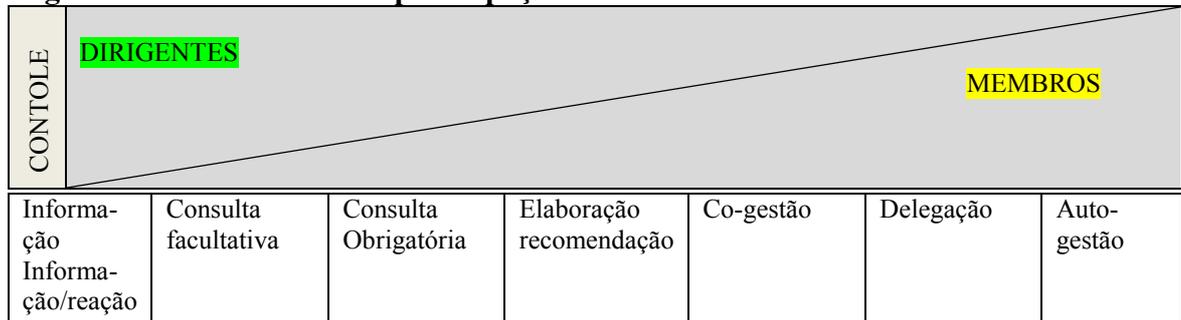
Nível 2 – Determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias.

Nível 3 – Elaboração de planos, programas e projetos.

Nível 4 – Alocação de recursos e administração de operações.

Nível 5 – Execução das ações.

Nível 6 – Avaliação dos resultados. (1983, p.33-34)

Figura 3 – Gaus e níveis de participação

Fonte: BORDENAVE, 1983, p.31.

Acreditamos que com o uso da figura acima fica fácil perceber a nossa localização no mapa da participação, pois, conforme o que foi discutido até aqui, relaciona-se a gestão das escolas municipais de Guanambi à consulta facultativa e à consulta obrigatória. Portanto, estamos longe, ainda, da autogestão; segundo Bordenave, é o ápice da participação dos membros de uma organização na gestão de uma empresa pública ou privada.

No que se refere à ocupação do cargo de diretor das escolas públicas municipais, como demonstra o quadro abaixo, é notável a pouca mobilização, o que revela, mais uma vez, um baixo nível de participação nesse quesito.

Tabela 10 - quadro que demonstra as vezes que uma mesma pessoa ocupou o cargo de direção

Gestor	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Indivíduo 001	Diretor		Diretor	Diretor				
Indivíduo 002	Diretor		Diretor	Diretor				
Indivíduo 014		Diretor	Diretor		Diretor		Diretor	Diretor
Indivíduo 015		Diretor	Diretor			Diretor		
Indivíduo 016		Diretor	Diretor				Diretor	
Indivíduo 017		Diretor	Diretor					
Indivíduo 018		Diretor	Diretor					
Indivíduo 019		Diretor	Diretor					
Indivíduo 020		Diretor		Vice	Vice	Diretor		
Indivíduo 021		Diretor			Vice			
Indivíduo 022		Diretor				Vice	Diretor	Vice

□ Apenas uma demonstração das repetidas vezes que um mesmo professor (a) ocupou o cargo de diretor por eleições diretas

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Embora possa alegar que poucas pessoas do quadro reuniam condições para ocupar o nível do diretor de escola, 14 anos é tempo suficiente para a formação continuada de boa parte

dos professores para ocupar esse cargo. Ainda mais, se levarmos em conta que na cidade de Guanambi existe um campus da UNEB que oferece o curso de Pedagogia há aproximadamente vinte anos, além da Rede UNEB 2000 que ofereceu 100 vagas nessa área, completado por centenas de vagas em instituições particulares.

Por outro lado, são diversos os cursos de especialização na área de gestão escolar e áreas correlatas ao dispor dos demais docentes que fizeram outras licenciaturas. Isso possibilitaria, segundo o artigo 64 da LDB (Lei 9394/96), a candidatura ao cargo de diretor e vice-diretor da escola.

Há registros de formação de grupos rivais nas escolas municipais, quando existiam chapas concorrendo, sobretudo nas primeiras experiências de escolha de gestores via eleições. Segundo alguns envolvidos isso prejudicava o processo ensino-aprendizagem uma vez que as relações interpessoais se tornarem muito tensas ao longo do mandato da chapa vencedora. A partir desse argumento, algumas escolas chegaram a fazer em todos os pleitos uma espécie de escolha prévia dos candidatos, no sentido de impedir a organização de mais de uma chapa concorrente. De certa forma, o mesmo grupo acabava por pressionar aos demais de tal maneira, que somente pessoas ligadas a esse grupo formavam chapa única para, numa espécie de plebiscito- sim ou não, definir os destinos das eleições livres e diretas e, conseqüentemente, da gestão escolar ao longo dos mandatos.

Ademais, é notável a pouca participação dos professores, no sentido de concorrer ao cargo de diretor das escolas. Isso ficou claro a partir da incidência e persistência de chapas únicas formadas em cada escola, ao longo de todo o período de 1996 a 2010. Nesse último ano, houve uma pequena melhora, já que mais escolas apresentaram chapa I e II e até chapa III, algo não visto nos pleitos anteriores. Mesmo assim, com o potencial que hoje o município apresenta, a maioria das escolas tem condições de apresentar pelo menos duas chapas para concorrer a cada pleito, pelo menos tem sido a lógica das democracias representativas modernas.

Finalmente, no que diz respeito ao número de escolas participantes do processo, embora tenha aumentado consideravelmente a partir de 2006, no último ano analisado (2010), ainda apresenta 12% das escolas fora dessa oportunidade. Caso isso tenha acontecido por próprio desejo das escolas, algo de diferente pode estar por trás disso, o que caberia uma pesquisa a esse respeito. Pode-se pensar também na responsabilidade dos órgãos centrais da educação que não se mobilizam, não se interessam, não acreditam ou não incentiva maior participação das escolas que ficaram à margem desse processo.

A partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, podemos concluir que o processo das eleições livres e diretas para a escolha dos gestores das escolas da rede municipal de ensino de Guanambi, se caracteriza como um rico espaço de participação, embora ainda pouco explorado, pois, como afirma Lück e Freitas (2008)

A liderança participativa é uma estratégia empregada para aperfeiçoar a qualidade educacional. Constitui a chave para liberar a riqueza do ser humano que está presa a aspectos burocráticos e limitados dentro do sistema de ensino e a partir de práticas orientadas pelo senso comum ou hábitos não avaliados [...] (p.35).

Noutra perspectiva, podemos dizer que a participação de algumas lideranças na luta pela manutenção desse tipo de escolha dos gestores é muito efetiva. Pode-se afirmar isso se tomando como exemplo a existência de pessoas estudiosas da temática na região; o sindicato representante dos trabalhadores da educação pública do município de Guanambi; alguns pais que são líderes de comunidade rural e urbana; professores, funcionários e alguns representantes do poder público local. Isso pode ser considerado como um amadurecimento político sobre a questão. Sabe-se, porém, da existência falhas e da necessidade de melhorias no processo. Mas, tal realidade não se faz preferir o modelo de indicação política, pois, é uma atitude autoritária, utilizada como cabo eleitoral para as politicagens muito comuns, ainda hoje, nos municípios brasileiros.

Quanto ao perfil dos diretores ao longo desses quatorze anos, com raras exceções, se caracteriza por serem mulheres, numa faixa etária entre 25 a 65 anos que. Na maioria das vezes, casadas, mãe de dois filhos ou mais, com formação variando entre graduação, na maior parte em pedagogia, mas também, muitos casos com duas ou até três graduações. Além da graduação, muitas gestoras têm especialização em gestão escolar, psicopedagogia, em linguística, metodologia do ensino fundamental e superior e outras áreas da licenciatura. Nos últimos anos, vem crescendo o número de gestores das escolas públicas municipais que estão cursando ou já concluíram mestrado em áreas afins da educação.

Algo que nos chamou muita atenção foi a falta de registro das eleições para diretores nas escolas visitadas. As escolas enviam toda a documentação para a Secretaria Municipal de Educação, sem deixar, sequer, uma cópia em seus estabelecimentos de ensino, não encontrando nem livros de assinaturas dos eleitores. Esses documentos também não estão devidamente arquivados no órgão central da educação do município de Guanambi.

Por outro lado, passados os 14 anos de processo eleitoral para a escolha de gestores da rede municipal de ensino, não há indícios de avaliação sistematizada por parte da SME, no sentido de corrigir possíveis falhas e implantar novas políticas para a melhoria do referido

processo. Temos a impressão que apenas o fazer esteve presente ao longo desses anos e pouco se viu do refletir e agir.

Não foi possível, nesta pesquisa verificar a relação entre o processo das eleições para a escolha dos gestores das escolas e o nível de participação dos componentes da comunidade escolar no cotidiano da unidade de ensino, bem como a relação desse processo eleitoral com o desempenho, por exemplo, na aprendizagem. Contudo, acreditamos que esse processo é educativo por si só. Oportuniza aos alunos, pais, funcionários e professores a chance de exercitar a cidadania, a partir das escolhas, do gerenciamento de conflitos, de lidar com o poder; enfim, possibilita o enfrentamento dos desafios inerentes a ele. Afinal, uma pequena participação já é melhor do que nenhuma!

Assim, não temos a pretensão de oferecer receitas ou traçar mandamentos para que, no passe de mágica, resolvam-se os problemas que envolvem a democracia, a autonomia e a participação nas escolas públicas do município estudado. Porém acreditamos que, a título de sugestão, podemos colaborar, pelo menos com reflexões sobre a temática em voga e, para tanto, apresentaremos a seguir, um esboço de uma proposta de melhoria do exercício democrático e participativo nas escolas públicas, inicialmente no município de Guanambi e, quiçá, do Estado da Bahia e do Brasil.

5.2 - UMA PROPOSTA: DEZ POSSIBILIDADES

Possibilidade nº 1: Criar situações de democracia e participação diretas dentro da democracia e participação representativas (indiretas) através do Colegiado Escolar forte e atuante, do Grêmio Estudantil bem estruturado, de Associações de Pais e Mestres, a partir de Assembleias gerais, Horas Cívicas, Calendário festivo elaborado e aprovado coletivamente, Feiras de Artes, Cultura e Ciência, Excursões e projetos de pesquisa e extensão. Tudo isso poderá possibilitar avanços na cultura de participação da comunidade escolar e, com isso, viabilizar melhoria na qualidade da educação pública.

Possibilidade nº 2: Criar e manter um Fórum de gestores escolares, reuniões mensais e eventos anuais para a tomada de decisões coletivas que interessem toda a comunidade escolar.

Avaliar seus respectivos trabalhos desempenhados frente à direção de escola. Essa pode ser uma possibilidade interessante de participação.

Possibilidade nº 3: Desenvolver pesquisa e extensão em regime de colaboração com as universidades e centros educacionais e de pesquisa da região, na área de gestão escolar. Isso auxiliaria o conhecimento e melhor planejamento das políticas públicas voltadas para a melhoria das práticas nessa área administrativa. Quem sabe? Essa pode ser uma possibilidade de melhoria dos níveis de participação dos sujeitos históricos que fazem acontecer a educação pública, gratuita, para todos e de qualidade, oferecida no município de Guanambi.

Possibilidade nº 4: Publicar revista, anais, livros ou outros, relatando experiências de gestão escolar para a troca de conhecimentos entre seus pares e, com isso, possibilitar adaptações tanto na teoria quanto na prática da administração de escolas, inclusive entre instituições públicas e privadas.

Possibilidade nº 5: Possibilitar e incentivar o maior número de chapas possíveis em cada escola, no sentido de ampliar a participação dos docentes no processo eleitoral, se é que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas na educação municipal acreditam que essa forma de escolha é verdadeiramente um espaço de democracia e de participação.

Possibilidade nº 6: Rever a legislação que trata do assunto para evitar que somente uma ou duas pessoas tenham oportunidade de exercer o cargo diretor, inclusive por influências políticas, numa espécie de cargo vitalício, abrindo o leque para o rodízio de participação.

Possibilidade nº 7: Colocar em “xeque” as formas de escolha do gestor pela via eleições livres e diretas, no sentido de refletir se essa é mesmo a melhor forma de escolher um gestor da escola pública, verificando os reais benefícios para o processo ensino-aprendizagem. Eis aí uma possibilidade de refletir e questionar as diferentes formas de escolha de um gestor escolar, ao se analisar os prós e os contras de cada uma delas.

Possibilidade nº 8: Ao invés de um diretor e três vice-diretores, como é o sistematizado hoje nas escolas de grande porte do município; talvez seja mais interessante um diretor

administrativo geral, um diretor financeiro e um diretor pedagógico, cada um com quarenta horas de trabalho;

Possibilidade nº 9: Mesclar as eleições livres e diretas com outras formas de escolha como, por exemplo, entrevista com o Colegiado Escolar ou Conselho Municipal de Educação, prova escrita de conhecimentos gerais e específicos da gestão e apresentação do projeto de trabalho, que deverá conter metas e objetivos para o período correspondente do seu respectivo mandato.

Possibilidade nº 10: Formação inicial e continuada, capazes de dar conta de preparar, o melhor possível, para atuar na função diretiva da escola; ressaltando as competências técnica, política, pedagógica e humana do gestor-educador. A valorização correlata, deve acontecer inclusive financeira, a partir da cobrança de resultados previamente estabelecidos, como por exemplo, a melhoria do IDEB de cada escola.

Acreditamos que muito já foi feito, mas há muito por fazer, para alcançarmos a educação que almejamos, no sentido de atingirmos a democracia e a participação que tanto sonhamos. É que democracia e participação não se aprendem e não constroem apenas por ouvir dizer ou na base do discurso. Democracia e participação se aprendem e se constroem no exercício da práxis comunitária, enfrentando os conflitos, resolvendo os problemas a partir da dialética e da dialogicidade, respeitando o outro e a si mesmo, construindo uma teia de relações e dela subtraindo as diferentes experiências para compor o “cobertor” que aquece o frio das desigualdades, das injustiças e das mazelas sociais; provocadas por esse mundo capitalista e neoliberal, trazendo o calor humano e a esperança de que uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária seja possível, desejável e necessária, em nome da felicidade planetária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar**: espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2003.

BAHIA, Secretaria de Educação. **Gestão Escolar**: Construindo uma Prática Coletiva. Salvador, 1998.

BARROSO João (org.). **O Estudo da Escola**. Porto: Porto Editora LDA., 1996.

BARROSO João. A escola como espaço público local. In: TEODORO, Antonio(org.). **Educar, promover, emancipar**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2001.

BASTOS, João Baptista (Org.). **Gestão Democrática**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A/SEPE, 2002.

BOBBIO, Noberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

_____. **Dicionário de política**. trad. Carmen C. Varriale et AL.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 11.ed. Brasília: Editora Universidade de , 1998.

_____. 1909. **Estado, governo, sociedade**; por uma teoria geral da política. trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORDENAVE, Juan e Diaz, **O Que é Participação?** Editora Brasiliense, São Paulo, 1993.

_____. **O que é Participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ministério da Educação. Esplanada dos Ministérios. Brasília. Distrito Federal, 1988.

_____.LDB - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* - **Texto na íntegra Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Editora Saraiva, 1996.

_____.PNE – *Plano Nacional de Educação* - **Texto na íntegra Lei 10.172 de 1º de janeiro de 2001**. Brasília. Editora do Senado, 2001.

_____.MEC/INEP. **A qualidade da Educação**: conceitos e definições. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

_____.MEC/SEB. **Conselho Escolar e Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

_____. **Presidência da República, Ministério da Educação, Secretaria Executiva Secretaria Executiva Adjunta**. Documento Referência – CONAE 2010. Brasília, 2009.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. Projetos de LDB: Histórico da Tramitação. In: CURY, Carlos Roberto Jamil (Org.). **Medo à Liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional de Educação**. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

CORRÊA, João Jorge. **As Eleições para Diretores Enquanto Instrumento de democratização da gestão Escolar: Uma análise da Experiência Implantada na Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa**. In: ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.v.8(abril/junho.2000)Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil (Org.). **Medo à Liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional de Educação**. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FERREIRA, Naura Carapeto. **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. 2.ed.São Paulo: Cortez,2000.

_____. **Políticas Públicas e Gestão da Educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Líber Livro, 2006.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustaquio. **Autonomia da escola: princípios e proposta**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN. Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Movimentos Sociais e educação**. 6. ed.rev. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. (org.) **Movimentos Sociais do século XXI**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUANAMBI. **Lei para escolha de diretores das escolas municipais**, Nº 107/96, de 12 de julho de 1998.

_____. **Lei para escolha de diretores das escolas municipais**, Nº 030/1998.

_____. **Lei para escolha de diretores das escolas municipais**, Nº 92/2005.

_____. **Lei para escolha de diretores das escolas municipais**, Nº 375/2009.

_____. **Lei para escolha de diretores das escolas municipais**, Nº 423/2010.

_____. **Plano Municipal de Educação de Guanambi**, Lei nº 263 de 24 de setembro de 2008.

_____. **Memorial: Experiências, reflexões e esperanças**, 2008.

_____. **Lei Orgânica do Município**, 1990.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4.ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIMA, Licínio C. Construindo um objecto: Para uma análise crítica da investigação Portuguesa sobre a escola. In: BARROSO João (org.). **O Estudo da Escola**. Porto: Porto Editora LDA., 1996.

_____. Escolarizando para educação crítica: a reinvenção das escolas como organizações democráticas. In: TEODORO, António & TORRES, Carlos Alberto (Orgs.). **Educação Crítica e Utopia: Perspectivas para o século XXI**. Porto Edições Afrotamentos, 2005.

LÜCK, Heloísa. et al. **A escola Participativa: O trabalho do gestor escolar**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MUTIM, Avelar Luiz Bastos e FREITAS, Kátia Siqueira de. Relação Entre a Gestão Participativa e o Desempenho Escolar. In: **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. nº 33, v.9.Out./Dez. 2001, p. 489-505.

NOVAES, Ivan Luiz. **A democratização da gestão da educação** – um estudo da eleição de diretores e vice-diretores das escolas da Rede Municipal de Ensino de Salvador. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia em 1996, com 100 páginas.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 5.ed.Petrópolis: Vozes,1997.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2008.

QUIVY, Raimundo e CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2.ed. Lisboa: Gradativa, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. 1944. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Gerenciando a escola eficaz: conceitos e instrumentos** – Salvador/BA: 2000,446p.

SHETH, D.L. Micromovimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Irlena Moreira Lopes de. **Uma análise da participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Profª Norma Vídero** – Município de Itabuna-Ba. Salvador, 2007. 152f.: il.

TEIXEIRA, Anísio Spínola (1900-1971). **Educação para a democracia**: introdução à administração educacional.3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____. **Educação não é privilégio**. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

TEODORO, António. **Educar, promover, emancipar**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2001.

TOLEDO, Leslie et al. **Cidade educadora**: a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Cortez, 2004.

TORRES, Carlos Alberto. Educação, Democracia e Cidadania. Tensões e dilemas no mundo contemporâneo. In: TEODORO, António (Org.). **Autonomia da escola**: princípios e propostas. 4.ed. São Paulo: Córtext: Instituto Paulo Freire, 2001.

VALLE, Bertha de Borja Reis do. **Políticas públicas em educação**. Curitiba: IESDE, 2003.